



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

UM PASSEIO PELA CHÁCARA DA HERA

*do quintal da família Teixeira Leite
ao jardim do museu como
espaço museológico relacional*

Daniele de Sá Alves

UNIRIO/MAST – RJ, abril de 2014.

UM PASSEIO PELA CHÁCARA DA HERA

DO QUINTAL DA FAMÍLIA TEIXEIRA LEITE AO JARDIM DO MUSEU COMO ESPAÇO MUSEOLÓGICO RELACIONAL

por

Daniele de Sá Alves

*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
LINHA 2 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Luisa Rocha

UNIRIO/MAST – RJ, abril de 2014.

FOLHA DE APROVAÇÃO

**UM PASSEIO PELA
CHÁCARA DA HERA**

do quintal da família Teixeira Leite ao jardim do museu
como espaço museológico relacional

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

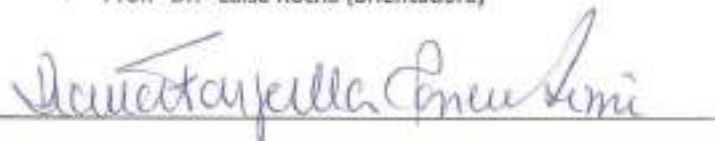
Aprovada por:

Prof.ª



Prof.ª Dr.ª Luisa Rocha (orientadora)

Prof.ª



Prof.ª Dr.ª Diana Farjalla Correia Lima

Prof.ª



Prof.ª Dr.ª Alda Helzer

Rio de Janeiro, 2014.

A474 Alves, Daniele de Sá.
Um passeio pela chácara da Hera : do quintal da família Teixeira Leite ao jardim do museu como espaço museológico relacional / Daniele de Sá Alves, 2014.
133 f. ; 30 cm

Orientadora: Luísa Rocha.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2014.

1. Museu Casa da Hera. 2. Museus. 3. Jardins históricos.
4. Museologia. 5. Patrimônio cultural. I. Rocha, Luísa. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 069.1

Àqueles que se permitem o encantamento de cuidar de um jardim:
semear, regar, cultivar, florescer, frutificar, multiplicar...
Especialmente a todos os jardineiros, de todos os tempos,
da Chácara da Hera.

GRATIDÃO

Gratidão infinita àqueles que são a base, o pilar, o chão e o céu: meus pais amados João de Deus e Joana D'arc e meus queridos irmãos Daniel e Cristianne. Aos meus lindos avós Geraldo e Anair e a toda a minha família.

Gratidão ao meu amor Douglas Montes, pelo apoio incondicional, entusiasmo e inspiração permanente.

Gratidão aos amigos da 7ª turma que tornaram os encontros mais leves e divertidos, em especial às companheiras de todas as horas Paola Maués e Ariane Azambuja, parceiras na teoria museológica e na vida, minha melhor herança do mestrado. Gratidão à amiga querida Jeanne Mautoni, que com muita generosidade me acolheu tantas vezes por inúmeras idas ao Rio. À Gabriela Machado, pela poesia cotidiana.

Gratidão à família Teixeira Leite pelo legado e aos jardineiros do Museu Casa da Hera pelo contagiante empenho e dedicação ao trabalho. Ao IBRAM, que possibilitou essa imersão. Ao PPG-PMUS, à banca examinadora, Professoras Diana e Alda, e à minha orientadora, Professora Luisa Rocha.

Gratidão a todos os que fazem parte da minha vida e que souberam entender as ausências, as viagens e os estudos em prol desta pesquisa.

Gratidão pela Vida!

*“...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica,
nem com balança, nem com barômetros...
que a importância de uma coisa há que ser medida
pelo encantamento que a coisa produza em nós.”*

Manoel de Barros

RESUMO

ALVES, Daniele de Sá. **Um Passeio pela Chácara da Hera**: do quintal da família Teixeira Leite ao jardim do museu como espaço museológico relacional.

Orientador: Luisa Rocha. UNIRIO/MAST. 2014. Dissertação.

A dissertação explora os caminhos que levaram aos processos de patrimonialização e musealização de áreas verdes consideradas de interesse histórico e cultural. Para tal, a chácara do Museu Casa da Hera, na cidade de Vassouras-RJ, é tomada como objeto de estudo e, por meio do levantamento de sua história, dos sujeitos envolvidos e do entendimento social de seu espaço no decorrer de quase duzentos anos, buscamos problematizar a musealização deste patrimônio. A partir das relações estabelecidas entre a casa e seu jardim, analisa-se desde sua forma enquanto quintal familiar privado até sua ressignificação como local público capaz de expressar culturalmente as relações entre passado, presente e futuro de nossa sociedade, configurando, assim, um espaço relacional museológico.

Palavras-chave: Museologia, Patrimônio, Museu, Jardim, Chácara da Hera.

ABSTRACT

ALVES, Daniele de Sá. **A walk through the House of Hera** – from the Teixeira Leite family's backyard to the garden of the museum as a relational museum space.

Advisor: Luisa Rocha. UNIRIO/MAST. 2014. Thesis (Master).

The dissertation explores the paths that led to heritage and musealization processes of green areas considered of historical and cultural interest. To this end, the farm of Casa da Hera Museum, in the town of Vassouras, is taken as an object of study, and through the investigation of its history, the individuals involved and the social understanding of its space in the course of nearly two hundred years, we seek to problematize the musealization of this heritage. Regarding the relations established between the house and its garden, there have been done analysis from the configuration as a private family yard to its redefinition as a public facility capable of culturally expressing relations between past, present and future of our society, thus configuring a relational museum space.

Keywords: Museum, Museology, Heritage, Garden, Chácara da Hera.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cidade de Vassouras e sua localização em relação ao estado do Rio de Janeiro, e este em relação ao Brasil.	24
Figura 2 – Escravos. Colheita de café, em local não identificado. Foto de Marc Ferrez.	29
Figura 3 – Imagem de Vassouras em 1859, dois anos após sua elevação à cidade, por Victor Fround.	30
Figura 4 – Mapa de 1836 já com a presença da Casa da Hera no arruamento da recém-criada Vila.	35
Figura 5 – Planta da Cidade de Vassouras 1858/1961, também ressaltando a presença da Casa da Hera.	37
Figura 6 – Fotografia da Praça Barão de Campo Belo. A vegetação ainda encontrava-se em uma baixa estatura, permitindo, assim, que a Casa da Hera fosse vista atrás da Palmeiras Imperiais do alto da colina. Data não identificada.	38
Figura 7 – Litografia do Barão de Airuoca.	41
Figura 8 – Francisco José Teixeira Leite – Barão de Vassouras.	41
Figuras 9 e 10 – Barão e Baronesa de Itambé.	42
Figura 11 – O casal Dr. Joaquim e D. Ana Esméria.	44
Figuras 12 e 13 – Imagens dos cadernos de caligrafia de Eufrásia Teixeira Leite.	45
Figuras 14 e 15 – A pequena Eufrásia Teixeira Leite e, na segunda foto, a prima Letícia Guimarães, com as duas irmãs, Eufrásia e Francisca, respectivamente, um pouco mais crescidas. Atribuições de Ernesto Catharino.	45
Figura 16 – Salão Vermelho da Casa da Hera. Fotografia de Douglas Montes, 2012.	46
Figura 17 – Salão Amarelo da Casa da Hera. Fotografia de Douglas Montes, 2012.	46
Figura 18 – Sala de jantar da Casa da Hera. Fotografia de Douglas Montes, 2012.	47
Figura 19 – Carta de despedida do Manoel da Silva Rebelo para Eufrásia. Janeiro de 1923.	49
Figura 20 – Fotografia publicada em 15 de setembro de 1930, no jornal Diário da Noite, noticiando a morte de Eufrásia Teixeira Leite.	

Figura 21 – Fotografia antiga da fachada da Casa da Hera. Data não identificada.	52
Figura 22 – Folha do jornal A Noite, com data de 31 de dezembro de 1936, noticiando a vida e a morte de Eufrásia e sua relação com seu burrinho “Pimpão”.	54
Figuras 23 e 24 – Recorte com o trecho da notícia que fala do burrinho e destaque na sua fotografia.	55
Figura 25 – Pedido de tombamento por Carlos Drummond de Andrade, em 20 de maio de 1952.	56
Figura 26 – Linha do tempo da Casa da Hera – do privado ao público.	60
Figura 27 – Passeio Público (19,4 cm x 25,4 cm). Foto de Marc Ferrez, 1890. Passeio Público, onde se avista a vegetação, ponte, estátua e cidadãos a passeio.	61
Figura 28 – Diagrama síntese dos desafios da gestão em relação à Chácara da Hera, para fortalecimento da noção de seu espaço como museológico relacional.	70
Figura 29 – Sequência do corte de uma antiga mangueira apodrecida e condenada à queda.	99
Figura 30 – Plantio de muda de mangueira no local em que foi retirada a mais antiga. As bromélias que a envolvem estavam nos galhos da primeira árvore e agora repousam sobre o toco do tronco, protegendo e acolhendo a nova e pequena muda.	100
Figuras 31 e 32 – Registros do Projeto Convivendo com a Natureza, na Chácara da Hera, no ano de 1991.	101
Figura 33 – Recorte com o texto do documento falando sobre o chá plantado na Chácara que era enviado para Eufrásia.	102
Figura 34 – Sequência de imagens dos fragmentos de louças de cerâmica encontrados durante a escavação arqueológica na chácara do Museu Casa da Hera.	103
Figuras 35 e 36 – Imagem das plaquinhas de identificação científica/histórica das espécies vegetais. Fotografias de Daniele Alves.	104
Figuras 37 e 38 – Bancos construídos com bambus pela Chácara para que o público possa experimentar momentos de descanso e contemplação no espaço verde do Museu Casa da Hera.	105
Figura 39 – Redes construídas com bambus e cordas penduradas nas árvores da Chácara, para que o público possa experimentar momentos de descanso e fruição no espaço verde do Museu Casa da Hera.	106
Figuras 40 e 41 – Jardineiras construídas com bambus da Chácara da Hera.	106
	107

Figura 42 – Imagem do banner informativo sobre a Chácara da Hera, localizado na entrada do museu. Junto a ele, a boneca representando a Mariana Crioula recebe o visitante. Fotografia de Daniele Alves.	107
Figura 43 – Banner informativo sobre a Chácara da Hera, localizado na entrada do Museu e apresentando o espaço ao visitante. Arte gráfica: Daniele Alves.	108
Figuras 44 e 45 – Exposição de bonecos Zé Pereira.	109
Figura 46 – Exposição de moinho d’água e telhas da própria Casa da Hera.	110
Figura 47 – Exposição “Água que te quero ter”, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.	110
Figuras 48, 49 e 50 – Registros do Ecoclube na Chácara do Museu Casa da Hera.	111
Figura 51 – Registros da colheita de alface com as crianças do Ecoclube na Chácara do Museu Casa da Hera.	111
Figura 52 – Oficina de capoeira durante o Viva – Cultura Popular! na Chácara do Museu Casa da Hera.	112
Figura 53 – Grupo Jongo Caxambu Renascer, na Chácara do Museu Casa da Hera.	112
Figura 54 – Registros de animais e flores da Chácara da Hera.	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção da população de escravos e livres nas cidades da região de Vassouras no ano de 1840.	27
Tabela 2 – Referências das citações sobre a Chácara nas cartas, existentes no acervo do Museu Casa da Hera, trocadas entre Sr. Manoel da Silva Rebello e Sra. Eufrásia Teixeira Leite.	50
Tabela 3 – Listagem dos jardins históricos do estado do Rio de Janeiro.	81
Tabela 4 – Sujeito, Espaço e Tempo aplicados ao repertório de relações da Chácara da Hera.	92

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

CDH/USS – Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICCROM – Centro Internacional para o estudo da Conservação e Restauro de propriedades culturais

ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus) – filiado à UNESCO

ICOFOM – International Committee for Museology, ICOM (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOFOM-LAM – Subcomitê Regional de ICOFOM na América Latina e o Caribe

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IFLA – Comitê Internacional de Jardins Históricos

IMSCJ – Instituto de Missionárias do Sagrado Coração de Jesus

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

JJTL – Joaquim José Teixeira Leite

MAPRO – Museu Mariano Procópio - Prefeitura de Juiz de Fora-MG

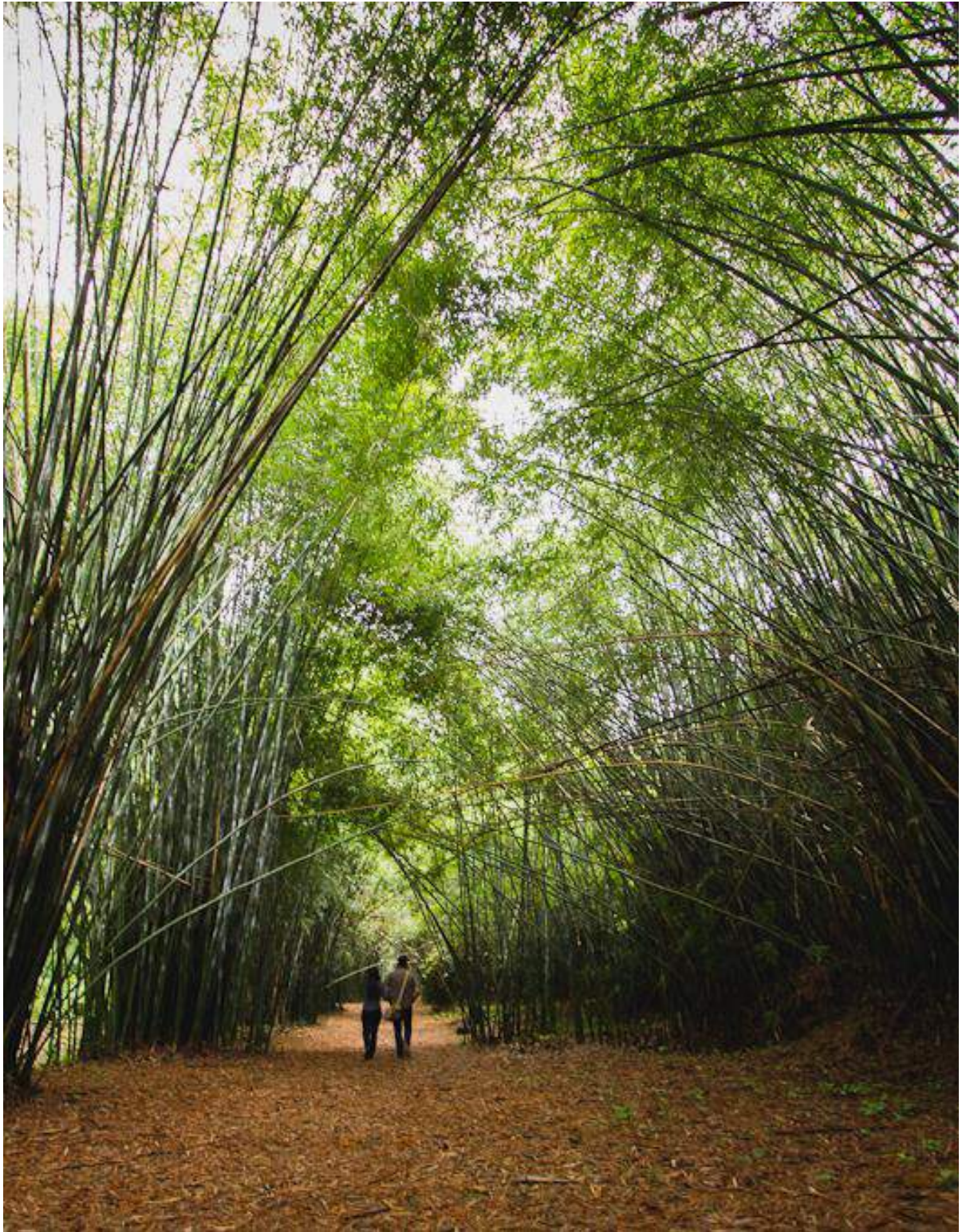
MCH – Museu Casa da Hera/IBRAM/MinC

MINC – Ministério da Cultura

OEA – Organização dos Estados Americanos

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	17
Cap. 1 CONSIDERANDO AS VARIÁVEIS ATÉ A CHÁCARA DA HERA	22
1.1 - CONFIGURANDO O ESPAÇO: DE MATA FECHADA À CIDADE DE VASSOURAS	24
1.1.1 – Casas de Chácara e seus Quintais	30
1.1.2 – A Chácara da Hera	34
1.2 - IDENTIFICANDO OS SUJEITOS	38
1.2.1 – A Família Teixeira Leite	39
1.2.2 – Dr. Joaquim José Teixeira Leite, sua Esposa e Filhas: os anfitriões	42
1.2.3 – A Casa dos Pais: cuidados a distância	47
1.3 - TEMPOS IDOS E TEMPOS CHEGADOS: O LEGADO DE EUFRÁSIA	52
1.3.1 – Caminhos para a Preservação	57
1.3.2 – Um Museu para o Patrimônio da Família Teixeira Leite	61
Cap. 2 NATUREZA E PATRIMÔNIO	64
2.1 – A NATUREZA COMO PATRIMÔNIO	68
2.2 – JARDINS HISTÓRICOS COMO CHANCELA DE PRESERVAÇÃO	74
2.3 – MUSEUS E MEIO AMBIENTE	83
Cap. 3 SUJEITO, ESPAÇO E TEMPO: UNIVERSO DE RELAÇÕES	87
3.1 – A CHÁCARA DA HERA COMO ESPAÇO MUSEOLÓGICO RELACIONAL	90
3.2 – ALGUNS PASSOS EM BUSCA DA RESSIGNIFICAÇÃO DA CHÁCARA DA HERA	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERENCIAS	118
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

Falar sobre jardins é algo como remexer no baú das nossas memórias. Toda criança já brincou em um jardim: usou folhas para fazer comidinhas, fez bem-me-quer/mal-me-quer com flores, passou horas e horas mexendo na terra e, correndo por entre as árvores, chorou ao tropeçar em uma raiz. Pensar a relação entre as pessoas e espaços como esse no decorrer do tempo é um dos desafios deste trabalho. Pretende-se aqui olhar e refletir, sob a perspectiva do universo conceitual do patrimônio, acerca das variáveis do sujeito, do espaço e do tempo. Neste percurso, nos deparamos com os temas paisagem cultural e jardim histórico, até alcançar o delicado e complexo caminho da musealização.

De que forma o entendimento sobre determinado lugar vai definir o seu sentido, e como a atribuição de um sentido ou de outro vai determinar o seu modo de uso, apropriação, tratamento e preservação? Quais as nuances desse processo? Provocar o embate de três elementos tão densos já seria, por si só, uma batalha bastante árdua; mas, para além disso, é preciso considerar que, sendo um dos elementos representado pela figura de um jardim, este, essencialmente, pressupõe em sua natureza um movimento dinâmico, de permanente transformação. A cada nova estação sua imagem é recriada: cores, aromas, sabores e desenhos se apresentam em outro momento, diferente do anterior e, também, daquele que ainda está por vir.

A partir dessa inquietação inicial, faz-se necessário assumir uma abordagem interdisciplinar¹, por uma teia de conceitos que vão, juntos, compor a tessitura desta pesquisa. Dessa forma, buscamos como ponto de partida o reconhecimento da necessidade de preservação da natureza e, daí, os desdobramentos da motivação pelo sentido de preservar e a valorização do conjunto de significações em que as relações da sociedade com seu meio ambiente são construídas.

No propósito da preservação, determinadas áreas verdes passaram a ser patrimonializadas. Segundo Pereiro (2006, p. 23-41), o processo de patrimonialização é um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo, com a atribuição de valores, sentidos, usos e significados voltados para um processo de ativação das memórias passíveis de caírem no esquecimento. Ao conceder o título de patrimônio e determinar normas de uso, ocupação e cuidado, a sociedade constrói um universo simbólico para a preservação de uma área verde, registrando elementos que tornarão aquele espaço, e seu contexto, um testemunho de determinada realidade. Nesse sentido, avançamos um pouco mais ao pensar no processo de musealização dessas áreas. Se são

¹ Um olhar interdisciplinar sobre a realidade permite que entendamos melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem. (GOLDMAN, 1979, p. 3-25 apud THIESEN, 2008, p. 2)

musealizadas, certamente já foram, em um primeiro momento, reconhecidas como patrimônio – assim, quais as demandas desse segundo processo? Nessa conjuntura, percebemos a necessidade da identificação dos elementos que compõem o sentido de determinada valorização e, mais do que isso, o entrecruzamento de suas significações, o que quer dizer que, além do sentido de cada elemento isolado, a relação entre eles poderá alcançar uma efetiva significância para legitimar seu processo enquanto bem musealizado. Nessa proposta reside o conceito de espaço museológico relacional, pois os polos separadamente são apenas entidades isoladas, mas o relacionamento entre eles poderá fortalecer e direcionar a existência do museu (LARA FILHO, 2006, p. 10).

Dessa maneira notamos presente a questão essencial da noção do patrimônio – a apropriação, o sentido do pertencimento – e, junto a ela, a dos museus – guardar, conservar, manter, e também expor, comunicar, socializar e educar a partir da relação entre os homens e as coisas, o que envolve elementos tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais. Tal entendimento pressupõe, necessariamente, a existência de um espaço relacional intergeracional, intermatérias e interconceitos. Nesse sentido, suscitamos o fluxo do ciclo existente entre um sujeito que valora um determinado bem em relação àquele que cuida do que se identificou como valor, para que outro veja e também reconheça o bem, e possa comunicar algo sobre ele, para que outros também queiram ver e cuidar, para que seus filhos e netos tenham a mesma oportunidade; e assim, sucessivamente, o museu relaciona sentidos, valores e bens através dos tempos.

Com base nisso, buscamos a aplicação da sistemática supracitada para refletir e discutir sobre um caso específico: analisar o processo de transformação e significação cultural da Chácara dos Teixeira Leite, em Vassouras, estado do Rio de Janeiro, que desde o ano de 1968 é o local que acolhe o Museu Casa da Hera². O mencionado museu-casa é uma referência sobre o modo de vida de uma família abastada que viveu o período do auge do cultivo cafeeiro no Vale do Paraíba. Neste espaço domiciliar urbano encontramos uma bonita casa térrea, (re)vestida de hera, assentada por baldrame de pedra no alto de uma colina e, no seu entorno, um terreno em declive com uma chácara de cerca de 33.500 m² (trinta e três mil e quinhentos metros quadrados).

Uma casa com área verde em seu entorno, a chácara – daí relacionamos dois bens materialmente diferentes, mas que suscitam, na sua relação, os saberes e fazeres oriundos das relações sociais construídas ao longo do tempo. Pretende-se retomar os caminhos percorridos pelo território da chácara enquanto quintal privado da residência desta importante família do século XIX,

² Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/Ministério da Cultura – MinC.

até o momento atual, quando se apresenta como um espaço público mantenedor de uma relevante referência social, histórica e cultural para a região onde está localizado.

O objetivo geral do presente trabalho é tecer alguns sentidos possíveis para a chácara do Museu Casa da Hera nos seus diferentes sujeitos, tempos e espaços, de forma a reconhecê-la como um rico território de relações e experiências – um espaço museológico relacional. A partir de tais propósitos, nos cabe buscar o processo constitutivo e os fundamentos teóricos que testemunham as características dos quintais das casas do século XIX. Ainda, apontar conceitos e bases que subsidiam o processo de musealização de áreas verdes, ou seja, perceber de que forma o campo da museologia absorveu a patrimonialização do meio ambiente, articulando conceitos como monumentos vivos e jardins históricos que, inseridos em um contexto de preservação, passam a demandar necessidades específicas de manutenção, uso, interpretação e comunicação.

Com o propósito de alcançar os objetivos supracitados, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, buscou metodologicamente duas frentes: bibliográfica e estudo de caso. Foram consultadas fontes bibliográficas, iconográficas e documentais diversas, livros, revistas científicas e informativas, jornais e páginas da rede mundial de computadores, informações especificamente direcionadas aos conceitos em questão: chácaras e quintais das casas do século XIX, patrimônio natural, cultural e ambiental, musealização, jardins históricos e seus processos de conservação, documentação, comunicação e educação, seguidas da análise de como tais conceitos se articulam.

Além disso, foi realizada uma pesquisa no acervo administrativo, bibliográfico, arquivístico e museológico da Casa da Hera, com o levantamento da história da casa e de seu espaço verde por meio de documentos como testamento, inventário, fotografias antigas, cartas de família, títulos de negócios e fichas catalográficas. Buscou-se, igualmente, outras fontes, como o acervo do escritório técnico do IPHAN, instituição responsável pelo referido museu desde sua abertura ao público até o ano de 2009³, e também do Centro de documentação histórica da Universidade Severino Sombra – CDH/USS, localizado na cidade de Vassouras. As publicações pesquisadas tratam sobre registros, citações e intervenções na chácara da família Teixeira Leite. Para completar o estudo de caso, foi realizada uma análise da atual situação do espaço verde do Museu Casa da Hera e uma busca por fundamentos que documentem e justifiquem seu plano de manejo, intervenções, forma de conservação, apropriação e uso pelo público.

³ A partir de 2009, o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus passa a administrar o Museu Casa da Hera e mais outros 27 museus no Brasil.

Esta pesquisa foi viabilizada pelo envolvimento profissional e afetivo da pesquisadora com a chácara, pois foi responsável pela direção do Museu Casa da Hera durante os anos de 2010 a 2013. Nesta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, a proposta foi realizar um estudo dos jardins históricos da Chácara da Hera à luz dos teóricos da museologia e do patrimônio.

A partir do percurso descrito acima, a dissertação é composta pela seguinte estrutura: o primeiro capítulo situa o leitor sobre quais fatores e acontecimentos fazem parte do contexto histórico e espacial em que a Chácara da Hera está inserida, isto é, configura o espaço com sua trajetória sócio-histórica, retoma elementos que identificam as moradias no contexto do século XIX e apresenta o recorte espacial a ser estudado – a Chácara da Hera. As variáveis dessa equação serão consideradas durante todo o trabalho. Em seguida, são identificados os personagens que atuaram neste espaço, com seus feitos e particularidades, para finalmente relatar os saltos temporais determinantes no decorrer de uma caminhada de quase dois séculos.

O desafio do capítulo dois é realizar um apanhado teórico com documentos e autores que tratam do reconhecimento da natureza como patrimônio. A partir do cruzamento desse binômio, temos desdobramentos de conceitos específicos inseridos nesses campos. Entre eles, a questão dos jardins históricos é tratada desde o seu reconhecimento como categoria patrimonial até suas formas específicas de tratamento, conservação e manutenção. Outra particularidade deste grande universo temático, tratado no presente trabalho, é a musealização de áreas verdes. A percepção desse caminho se mostra fundamental para o entendimento da Chácara da Hera como espaço museológico.

O capítulo três se desenvolve com a preocupação de esclarecer como as variáveis descritas no primeiro capítulo, quando analisadas pelas óticas da patrimonialização e da musealização apresentadas no segundo capítulo, se relacionam e resultam em um universo de significações que justificam o seu processo. Para isso, buscamos estabelecer e traçar relações existentes, identificando os elementos de pesquisa e ações de gestão que contribuíram para fortalecer o entendimento da Chácara da Hera como um espaço museológico relacional.

CAPÍTULO 1



CAPÍTULO 1 – CONSIDERANDO AS VARIÁVEIS ATÉ A CHÁCARA DA HERA

Buscando alcançar os percursos que constituíram a base para o “pensar na natureza”, considerando suas possíveis conexões com o ser humano e percebendo o dinâmico emaranhado de significações que estas relações podem suscitar, iniciamos apresentando os elementos que irão compor o tecido do nosso objeto de estudo. Para uma análise mais aprofundada da chácara do Museu Casa da Hera, vamos desmembrar a trama de relações que se conjugam e integram as representatividades deste conjunto e, assim, sujeito, espaço e tempo serão variáveis integrantes desta equação.

Cabe dizer que nesta pesquisa não há pretensão de se esmiuçar o complexo processo de constituição e transformação de uma sociedade, desde seus primórdios em meio às matas fechadas até sua configuração urbana contemporânea. Antes disso, objetiva-se apresentar uma linha de pensamento que considera a relação entre todos os fatores como integrantes fundamentais na formação de sua história, uma vez que o entrecruzamento dos aspectos econômicos, sociais, geográficos, culturais e políticos contextualizam e agregam sentido ao nosso objeto de estudo.

Como primeiro elemento a ser analisado, assumimos o espaço como fator tanto de localização quanto de significação. Ou seja, a questão geográfica e suas implicações como fatores que impulsionam essa narrativa e, de mãos dadas, os elementos que permeiam essa justificativa e que vão trazer a significação, as venturas e desventuras de uma terra aberta por tropeiros, ocupada por mineiros que, com o cultivo do café, trouxeram para a região a riqueza, o luxo, a nobreza e uma complexa construção histórica de lutas entre classes, gêneros e todo o legado de uma intrigante trajetória.

Entendendo os reflexos da narrativa e seus desdobramentos ocorridos nesse lugar, o Vale do Paraíba, o próximo passo será buscar os protagonistas da história: de que forma tais sujeitos escreveram seu destino e conseqüentemente o destino da região? Como as famílias Teixeira Leite e Correia e Castro se encontram e se fazem presentes nesta sociedade? Como suas ações ainda ecoam na contemporaneidade? E, finalmente, de que forma o entrelaçar de todas as questões supracitadas e suas relações no decorrer do tempo são tão importantes para a configuração do Museu Casa da Hera, ainda nos dias de hoje.

1.1 Configurando o Espaço: de mata fechada à cidade de Vassouras

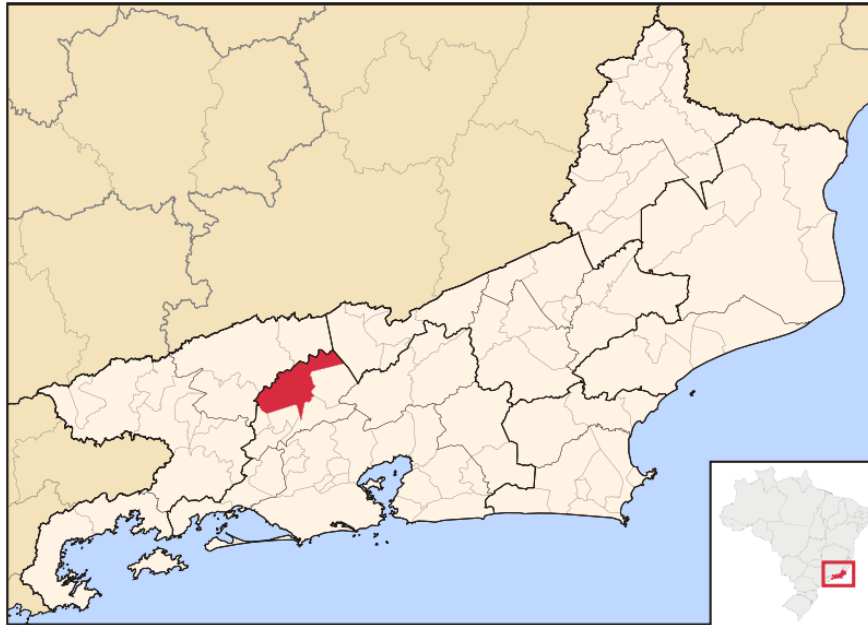


Figura 1 – Cidade de Vassouras e sua localização em relação ao estado do Rio de Janeiro, e este em relação ao Brasil. Fonte: <<http://upload.wikimedia.org/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

A cidade de Vassouras localiza-se no interior do estado do Rio de Janeiro, entre a Serra do Mar e a da Mantiqueira, margeando o rio Paraíba do Sul⁴. Em 29 de setembro de 2013, o território, enquanto cidade, completou 155 anos de existência, mas, antes mesmo desse recorte espacial e urbano, tal denominação “civilizatória” foi se estabelecendo aos poucos, necessitando inicialmente da abertura de caminhos em toda a região do vale sul-fluminense. O percurso que margeia o rio, formando um vale, era tomado por floresta tropical. Segundo o pesquisador Silva Telles (1968, p. 11), a presença de uma densa selva retardou a entrada do homem e a abertura de um importante caminho que ligaria o litoral do Rio de Janeiro às Minas Gerais. Até então, o trajeto era feito somente pelo sul ou pelo norte do país.

A princípio, toda a região que circunda Vassouras era tomada por uma cerrada vegetação tropical da Mata Atlântica, sendo ocupada por índios Puri-Coroado. Sua abertura se iniciou no século XVII, pelos tropeiros, em busca do caminho que levaria ao ouro. As tropas de mulas cortando a região trouxeram movimento e muitos posseiros interessados no comércio de produtos para os viajantes.

⁴ O rio Paraíba do Sul é formado pelos rios Paraitinga e Paraibuna (TELLES, 2006, p. 11).

Assim surgiu um povoamento inicial, com o estabelecimento das primeiras roças e sesmarias (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993, p. 186).

Muitos viajantes percorreram o circuito no início dos 1800. O francês Augusto Saint-Hilaire⁵, por exemplo, foi um dos que reafirmou em seus relatos as grandes dificuldades em vencer a serra⁶ e a mata fechada para a abertura dos caminhos. Telles (1968, p. 13) conta ainda que, para ligar São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, houve um primeiro caminho, o dos Guaianases, que partia da Vila de Parati em direção à Serra do Mar, chamado Caminho Velho. Em 1698, Garcia Rodrigues Paes⁷ recebeu autorização para a abertura de uma estrada às margens do rio Paraíba, que foi nominada como Caminho Novo e que ligava a Baía da Guanabara à Borda do Campo – cidade mineira atualmente conhecida como Barbacena. Assim, até por volta de 1705, o Caminho Novo foi sendo desenhado por diferentes traçados, todos na tentativa de encurtar os trajetos e o tempo gasto nas viagens.

No sentido Rio de Janeiro – Paraíba do Sul – Minas Gerais, já no início do século XIX, a Junta do Comércio do Rio de Janeiro determinou a abertura das estradas do Comércio⁸, em 1813, e da Polícia⁹, em torno de 1819, e essa última foi aberta passando pela Serra do Mar, atravessando o rio Paraíba. Segundo Bittencourt (2001, p. 21 e 22), a Estrada da Polícia margeava a Capela Nossa Senhora da Conceição, que começou a ser construída em janeiro de 1828 com o apoio de personalidades do local, e se deu principalmente por iniciativa de Custódio Leite Ribeiro e seu sobrinho Francisco José Teixeira Leite – dois personagens importantes para a nossa história, sobre os quais falaremos mais a frente.

Em 4 de setembro de 1820, um decreto assinado por D. João VI autorizou a criação da Vila de Paty¹⁰ de Alferes, em uma localização central e plana, no cruzamento de duas estradas, onde em uma espécie de arraial já se encontravam algumas habitações. Segundo Raposo (1978, p. 19), a intenção inicial foi de que ali pudesse ser construída uma Igreja Matriz. Com o correr dos anos, a morosidade com a qual o avanço teimava em chegar desmotivou aqueles que geriam a Vila, que, mesmo depois de muitos esforços e de treze anos passados, não conseguia progredir para além

⁵ Sobre o assunto, consultar: SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais** (01/06/1816 – 22/09/1817). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974b.

⁶ Sobre o assunto, consultar: LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

⁷ Garcia Rodrigues Paes era filho do chamado Governador das Esmeraldas, o Fernão Dias Paes.

⁸ A Estrada do Comércio ia de Iguazu Velho até Massambará, atravessando o Rio Paraíba. (SALLES, 2008, p. 140)

⁹ A Estrada da Polícia ia de Desengano (Juparanã) a Rio Preto. (SALLES, 2008, p. 140)

¹⁰ Segundo Telles (1968, p. 19) “Patys” era o nome de uma palmeira.

daquelas primeiras moradias. Foi aí que, em 15 de janeiro de 1833, após uma avaliação sobre seu vagaroso progresso, por uma decisão da Câmara de Vereadores – seguida de um decreto regencial –, foi extinta a sede da Vila de Paty de Alferes, passando seu título para o povoado da chamada Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito¹¹ (TELLES, 1968, p. 21). Tambasco (2004, p. 36) conta que, inicialmente, Vassouras¹² tinha as mesmas poucas casas de Paty, conforme registrado na ata da sessão da Câmara de Vereadores¹³, mas o seu potencial estratégico pelo fácil acesso através das Estradas da Polícia e do Comércio propiciou o rápido desenvolvimento do plantio do café.

Cabe ressaltar que, segundo Muaze (2010, p. 306), a introdução do café na região se deu muito antes da criação das vilas de Paty e Vassouras, no caminho entre as minas de ouro e o Rio de Janeiro, uma vez que mudas eram plantadas pelos tropeiros ao longo do trecho, de forma a garantir o grão nas próximas viagens. Na região de Vassouras, o plantio prosperou, gerando o investimento dessa cultura na região. Ainda assim, como nos relata Telles (2006, p. 41), entre 1800 e 1810 os cafezais já começavam a marcar presença nas fazendas; porém, concomitantemente a esse investimento, os fazendeiros apostavam em plantios diversificados como mandioca, algodão, milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros.

De acordo com Stein (1990, p. 33), com a decisão da transferência da vila para a região de Vassouras, famílias em busca de novas fontes de riqueza instalaram-se no povoado, em virtude tanto do esgotamento das minas de ouro, quanto da expansão da próspera cultura do café, por estar em um local inicialmente propício à sua produção e pela eliminação do grupo de índios locais. Coincidência ou não, com o raleamento do ouro nas Minas Gerais, mineradores e suas famílias adquiriram terras no vale e logo se tornaram fazendeiros, entre o final do século XVII e início do XIX. Na organização de suas fazendas, incluiu-se tanto a compra de mão de obra escrava quanto o investimento em novos cafezais. Para tal, mesmo com o solo bastante produtivo, o ciclo de colheita do café se apresentava inicialmente demorado e caro, já que, do cultivo das sementes até sua primeira colheita, demandava acompanhar um intervalo de cerca de quatro anos, quando, após a primeira florada, sua produção se torna anual.

¹¹ Segundo Raposo (1978, p. 28), os locais da Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito foram, em 5 de outubro de 1782, concedidos a Francisco Rodrigues Alves e Luis Homem de Azevedo, e abrangia as Freguesias de Sacra Família do Tinguá e de Paty de Alferes.

¹² Petrucelli (1994, p. 2) cita que, nos relatos do viajante francês C. Ribeyrolles (1982, p. 226), o nome da localidade provavelmente se deu em virtude da forte presença de uma planta arbustiva utilizada para a feitura de vassouras.

¹³ Ata da Sessão da Câmara, em 7 de janeiro de 1849, folha 27 do livro 4º de Atas da Câmara (1847 - 1859).

Gradativamente, a prosperidade do cultivo do café se sobrepôs a todas as outras culturas da região. O produto tinha uma forte demanda internacional e, por isso, sua exportação rendia enormes lucros aos produtores. Para atender essa demanda, que só crescia, mais florestas foram cortadas e queimadas, para dar lugar a mais cafezais e, para seu cultivo, cada vez mais escravos eram necessários.

Tabela 1 – Proporção da população de escravos e livres nas cidades da região de Vassouras no ano de 1840.

Economia Regional Cafeeira e Força de Trabalho Escrava

Localidade/Período	Escravos	Livres	Total
Paty - 1779/1789 ^(a)	727	1.167	1.894
Sacra F. - 1779/1789 ^(a)	226	260	486
Paty - 1821 ^(b)	2.132	982	3.114
Sacra F. - 1821 ^(b)	1.301	840	2.181
Paty - 1840 ^(c)	6.095	2.057	8.152
Sacra F. - 1840 ^(c)	4.562	1.405	1.967
Vassouras - 1840 ^(c)	7.863	2.310	10.173

Fontes: (a) Melgaço (1884); (b) Mappa (1870); (c) Relatório do Presidente da Província do RJ de 1840.

Fonte: FRIDMAN, 2006, p. 137.

Segundo Stein (1990, p. 10), em 1836, a região chegou a exportar a marca de 300 mil arrobas de café. Com o enorme crescimento da produção cafeeira, a mão de obra precisou ser abundante e, a partir de 1830, o tráfico de escravos no Atlântico se tornou intenso, até quando, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz¹⁴ proibiu a prática¹⁵, escasseando esse tipo de mão de obra.

Na pauta de exportações brasileiras, o café conquistou a primeira posição em 1838, sendo o Vale do Paraíba o grande responsável pela maioria dessa produção. Logo em seguida, na década de 1840, o Brasil passou a ser o maior produtor de café do mundo e, já em meados do século XIX, a produção ampliou seus horizontes geográficos, alcançando o oeste paulista – nesse momento, o cultivo do café encontrou local, condição e formas de cultivo ideais para o seu desenvolvimento. Segundo Taunay (1939, p. 244), “em cem anos de produção, o café gerou três vezes mais riquezas do que trezentos anos de açúcar”.

¹⁴ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.

¹⁵ No sentido de completar a Lei Eusébio de Queiroz, em 1854 é criada a Lei Nabuco de Araújo, que pretendia reforçar a repressão do tráfico negreiro.

Diferentemente do que aconteceu em outras localidades, no período de grande desenvolvimento do café houve uma preocupação com a organização da estrutura local. Como nos conta Telles (1968, p. 27), os senhores da região alternavam-se em cargos administrativos e políticos e, com isso, empenhavam-se no crescimento da próspera e então rica Vassouras¹⁶. Isso tudo contribuiu para que, em 29 de setembro de 1857, a Lei Provincial de nº 961 elevasse a vila à condição de cidade.

Causa admiração a todas as pessoas que estudam ou observam o nascimento de Vassouras, a rapidez espantosa de seu crescimento, ao mesmo tempo que a regularidade e disciplinamento de sua urbanização. (TELLES, 1968, p. 26)

Assim, no contexto da produção do café, a cidade foi sendo construída, povoada e movimentada econômica, política, cultural e socialmente, gerando o nascimento de uma nova aristocracia, os “Barões do Café”, de tal forma que o luxo e o poder conquistados por aqueles que atuavam em torno deste produto propiciaram uma rápida ascensão à estrutura urbana, contribuindo igualmente para a estruturação do próprio país (SALLES, 2008, p. 146). No depoimento de Lamego (1950, p. 156) podemos perceber um pouco do que foi este processo:

Mas nada é comparável ao que se passa em Vassouras no período áureo da Serra Fluminense. O que ali vemos é uma íntima e inexplicável associação do campo à cidade, ambos conjugalmente unidos para a criação de uma cultura urbano-rural a florescer numa civilização que até hoje admiramos. (LAMEGO, 1950, p. 156)

Segundo a pesquisadora e professora Mariana Muaze (2010):

[...] o florescimento da nova vila foi rápido e, em 1850, já possuía 35.000 residentes entre pessoas livres e escravos. Em 1872, esse número foi para 39.253 habitantes, incluindo 20.158 escravos, 19.085 livres de diferentes raças e origens. (MUAZE, 2010, p. 307)

Apesar de um gráfico de desenvolvimento tão ascendente, as coisas não seguiram tão bem assim. O uso de equivocados métodos de cultivo, como o plantio linear do café, minaram os recursos

¹⁶ De acordo com Lima (2008, p. 1), na década de 1850, somente Vassouras produziu aproximadamente 1 milhão e 500 mil arrobas de café. Isso, somado à produção de toda a província fluminense – 8 milhões de arrobas –, representou 80% da produção de café de todo o Brasil.

naturais da região, expondo o solo às chuvas torrenciais cada vez mais fortes que, sem a proteção de sua vegetação nativa – por conta do desmatamento –, tornou-se vulnerável às erosões. Assim, a fina camada de terra fértil foi lavada, o que, somado à prática de queimadas excessivas e ao envelhecimento natural dos pés de café, contribuíram para o empobrecimento do solo e, conseqüentemente, para sua gradativa improdutividade (PETRUCELLI, 1994, p. 4). Como explica o historiador Roberto Guião de Souza Lima (2008):

As principais causas da decadência do café no Vale foram: a utilização de técnicas inadequadas de plantio e cultivo e o mau uso da terra. Dentre as técnicas inadequadas, destacou-se o plantio do café em linha reta, de cima para baixo, e não em curvas de nível. Com isso, o cafeeiro tinha suas raízes capilares lavadas e expostas ao ar e ao sol pelas águas das chuvas, o que diminuía consideravelmente a sua produtividade e o seu tempo de vida útil. Além disso, a enxurrada removía a camada fértil do solo, que era depositada nas várzeas ou levada pelas águas dos rios da região. (LIMA, 2008, p. 35)



Figura 2 – Escravos. Colheita de café, em local não identificado. Foto de Marc Ferrez. Fonte: Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles.



Fig. 3 – Vista da Cidade de Vassouras, em 1859, de Alvaro de Vitor Froude.

Figura 3 – Imagem de Vassouras em 1859, dois anos após sua elevação à cidade, por Victor Froude. Fonte: TELLES, 1968, p. 120.

1.1.1 Casas de Chácara e Seus Quintais

Como vimos, muitos episódios marcaram a história de Vassouras até a conquista do título de cidade. Após esses primeiros dados, com o intuito de nos aproximar mais um pouco do nosso objeto de estudo, passamos agora a buscar as características e o processo de consolidação das chácaras enquanto moradias comuns do século XIX, e a investigar como aspectos próprios da vida rural adentraram o cotidiano das cidades, contribuindo para sua consolidação. Por meio desse estudo será possível perceber como a residência da família Teixeira Leite se insere no contexto da urbanização do espaço vassourense e, nesse sentido, se torna um importante testemunho desse processo. Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, essa moradia não fez parte de nenhuma fazenda e também não foi uma casa à beira da rua, e sim uma chamada “chácara urbana”.

Uma pesquisa interessante do Leonardo Soares dos Santos (2010) sobre a desruralização da cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX discute – citando Marx e Engels – a ruptura do metabolismo do homem com a natureza, ou seja, a imposição pelo capitalismo, inserido na lógica

civilizatória, de um sistema de trocas materiais por meio da exploração e lucro sobre os bens naturais, a partir do qual a natureza passa a ser vista como mercadoria inserida na ótica comercial. No contexto da formação das cidades europeias medievais, a cidade e o campo, apesar de diferentes no que tange às suas funções, se complementam, considerando seus usos. Segundo Santos (2010, p. 2), esta análise pode ser aplicada ao Rio de Janeiro, no qual a hipótese de complementaridade pode vir a justificar a presença de tantas chácaras no perímetro urbano carioca. No núcleo original do Rio de Janeiro, as chácaras ocupavam grande parte do território, sendo muitas delas de propriedade de ordens religiosas. Outra possível explicação levantada pelo pesquisador é que no começo das cidades ainda não existia toda a infraestrutura necessária ao permanente abastecimento e que o descarte de produtos e o transporte entre polos produtores ainda era moroso e limitado; assim, a manutenção das chácaras era uma alternativa de autoabastecimento nos centros urbanos, ainda, neste tempo, com mão de obra escrava. Para Nelson Omegna (1971):

Os proprietários rurais, eventuais moradores dos núcleos urbanos, tenderam a transferir para estes os seus programas de autossuficiência, transportando e aproveitando parcelas de sua produção rural, e mesmo instalando, em escala reduzida, no próprio meio urbano, a produção de alimentos. [...] Os quintais das chácaras da periferia, e mesmo as residências mais centrais, teriam seus pomares, suas criações de animais domésticos e suas hortas. (OMEGNA, 1971, p. 44)

Sobre o papel crucial da estrutura das chácaras para o fluxo das cidades no início do século XIX, Santos (2010) reitera que, naquele tempo, a principal forma de transporte era via animal e que, como tal, demandava todo um cuidado na sua manutenção – pastagens, estrebarias, cocheiras e etc.

Um depoimento de Gilberto Freyre afirma que as chácaras sempre foram um elemento marcante das cidades brasileiras, o autor exemplifica várias localidades em que esse tipo de morada se fez presente. Outra observação importante, definidora da questão social, é que moradias como chácaras geralmente possuíam grandes dimensões, se localizavam no alto, isoladas, enquanto a população de classe menos afortunada se amontoava no centro da cidade. Em seus registros do livro “Viagem Pitoresca através do Brasil”, Rugendas confirma essa segregação quando descreve Salvador: “Na cidade baixa, dos altos sobrados, habitavam os comerciantes; os mais ricos possuíam casas de campo ou chácaras nas colinas, fora do centro da cidade” (RUGENDAS, s/d, p. 75 apud ARAGÃO, 2008, p. 5).

Um precioso relato do viajante Saint-Hilaire descreve essa forma de moradia em São Paulo:

[...] bonitas casas espalhadas pelo campo e numerosas chácaras embelezando a paisagem – muitas delas situadas em amplos terrenos cercados, com plantações de cafeeiros, laranjeiras, jabuticabeiras e outras árvores de fruto. (SAINT-HILAIRE, 1974b, p. 127)

Procurando informações sobre as estruturas de chácaras no século XIX, encontramos Freyre (1985), que descreve:

Havia sempre nos jardins das chácaras um parreiral, sustentado por varas ou então colunas de ferro: parreiras com cachos de uva doce enroscando-se pelas árvores, confraternizando com o resto do jardim. Recantos cheios de sombra onde se podia merendar nos dias de calor. (FREYRE, 1985, p. 202)

De um modo geral, registros administrativos das cidades do século XIX e também romances da época, como os de Machado de Assis¹⁷ e Joaquim Manuel de Macedo¹⁸, citam as famosas casas com horta, quintal e chácara (CAVALCANTI, 1997, p. 418 apud SANTOS, 2010, p. 4).

Para a manutenção das grandes áreas das chácaras, como já foi dito anteriormente, o serviço de escravos domésticos era fundamental e, buscando suas funções, entendemos um pouco dessa estrutura. Jaime Benchimol (1992 apud SANTOS, 2010, p. 7) conta que os escravos desenvolviam desde atividades de produção agrícola de subsistência até aquelas ligadas à economia natural doméstica, ou seja, plantar, cozinhar, tecer, cuidar das crianças e dos animais, colher etc.

No dicionário Michaelis (2013), chácara é definida como:

1. Pequena propriedade agrícola nas cercanias de cidades para uma ou mais das seguintes atividades: cultivo de verduras e legumes, cultivo de árvores frutíferas, fabricação de laticínios, criação em pequena escala etc. 2. Casa de campo perto da cidade.

Nesse mesmo sentido, o dicionário Caldas Aulete (2013) também deixa em aberto a definição de chácara como sendo propriedade rural ou urbana:

¹⁷ Ver em: ASSIS, Machado de. **A Mão e a Luva**. São Paulo: Catania editora, s/d.; _____. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Ática, 1973. p. 8.; RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro-Editor, 1911.

¹⁸ Ver em: MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Luneta Mágica**. Editora Paulus, 1869.

1. Bras. Pequena propriedade rural situada próxima a área urbana, destinada ao recreio ou à produção em pequena escala de hortifrutigranjeiros; SÍTIO
2. Propriedade urbana de grande extensão, cercada de área verde.

Essa questão aparece também na pesquisa de Solange Aragão (2008), ao definir as características de diferentes tipos de moradia no período e sua relação com a rua. Dentre casarões, casas térreas, sobrados e cortiços, a chácara é situada entre o rural e o urbano, sendo, então, conceituada como uma moradia semiurbana:

A meio caminho do campo, a residência semiurbana era quase sempre térrea (ou assobradada) e construída, da mesma forma, com os materiais disponíveis no entorno. Contava com horta, pomar e jardim, situando-se na maioria das vezes nas proximidades de um rio, riacho ou córrego d'água. Com frutas, verduras, água e capim para os animais, a residência semiurbana compunha uma estrutura mais autossuficiente que a urbana. Os cômodos internos eram melhor ventilados e iluminados, uma vez que a construção estava isolada no terreno. Essas casas compunham uma paisagem mais horizontal, com as construções esparsas, cercadas pelo verde. (ARAGÃO, 2008, p. 2)

Veremos que chácaras também foram comuns na formação de Vassouras e que a residência dos nossos anfitriões apresenta exatamente essa formação. Aos que conhecem, a descrição acima mais parece estar contando, detalhe a detalhe, a estrutura da Chácara da Hera, que a seguir apontaremos como foco deste estudo.

Uma questão muito importante levantada pela autora Solange Aragão (2008), e que nesta pesquisa é o elemento que estamos buscando para sua resignificação, reside no papel do jardim na caracterização das casas de chácara urbanas ou semiurbanas do século XIX. Na visão dessa autora, enquanto as residências das cidades eram construídas umas ao lado das outras, sem recuo lateral e com seu quintal escondido na parte de trás das casas, por sua vez, as chácaras estavam isoladas em um grande lote e cercadas por jardins, sendo esse o elemento que qualificava tal identificação (ARAGÃO, 2008, p. 6).

Se no início e no meio do século XIX o tipo de moradia das chácaras era muito comum nas diversas cidades do país, desde as capitais até as mais interioranas, temos no final do século um retalhamento e até o desaparecimento dessas grandes propriedades nas cidades. Conforme iniciamos o tópico, as relações do homem com a natureza vão se inserindo, cada vez mais, na lógica mercadológica, e o crescimento das cidades traz igualmente o mercado imobiliário. De acordo com

Santos (2010, p. 9), a transformação da terra e do trabalho em mercadoria, principalmente após o fim da escravidão, e o aumento de trabalhadores assalariados foram fatores que em muito contribuíram para que, pouco a pouco, as grandes extensões de terras das chácaras fossem cortadas e recortadas e, no lugar delas, ruas, prédios públicos, escolas, vendas, mercados, teatros e outras residências passassem a ocupar seu lugar, satisfazendo as novas necessidades sociais. Assim, percebemos o valor e a relevância de nosso objeto de estudo, que, mesmo com todas essas transformações, manteve boa parte de suas terras preservadas, sendo, nos dias de hoje, praticamente a única chácara urbana do século XIX a resistir aos imperativos da contemporaneidade na cidade de Vassouras. A seguir veremos os fatores que determinaram essa preservação.

1.1.2 A Chácara da Hera

Entendido o trajeto de formação da cidade de Vassouras e a configuração das casas de chácara no período oitocentista, passamos agora a visualizar as especificidades da chácara da família Teixeira Leite, no contexto de formação e afirmação do território em processo de urbanização. Sobre o referido processo, Telles (1968, p. 42 e 43) afirma que Vassouras passou pelos mesmos padrões de estruturação de qualquer cidade brasileira típica do século XIX, ou seja: no alto a igreja matriz e, em seu entorno, arruamentos e a praça com seu chafariz e palmeiras imperiais. Bem próxima a esse centro, no alto de uma colina com vista para a igreja, lá está a Chácara da Hera.

Como dito anteriormente, o povoado de “Vassouras e Rio Bonito” é elevado à vila em 1933. Deste mesmo período há um importante registro que testemunha a existência da chácara desde então: um mapa da Vila de Vassouras datado do ano de 1836. Neste documento cartográfico, o mais antigo do lugar, já é possível identificar, junto a outras poucas casas, a presença da Chácara da Hera (sua casa aparece no formato de U no alto da colina), o que nos possibilita afirmar que a construção da casa foi anterior a esta data. Deste período, não há registros oficiais sobre os seus proprietários ou construtores.

No contexto dos personagens da família Teixeira Leite, a ocupação da casa se deu na década de 1840, quando, em 1843, aconteceu um importante fato para a sociedade vassourense: a união do

capital agrícola da família Corrêa e Castro com o capital financeiro da família Teixeira Leite, ou seja, o casamento de Dr. Joaquim José e D. Ana Esméria.

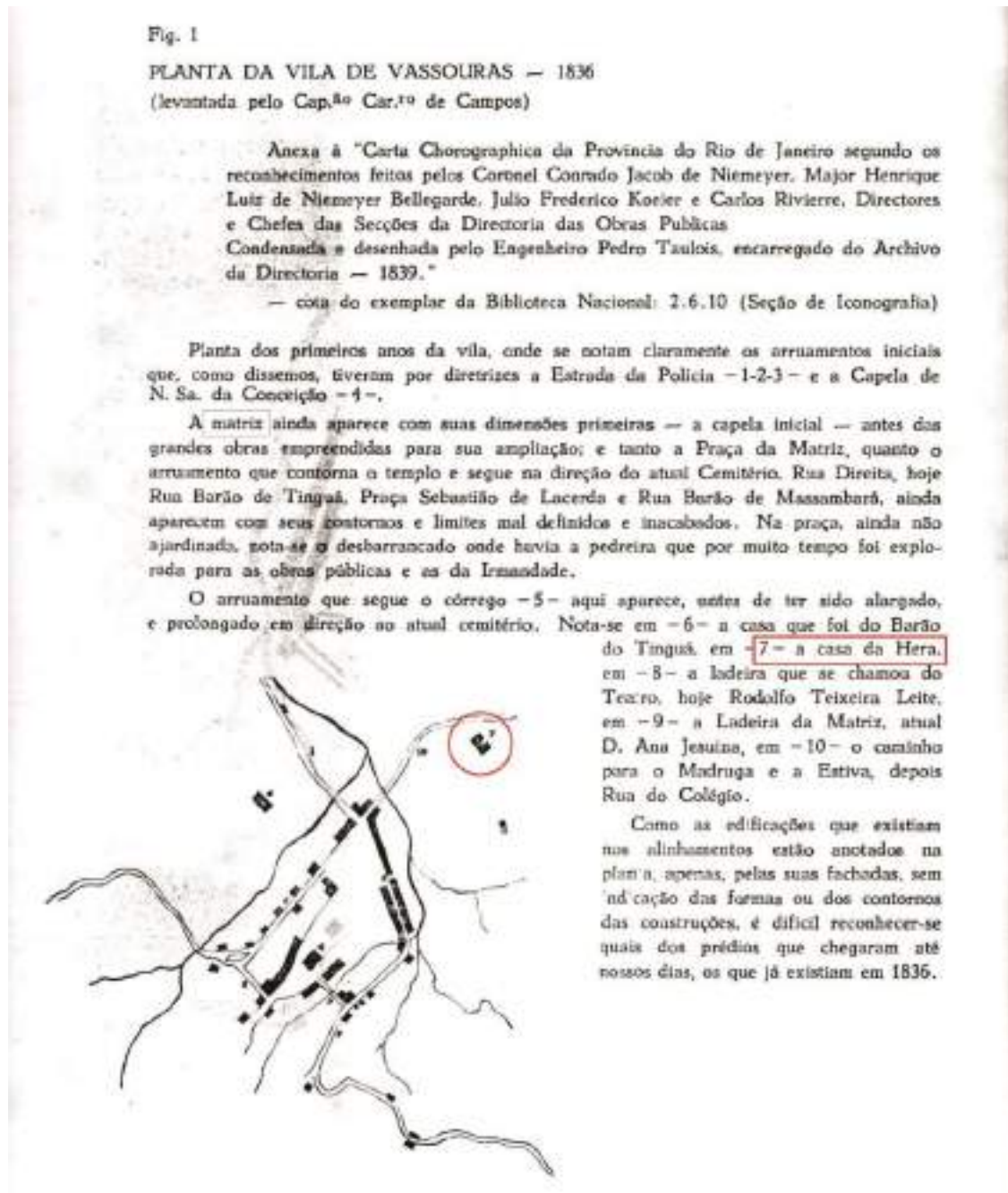


Figura 4 – Mapa de 1836 já com a presença da Casa da Hera no arruamento da recém-criada Vila.
Fonte: TELLES, 1968, p. 20.

Apesar de, atualmente, o terreno do Museu Casa da Hera possuir 33.500 m², consta no testamento de Eufrásia Teixeira Leite – última dona da propriedade e filha caçula do casal supracitado – a área total de 240.000 m². Em uma breve descrição, Telles (1968), ao caracterizar as casas de chácara existentes em Vassouras no século XIX, cita a Casa da Hera como exemplo desse tipo de habitação:

Tôdas essas residências, tanto térreas quanto assobradadas, [...] dispõem-se à beira dos logradouros, na frente ou ao lado de grandes e imensos quintais e pomares, muitos dêles com belo tratamento paisagístico, caminhos empedrados com bancos marginais, aléas de bambus, escadarias de pedra e 'plateux', vencendo os desníveis do terreno, todo êle coberto de árvores frutíferas, mangueiras, jabuticabeiras, jaqueiras, etc., como por exemplo [...] a Chácara da Hera. Além das chácaras e pomares, essas casas possuíam sempre, junto às mesmas, jardins pra flôres e arbustos ornamentais, conforme uso muito comum no século XIX, bem como pátios empedrados, utilizados pelas senzalas ou serviço doméstico... (TELLES, 1968, p. 72)

Outro importante registro existente da residência da família Teixeira Leite é um segundo mapa de Vassouras datando de 1858/1861, com o local já intitulado como cidade. A comparação desta planta com a primeira testemunha o acelerado crescimento de Vassouras durante esse intervalo de vinte e poucos anos entre uma e outra. Na segunda é possível visualizar ruas já desenhadas e grande número de construções, entre elas a moradia dos nossos anfitriões, que lá se encontra, mas com o contorno original acrescido de dois anexos, testemunhando a realização de uma reforma. Neste segundo mapa também é possível perceber os muros que delimitam a propriedade e a rua.



Figura 5 – Planta da Cidade de Vassouras 1858/1961, também ressaltando a presença da Casa da Hera. Fonte: TELLES, 1968, p. 23.



Figura 6 – Fotografia da Praça Barão de Campo Belo. A vegetação ainda encontrava-se em uma estatura baixa, permitindo, assim, que a Casa da Hera fosse vista atrás da Palmeiras Imperiais do alto da colina. Data não identificada. Fonte: Arquivo MCH.

1.2 Identificando os Sujeitos

Chegamos até aqui tentando não nos debruçar sobre os sujeitos dessa história, apesar de ter sido quase impossível, em algumas passagens, falar dos locais e dos sentidos sem falar das pessoas. Assim, nos ocupamos até então de entender um pouco dos espaços. Sem sombra de dúvidas, à medida que percorremos cada página dessa trama, no decorrer do tempo, começamos a compreender e nos envolver mais e mais com todo o enredo, e é justamente por isso que passamos agora a personificar os acontecimentos, situando-os em seus lugares – agora já conhecidos – e, a partir disso, buscando entender um pouco mais sobre a importância da família Teixeira Leite, no século XIX até os dias de hoje, não só em Vassouras, mas também em todo o Brasil.

Além da eliminação dos índios Puri-Coroados e da expansão da produção do café na região, como já vimos anteriormente, Stein (1968 apud MUAZE, 2010, p. 307) afirma que mais um acontecimento em muito contribuiu para o povoamento de Vassouras no final do século XVIII e início do XIX: esse terceiro fator foi justamente a exaustão das minas de ouro. Assim, famílias enriquecidas

com a mineração partiram em busca de novas atividades econômicas. Neste mesmo sentido, Almeida (2007, p. 3 e 4) reitera que a “construção demográfica da região está ligada ao esgotamento das minas e do deslocamento para as regiões mais ao hemisfério sul das áreas produtoras do Império”. Diversas famílias vindas de Minas se instalam no Vale e por ali se firmam agricultores, criadores de gado, comerciantes e até fazendeiros (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993, p. 181). Segundo Stein (1968 apud MUAZE, 2010, p. 303), a ocupação das terras foi possível enquanto o Vale foi zona de fronteira agrícola aberta. Outra forma de apropriação se deu por meio da concessão de sesmarias, principalmente enquanto a Corte Portuguesa esteve no Brasil, uma vez que esta distribuía terras como forma de agradecimento aos serviços prestados à Majestade. Com isso, enormes fatias de terra se concentraram nas mãos de poucas famílias, que, por sua vez, detinham também o poder, o prestígio e os meios de produção de toda a região.

Por isso mesmo, após a aquisição das terras, seu controle e manutenção era cuidadosamente arquitetado entre as famílias mais abastadas, as quais, a fim de sustentarem sua supremacia no poder e garantir a permanência do patrimônio, cercavam-se de alianças, consórcios, sociedades e, inclusive, casamentos – muitas vezes dentro do mesmo clã (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993, p. 182). Assim, alternando-se entre os setores sociais, políticos, religiosos e assistenciais estão as pioneiras e poderosas famílias: “Ribeiro de Avelar”, “Corrêa e Castro”, “Werneck” e, justamente a dos nossos anfitriões, os “Teixeira Leite”.

1.2.1 A Família Teixeira Leite

Segundo o pesquisador Silva Telles, a história da família tem início com a instalação de portugueses em Minas Gerais no século XVIII. De ordem militar, o Capitão Francisco José Teixeira e o Sargento-mor José Leite Ribeiro se estabeleceram em São João del Rei, onde casaram-se com brasileiras¹⁹ e se tornaram sócios na mineração de ouro.

Como fruto de cada casamento, nasceram Francisco José **Teixeira** (filho do Capitão) e Francisca Bernardina do Sacramento **Leite** Ribeiro (filha do Sargento-mor), que, por arranjo dos pais,

¹⁹ O Sargento-mor José Leite Ribeiro casa-se com a brasileira Escolástica Maria de Jesus na Igreja Matriz de São João del Rei em 19 de setembro de 1802. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/Familia/cap04FranciscoJoseTeixeira.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

são levados ao matrimônio. A partir dessa união, que aconteceu em 13 de setembro de 1802²⁰, nasce o clã **Teixeira Leite** (FALCI, 2003, p. 2), por meio dos dez filhos do casal: José Eugenio, Francisco José, João Evangelista, Mariana, Antonio Carlos, Joaquim José, Carlos, Ana Jesuína, Maria Gabriela e Custódio Teixeira Leite.

Na própria São João del Rei, Francisco José Teixeira colecionou muitas posses, não só pela fortuna herdada do pai e do sogro, mas também pelos investimentos financeiros que acumulou ao longo da vida. Além disso, se destacou na política, ocupando por muitos anos o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores da sua então cidade. Sua situação melhorou ainda mais quando pôde contar com o trabalho conjunto dos filhos já crescidos.

Para Muaze (2010, p. 311), a aproximação da família Teixeira Leite ao Vale se deu por meio do irmão de Francisca Bernardina, o Coronel Custódio Ferreira Leite, que era militar e rico minerador. Ele foi contratado em 1816 por Dom João VI para coordenar pela Intendência de Polícia do Rio de Janeiro a construção da Estrada da Polícia, ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais por meio da Mata Atlântica. Para esta missão, o Coronel Custódio levou alguns irmãos e os quatro sobrinhos Teixeira Leite mais velhos: José Eugênio, Francisco José, João Evangelista e Antônio Carlos.

Os primeiros Teixeira Leite que adentraram o Vale ajudaram a abrir as estradas e também foram seduzidos pelo potencial do novo local que estava se formando e pela promessa da prosperidade do café, motivo pelo qual adquiriram terras e ali estabeleceram seus negócios. Não demorou muito, a possibilidade dos investimentos no povoado em expansão e o declínio do ouro das minas atraíram os que ainda não haviam chegado ao Vale. Pouco a pouco, irmãos, tios e pais cederam ao grande potencial das terras sul-fluminense. Inicialmente, dos jovens Teixeira Leite, três se “afazendaram” em terras da região, e o filho Francisco José que, apesar de também ter adquirido fazenda²¹, se dedicou ao comércio e ao plantio do café na própria Vassouras. Mais tarde, inclusive os pais, Francisco José e Francisca Bernardina, chegaram à cidade e adquiriram uma bonita casa²² no centro, bem próxima à Igreja Matriz.

Conforme já foi citado anteriormente, a família Teixeira Leite, com seu empenho, prestígio e trabalho, em muito contribuiu para a estruturação do povoado que se fez cidade – uma grande

²⁰ Idem.

²¹ Recebeu a Fazenda Cachoeira Grande como dote de seu primeiro casamento com a prima D. Maria Esméria Leite Ribeiro. (TEIXEIRA, s/d)

²² A residência dos Barões do Itambé, diferentemente de vários casarões do centro histórico de Vassouras, ainda existe e resiste aos dias de hoje. Está sob a guarda da Universidade Severino Sombra, foi recentemente restaurada e, atualmente, é a sede do Centro Cultural desta universidade.

produtora e exportadora de café no século XIX –, responsável pelo aumento da renda nacional e, conseqüentemente, fortalecimento do Estado Monárquico. Sendo parte da elite cafeeira vassourense, o enobrecimento da família se deu principalmente pelos baronatos “conquistados” pelos patriarcas: o Coronel Custódio Ferreira Leite teve o título de Barão de Airuoca; o sobrinho Francisco José Teixeira Leite, em 1871, o título de Barão de Vassouras; e seu pai, também Francisco José, cunhado do Custódio, foi agraciado com o título de Barão do Itambé, em 15 de novembro de 1846.



Figura 7 – Litografia do Barão de Airuoca. Fonte: Acervo MCH.



Figura 8 – Francisco José Teixeira Leite – Barão de Vassouras. Fonte: Acervo MCH.



Figuras 9 e 10 – Barão e Baronesa de Itambé. Fonte: Acervo MCH.

1.2.2 Dr. Joaquim José Teixeira Leite, sua Esposa e Filhas: os anfitriões

Quando o “Tio Custódio” partiu para as terras sul-fluminenses levando consigo os quatro irmãos mais velhos, o jovem Joaquim não pôde ir, em função de seus planos de estudo. Ele foi aluno da 3ª turma da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, onde se tornou bacharel²³. Depois do título, foi ao Vale para se juntar aos demais. Joaquim José Teixeira Leite construiu sua carreira com muito trabalho e responsabilidades. Assumiu diferentes cargos públicos, alternando as cadeiras do poder com os irmãos, tios e pai. Somente na Câmara de Vereadores de Vassouras, foi presidente em dois mandatos, o primeiro de 1844 a 1848, e o outro de 1861 a 1864. Nesse intervalo assumiu a Procuradoria da Irmandade (TELLES, 1968, p. 43).

Além de advogado e político, Dr. Joaquim investiu no financiamento do café, tornando-se um comissário, ou seja, um profissional que se faz presente custeando o processo de produção de café, uma vez que empresta o capital para investimento inicial do plantio e, após a colheita, direciona e negocia a venda e/ou exportação da produção. No ano de 1856, pela Corte e Província do Rio de

²³ Segundo a Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP, Dr. Joaquim José Teixeira Leite pertenceu a 3.ª Turma e sua Colação de Grau foi realizada em 10 de novembro de 1834. (Pesquisa realizada por Mariana Ribeiro)

Janeiro, Dr. Joaquim foi eleito deputado e, ao longo de sua carreira, acumulou cargos como Comendador da Ordem do Rosa e também vice-presidente da Província. Dedicou seus esforços a muitas causas importantes, dentre elas, a criação da Estrada de Ferro Pedro II (FALCI, 2003, p. 4). Era um homem erudito que cultivava em sua biblioteca doméstica cerca de 1.000 livros e 3.000 periódicos de diversas origens e assuntos²⁴.

No final do seu primeiro mandato na Câmara dos Vereadores, casou-se com a filha dos Barões de Campo Belo²⁵, Ana Esméria Pontes França, da família Corrêa e Castro, uma das mais importantes famílias produtoras de café na região. A partir desse casamento de peso, acontecido em 15 de agosto de 1843, foi estabelecida uma aliança que celebrou a união do capital agrícola ao capital financeiro. O casal fixou sua residência em uma grande chácara no centro de Vassouras. Dois anos depois do casamento, nasceu, em 1845, a primeira filha do casal, Francisca Bernardina Teixeira Leite – nome em homenagem à avó paterna, Baronesa do Itambé – e, cinco anos depois, a terceira filha, Eufrásia Teixeira Leite – nome em homenagem à avó materna, Baronesa do Campo Belo. Entre as duas meninas, o casal teve um menino, que faleceu ainda criança. Sua certidão de óbito²⁶ data de 31 de janeiro de 1849 e não apresenta maiores informações sobre a idade.

²⁴ Coleção bibliográfica/museológica ainda preservada no acervo do Museu Casa da Hera.

²⁵ Os Barões de Campo Belo são Laureano Corrêa e Castro e Eufrásia Joaquina do Sacramento Andrade.

²⁶ Documento arquivado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Vassouras.



Figura 11 – O casal Dr. Joaquim e D. Ana Esméria. Fonte: Acervo MCH.

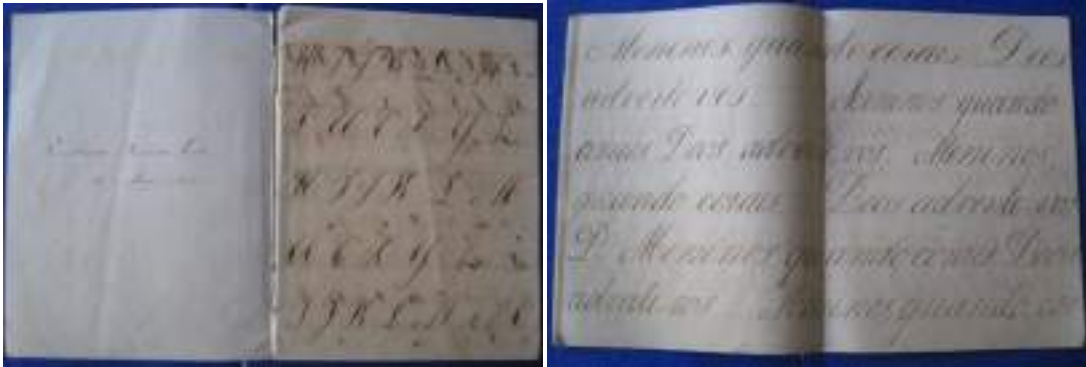
O tempo passava e os negócios da família não paravam de prosperar. Em 22 de janeiro de 1857, Dr. Joaquim recebeu autorização²⁷ do governo para ser comerciante e abriu, em Vassouras, a “Casa de Descontos”. Além disso, tinha sociedade nas empresas de financiamento e crédito de sua família: “Teixeira Leite e Sobrinhos” e “Casa Bancária Teixeira Leite e Carvalho”²⁸.

Da vida íntima da família e da própria infância das meninas pouco se sabe. No acervo do Museu Casa da Hera há apenas alguns objetos que testemunham seu cotidiano: cadernos de caligrafia, partituras musicais e livros que as irmãs ganharam de presente da Madame Grivet, professora francesa da escola feminina que frequentavam enquanto crianças. Segundo publicação do Jornal Correio Mercantil, com data de 9 de novembro de 1858, o programa de estudos deste colégio

²⁷ Documento original no acervo do Museu Casa da Hera – IBRAM/MinC.

²⁸ Anúncio publicado no Jornal Correio Mercantil, em 15 de janeiro de 1862.

era composto pelas seguintes disciplinas: doutrina cristã, português, francês, inglês, alemão, história, geografia, aritmética, caligrafia, música, desenho e trabalho de agulha.



Figuras 12 e 13 – Imagens dos cadernos de caligrafia de Eufrásia Teixeira Leite. Fonte: Acervo MCH.



Figuras 14 e 15 – A pequena Eufrásia Teixeira Leite e, na segunda foto, a prima Letícia Guimarães, com as duas irmãs, Eufrásia e Francisca, respectivamente, um pouco mais crescidas. Atribuições de Ernesto Catharino. Fonte: Acervo MCH.

Além disso, podemos dizer que a própria estrutura da casa demonstra a dinâmica social dos seus proprietários: divididos entre áreas íntimas, serviço, social e comercial, a casa possui ao todo 22 cômodos, sendo cinco deles reservados às alcovas. Existem também dois grandes salões de receber – “Salão Amarelo”, com um valioso piano do austríaco Henry Herz, e o imponente “Salão Vermelho”, dedicado às práticas masculinas, como conversas de negócios e fumo, por exemplo. Há ainda uma

carta de 2 de julho 1965 do Dr. Joaquim para o esposo de sua sobrinha e amigo, Conselheiro Belisário, contando dos bailes e saraus que aconteciam em sua residência: *“Diga a Chiquinha que não he só no Botafogo que se diverte a gente: as moças se tem aqui regalado de saraus: semanas houve de dous; e a cousa parece continuar”* (TELLES, 1968, p. 55).

É preciso também considerar que, diferentemente da área íntima, que se apresenta sem maiores luxos, nos cômodos por onde há fluxo de convidados a decoração se destaca por requinte e suntuosidade, desde o mobiliário e lustres de cristal até os papéis de parede, o que revelava o elevado prestígio e poder dos donos da casa. A sala de jantar também testemunha esse perfil dos anfitriões: uma grande mesa de madeira com capacidade para receber até 16 convidados e um numeroso aparelho de louça filetado a ouro, com as iniciais do patriarca, JJTL.



Figura 16 – Salão Vermelho da Casa da Hera. Fotografia de Douglas Montes, 2012. Fonte: Acervo da autora.



Figura 17 – Salão Amarelo da Casa da Hera. Fotografia de Douglas Montes, 2012. Fonte: Acervo da autora.



Figura 18 – Sala de jantar da Casa da Hera. Fotografia de Douglas Montes, 2012. Fonte: Acervo da autora.

1.2.3 A Casa dos Pais: cuidados a distância

As duas irmãs viveram em sua casa na cidade de Vassouras até a morte dos pais, Dr. Joaquim em 1871, e sua esposa no ano seguinte. Segundo Moraes (2009, p. 441), após a referida perda, o Tio Custódio – Barão de Vassouras – propôs o casamento das sobrinhas Teixeira Leite com seus filhos, que seriam primos delas, numa tentativa de manter a fortuna herdada pelas irmãs dentro do próprio núcleo familiar. Porém, as irmãs recusaram a proposta e partiram para a Europa, deixando a guarda e a manutenção de sua casa nas mãos de empregados de confiança (GONÇALVES, 1995).

Permaneceram juntas em terras europeias por longos anos, tendo retornado poucas vezes ao Brasil durante todo este tempo. Francisca faleceu aos 54 anos na França e deixou Eufrásia, na época com 49 anos, que assumiu todos os bens herdados da família. Até esse momento seus bens já haviam se multiplicado em muito, em virtude de bons investimentos que vinham fazendo desde que saíram do Brasil. Alguns autores relatam que Eufrásia foi uma das primeiras mulheres a investir na bolsa de valores e que possuía um grande talento para os negócios. A filha caçula e herdeira permaneceu no exterior por quase 30 anos, quando, já sentindo sua saúde debilitada, voltou ao seu país de origem, alternando estadias entre o Rio de Janeiro e Vassouras.

Ao longo de sua vida, mesmo quando não residia mais no Brasil, Eufrásia Teixeira Leite procurou manter a antiga casa herdada dos pais nas mesmas condições da época em que ali vivera. Tal orientação pode ser observada nas diversas correspondências trocadas com o empregado que deixara responsável pela manutenção da casa, o zelador Sr. Manoel da Silva Rebello. Este, ao informá-la sobre a chegada do progresso, escrevendo “Chegou luz elétrica em Vassouras, temos água encanada, podemos fazer banheiros”, recebia como resposta de Eufrásia: “não se mexa na casa de meus pais”. Assim, apesar de a casa ter estado sob os cuidados de Eufrásia, enquanto mulher adulta e independente, durante 58 anos vividos após a morte de seus pais, a filha caçula teve o cuidado de manter as características da família que outrora ali habitara: o casal e suas filhas ainda moças.

[...] Talvez nesse reencontro com um mundo de meio século atrás é que Eufrásia tenha decidido o destino da Casa da Hera **como um documento para o futuro**, pois, além de uma ou outra intervenção menor, não descaracteriza o imóvel como residência do séc. XIX. [...] A Casa da Hera, esta **permanece vencendo o tempo**. (GONÇALVES, 1995, p. 11, grifo nosso)

Algumas das atribuições domésticas de manutenção da chácara delegadas ao Sr. Manoel estão relacionadas no quadro abaixo, como registro dos momentos em que assuntos referentes à Chácara foram citados nas cartas trocadas entre o caseiro e a dona da Casa, Sra. Eufrásia Teixeira Leite. O Sr. Manoel dedicou seu trabalho por cerca de 36 anos à manutenção da Chácara, morando com sua esposa e três filhos na propriedade da família. Sua saída se deu um pouco antes do retorno de Eufrásia, que contratou seu primo, Júlio Corrêa e Castro, para coordenar os afazeres da residência.

Vassouras 15 de Janeiro de 1923.

Ex.^{ma} Snr.^a D.^a Eufrásia Teixeira Leite

Saudações

Com.^a Sr.^o:

Com vista de V.^a Ex.^a já ter balanceado tudo quanto havia em sua chacara, que estava sob a minha guarda; portanto eu cado a minha responsabilidade sobre tudo quanto estava em minha guarda e necessitando eu de retirar-me de Vassouras, um dia, para descansar, pois me acho muito cansado e um pouco doente; e esta a razão de eu não poder ir falar com V.^a Ex.^a pessoalmente e que estas são as razões por mim d'esta.

Venho por mim desta agradecer a V.^a Ex.^a a confiança que me desenhonou a guarda e selar tudo quanto havia em sua chacara; não podendo ficar como tinha dito a V.^a Ex.^a um 2.º mês até V.^a Ex.^a arranjar outro pelo motivo exposto a V.^a Ex.^a e que fica o meu furo a disposição sua, até V.^a Ex.^a arranjar um outro.

Sem mais
Sou de V.^a Ex.^a C.^{do} / do
Manoel da Silva Rebelo

Figura 19 – Carta de despedida do Manoel da Silva Rebelo para Eufrásia. Janeiro de 1923. Fonte: Acervo MCH.

Transcrição do conteúdo da carta (Figura 19):

Vassouras, 15 de janeiro de 1923.

Ex.^{ma} Snr.^a D.^a Eufrásia Teixeira Leite

Saudações.

Ex.^{ma} Snr.^a:

Em vista de V.^a Ex.^a já ter balanceado tudo quanto havia em sua chacara, que estava sob, a minha guarda; portanto cessada a minha responsabilidade, sobre tudo quanto estava em minha guarda; e necessitando eu de retirar-me de Vassouras uns dias para descanso, pois me acho muito cansado e um pouco doente, é esta a razão de eu não poder ir falar com a V.^a Ex.^a pessoalmente o que então o faço por meio d'esta.

Venho por meio desta agradecer a V.^a Ex.^a a confiança que me dispensou a trinta e seis annos a fim de guardar e zelar tudo quanto havia em sua chacara; não podendo ficar, como tinha dito a V.^a Ex.^a uns 2 meses até V.^a Ex.^a arranjar outro, pelos motivos expostos a cima, o que fica o meu genro Agostinho Souza, até V.^a Ex.^a arranjar um outro.

Sem mais.

Sou de V.^a Ex.^a C.^{do} G.^{do} Manoel da Silva Rebello

Tabela 2 – Referências das citações sobre a Chácara nas cartas, existentes no acervo do Museu Casa da Hera, trocadas entre Sr. Manoel da Silva Rebello e Sra. Eufrásia Teixeira Leite.

(continua)

Data	Dados sobre a Chácara nas cartas	Nº Tombo MCH
10/1/1904	Sr. Manoel diz a D. Eufrásia que a Chácara está em bom estado de conservação, mas falta formicida, e por isso não pode preparar a terra para plantar o chá encomendado por ela: "Muitos formigueiros e falta veneno. Não posso cultivar e fabricar em grande quantidade por falta de preparo da terra."	MCH 90.10.31
25/4/1904	Sr. Manoel reclama a falta de formicida.	MCH 90.10.84
8/1/1905	Sr. Manoel reclama novamente a falta de formicida.	MCH 90.10.85
8/1/1905	Sr. Manoel conta que matou quatro formigueiros que estavam estragando a produção de chá.	MCH 90.10.86
11/9/1905	Sr. Manoel conta que a colheita do chá está melhorando.	MCH 90.10.87
Sem data	Sr. Manoel fala que tem dificuldade com a manutenção do telhado em virtude da constata queda de folhas das Palmeiras.	MCH 90.10.89
23/7/1906	Sr. Manoel reclama que as formigas prejudicam muito a produção do chá.	MCH 90.10.91
14/4/1908	Sr. Manoel diz que, apesar das formigas, a pequena fabricação de chá continua ativa.	MCH 90.10.21
19/1/1909	Sr. Manoel solicita a compra de mais formicida.	MCH 90.10.19

Tabela 2 – Referências das citações sobre a Chácara nas cartas, existentes no acervo do Museu Casa da Hera, trocadas entre Sr. Manoel da Silva Rebello e Sra. Eufrásia Teixeira Leite.

(conclusão)

Data	Dados sobre a Chácara nas cartas	Nº Tombo MCH
12/7/1910	Sr. Manoel fala que falta água para o cuidado dos bambus.	MCH 90.10.18
1/10/1910	Sr. Manoel conta que os vizinhos vão construir uma cerca de arame.	MCH 90.10.102
15/8/1911	Sr. Manoel diz que vai matar os formigueiros da chácara. Avisa também que, em virtude da falta de água, está buscando água na chácara vizinha.	MCH 90.10.97
20/2/1912	Sr. Manoel reclama novamente da seca, e que só tem água quando chove.	MCH 90.10.99
16/6/1912	Ainda falta água.	MCH 90.10.100
10/9/1912	Sr. Manoel reclama das queimadas feitas pelos vizinhos.	MCH 90.10.101
2/6/1913	Sr. Manoel conta que matou quatro formigueiros que estavam devastando a Chácara.	MCH 90.10.105
Sem data	Sr. Manoel conta que não chove há oito meses e que muitas árvores estão secando.	
Sem data	Sr. Manoel avisa que o formicida chegou e que já matou todos os formigueiros. Informa também que a casa está caiada de Hera.	MCH 90.10.119

Fonte: Elaborado pela autora, em 2014, a partir do levantamento realizado em 2013, por Juliana Assis/MCH.

Quando retornou da Europa, já nos anos 1920, Eufrásia ultrapassava os 70 anos de idade e permanecia por pequenas temporadas na casa dos finados pais, alternando estadias entre Vassouras e o Rio de Janeiro. Em 13 de setembro de 1930, faleceu em seu apartamento, na Ladeira da Glória.



Figura 20 – Fotografia publicada em 15 de setembro de 1930, no jornal Diário da Noite, noticiando a morte de Eufrásia Teixeira Leite. Fonte: Arquivo MCH.

1.3 Tempos Idos e Tempos Chegados: o legado de Eufrásia

Considerando o objetivo do presente trabalho, pensar as relações entre as pessoas com os lugares, em seus diferentes tempos, focamos o interesse nos assuntos que envolvem as relações com o espaço externo do Museu Casa da Hera, antes, chácara da residência da família Teixeira Leite, fato que, como defendemos em toda a pesquisa, não pode ser pensado em separado. Para tal, seguimos contando o desenrolar dessa história, que tem seu início nos primeiros anos do século XIX, chega ao século XX, e tem seus reflexos até a contemporaneidade, com muitas promessas para a posteridade.

Com uma significativa contribuição para o desenvolvimento dos negócios do café na região, os Teixeira Leite se fazem presentes até os dias de hoje, por meio, principalmente, do legado da caçula Eufrásia. Esta, antes de falecer, escreveu um testamento deixando os objetos que havia

dentro da casa, a própria edificação onde viveu e a área do seu entorno – o terreno da Chácara²⁹ – para o Instituto de Missionárias do Sagrado Coração de Jesus – IMSCJ.

[...] Deixo [...], os seguintes bens: a) com clausula de inalienabilidade absoluta e insubrogabilidade em outros bens de qualquer natureza, a **minha chacara** situada na Cidade de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, herdada dos meus finados paes, constituída por **casa de moradia e terras** em grande parte cultivadas com **árvores fructíferas**, como os todos moveis, objectos, livros da bibliotheca, que foi do meu finado pae, quadros, louças e **utensílios existentes na casa de morada da mesma chacara**. [...] II. Deixo os legados acima instituidos, tendo por objectos os bens mencionados nas alíneas a, b e c da verba I supra, com as seguintes obrigações e encargos: a) o legatario instituido será obrigado **a conservar a casa de morada e tudo que nella existir no mesmo estado em quem que se encontrarem**, quando fôr recebido o legado, da chacara indicada na alínea a da verba I, bem como a dita chacara, **não podendo habitar ou occupar, nem permittir que outros a habitem ou occupem a casa dita, e não podendo utilizar-se, nem permittir que outros se utilizem**, dos móveis, objectos, louça, livros, quadros e utensilios existentes na casa da mencionada chacara, podendo, porém, o legatário se utilizar ou gosar, vendendo-os ou não dos **fructos da chacara**. (Testamento de Eufrásia Teixeira Leite, 18 de agosto de 1930, grifo nosso)

Com a missão de cumprir o testamento de Eufrásia, a Irmandade do Sagrado Coração de Jesus assumiu a guarda da antiga residência da família Teixeira Leite em 1937. O montante herdado equivaleu a uma área de mais de 25 mil m² – uma casa em estilo neoclássico, distribuída em 22 cômodos e 69 janelas, assentada sobre baldrame de pedra e com paredes de adobe e pau a pique, edificada no alto de uma colina, no topo do grande terreno da chácara, com declive acentuado em todas as suas laterais. O terreno conta com a presença de muitas árvores frutíferas, grandes palmeiras imperiais e um extenso túnel de bambus.

²⁹ Além disso, Eufrásia dedica uma série de outros bens e títulos em prol de instituições de caridade, verba para construção de um hospital e dois Institutos de Educação, um feminino e outro masculino, e até dinheiro para os pobres de Vassouras e mendigos que perambulavam no quarteirão da sua residência em Paris (Testamento de Eufrásia Teixeira Leite, 1930). Documento arquivado no Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, em Vassouras.



Figura 21 – Fotografia antiga da fachada da Casa da Hera. Data não identificada. Fonte: Arquivo MCH.

Um fato curioso neste momento da história é um mito que inquietou toda a cidade e que, por sua peculiaridade, permanece no imaginário popular até os dias de hoje: quando os vassourenses tomaram conhecimento do testamento de Eufrásia, tiveram notícia de que a “Sinhazinha Teixeira Leite” havia deixado uma verba para cuidados de um burro “pinhão claro” que havia em sua Chácara. Como já dizia o bom e velho dito popular, “quem conta um conto aumenta um ponto”, a notícia rapidamente se espalhou, o burro de cor pinhão passou a ser denominado “Pimpão” e a verba para seus cuidados, na “boca do povo”, se converteu em uma grande fortuna para alimentá-lo todos os dias a pão de ló e leite. Tal façanha foi considerada a ponto de ser noticiada no jornal impresso *A Noite*, de 31 de dezembro de 1936, e tal fato justifica sua presença neste estudo, porque o burrinho da Eufrásia é um dos grandes personagens que habitam o imaginário da Chácara da Hera e, com ele, até os dias de hoje, a história tem seu fôlego renovado.

Redactor-chefe:
Carvalho Netto
Director-Gerente:
Otaclio Lima

A NOITE

ASSIGNATURAS:
Por 12 meses ... 568000
Por 6 meses ... 188000
NUMERO AVULSO 100 REIS

REDACÇÃO: PRAÇA MAUÁ, 7. TELEPHONES: Mesa de ligações Internas 23-1910. Secção de informações 23-1556. Carioca-reporter 23-4090

Por ter facilitado a missão d'A NOITE
está ameaçado de morte o cunhado do
senador Villasboas
Pedi asylo no Quartel do 16º
B. C. o advogado Mario Motta

CUYABA, 30 — (Serviço especial d'A NOITE)
O advogado Mario Motta, cunhado do senador João Villasboas, está ameaçado de morte, por haver procurado facilitar a missão d'A NOITE, permitindo que fossem photographados, no interior da sua residência, vestígios de representantes mataprossesses no Senado Federal.

— O Brasil nunca hostil e lá tem
chido, mudo? — Heilho, que não
botaram os olhos impudicos, manuscritas
e com os olhos impudicos, cobradora
e memoravel expulso, mas chombrado
o seu proprio, dizem, quando
entre os de seu lado, de m...
de repressão.

NA CIDADE QUE DORME NUM REGAÇO DA SERRA
O HISTORICO SOLAR DOS
VISCONDES DE ITAMBÉ



"Favela" a terra que esvaziou...
A terra esvaziada. A terra abandonada.
A terra que esvaziou, a terra que abandonada.
A terra que esvaziou, a terra que abandonada.

AS RENDAS DO EX-REI
EDUARDO VIII

Vae ser apresentado um projecto no
Parlamento — Ambiente de expectativa

O COMMUNISMO
FÓRA DA LEI

Approv... pelo Senado
argentino o projecto de lei
de repressão.

O SUMMARIO DE CULPA
DO SR. PEDRO ERNESTO

Os depoimentos tomados hontem — Um protesto do
general Christovão Barcellos contra as suspeitas levanta-
das em torno do seu nome — O coronel Estillac Leal se
declara solidario e afirma que o ex-prefeito mantinha
egual attitude com referencia ao programma da extincta
Alliança Libertadora — O proseguimento do summario



Depõe o jornalista
Pampiana
Depõe o general Barcellos



Depõe o jornalista
Pampiana
Depõe o general Barcellos



O aumento das rendas do ex-rei
Eduardo VIII e a expectativa
de que o seu nome seja
apresentado no Parlamento.

O aumento do funcio-
nalismo da
Prefeitura

Approvadas as tabelas
Foram hontem approvadas,
depois de longa discussão,
as tabelas de rendas da
prefeitura...

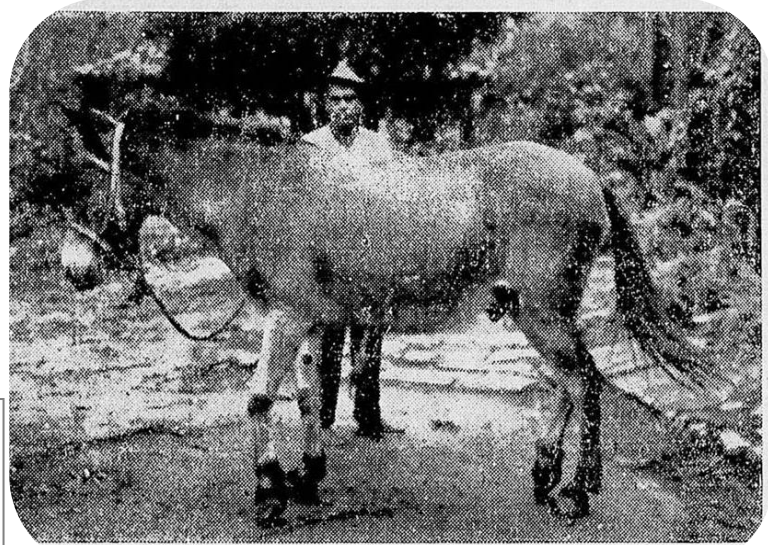
Advertisements for 'CASA, TERRENO, MOBILIA, TUDO!' and 'CONCURSO DO PIPOCA'.

Figura 22 — Folha do jornal A Noite, com data de 31 de dezembro de 1936, noticiando a vida e a morte de Eufrosina e sua relação com seu burrinho "Pimpão". Fonte: Arquivo MCH.

...sar!... Que pena! Regressando a Brasil, em 1922, o quadro mudou. Sua senhora isolou-se. Vida solitaria, quieta, recolhida. Passeios pela alameda, leituras matinaes na bibliotheca, visitas raras, caricias ao "Quiqui" e biscuitos ao "Pimpão", um cachorrinho e um burro que ella queria muito. Aliás sempre fôra complacente com os bichos. Quando lhe aconselharam a dizimar as formigas que enxameavam a chacara, repelliu o exterminio. Que as deixassem viver... Em Paris era a protectora dos animaes e muito dinheiro applicou nessas obras generosas. "Quiqui" foi apanhado na lama. Um dia surge alguem a reclamar o cão. E embora convencida de que a reclamação era indebita, paga alto preço pelo "lulu".

"Pimpão" fôra comprado para arrastar aterro. Era rebelde ao trabalho. Aggressivo. Perigoso. Docil e manso só para ella. Pois mandou que o soltassem no pasto e nunca mais o atrelassem. Ao morrer, dispoz, no testamento, um peculio para a manutenção do burro, que nunca mais trabalhou.

E "Pimpão", depois que enriqueceu, anda livremente pelos campos da chacara, cada vez mais aggressivo e intratavel. Mas é "tabú": ninguém lhe toca num pêlo. Chama-no, agora por "Aposentado" e é exhibido como reliquia. Exhibido, não é bem o termo: mostrado, e de longe, porque "Pimpão" parece compenetrado de sua importancia e não é nada sociavel. Foi assim que viveu D. Eufrasia desde que ficou solitaria. Raramente saia, aos domingos. E quando o fazia era para ouvir missa na Matriz. Expirou aos 84 annos, a 13 de setembro de 1930. Seus despojos repousam no jazigo perpetuo da familia, no cemiterio da Conceição. É um dos mais ricos monumentos da necropole, construido em marmore de Carrara e avaliado em mais de mil contos de réis. O principe D. Pedro acompanhou a trasladação.



"Pimpão", o burro que enriqueceu...

Figuras 23 e 24 – Recorte com o trecho da notícia que fala do burrinho e destaque na sua fotografia. Fonte: Arquivo MCH.

Transcrição do trecho da notícia que trata sobre o burro (Figura 23):

[...] "Pimpão" fôra comprado para arrastar aterro. Era rebelde ao trabalho. Aggressivo. Perigoso. Docil e manso só para ella. Pois mandou que o soltassem no pasto e nunca mais o atrelassem. Ao morrer, dispoz, no testamento, um peculio para a manutenção do burro, que nunca mais trabalhou.

E "Pimpão", depois que enriqueceu, anda livremente pelos campos da chacara, cada vez mais aggressivo e intratavel. Mas é "tabú": ninguém lhe toca num pêlo. Chama-no, agora por "Aposentado" e é exhibido como reliquia. Exhibido não é bem o termo: mostrado, e de longe, porque "Pimpão" parece compenetrado de sua importância e não é nada sociavel. Foi assim que viveu D. Eufrasia desde que ficou solitaria. Raramente saia, aos domingos. E quando o fazia era para ouvir missa na Matriz. Expirou aos 84 annos, a 13 de setembro de 1930. [...]

1.3.1 Caminhos para a Preservação

Considerando a história que nos propomos a percorrer, sugerimos uma reflexão sobre a Chácara da Hera a partir da descrição de Eufrásia em seu próprio testamento, “terras em grande parte cultivadas de árvores frutíferas”, e da reflexão sobre as múltiplas formas que essas terras podem ser analisadas, de acordo com cada tempo vivido, desde quando a propriedade pertenceu à família Teixeira Leite.

Pensamos a Chácara, em um primeiro momento, como o quintal de uma típica casa familiar privada oitocentista. E, como práticas cotidianas, as brincadeiras de crianças, colheita de frutas do pomar, serviço de escravos, movimentos de carroças, animais, entre tantos outros. Em um segundo momento, a Chácara, depois da morte dos pais, passou a ser propriedade das duas irmãs, Francisca e Eufrásia, as quais, apesar de proprietárias, não eram efetivamente moradoras. Uma realidade de cuidados a distância, sobretudo com cartas escritas – um monitoramento via “correio” –, evidenciando poucos momentos de presença física das duas irmãs, mas de forte atuação a distância na direção da conservação das condições de um tempo e lugar vivenciados no passado.

Na sequência, com a morte da irmã mais velha, encontra-se em seu testamento um desejo de beneficência em relação aos bens, mas que é reivindicado pela caçula, que alega ser sua descendente direta. De toda forma, após 31 anos de cuidados entre idas e vindas, Eufrásia escreve seu próprio testamento, respeitando o primeiro desejo de beneficência da irmã, quando, aí sim, já não existiam descendentes ou ascendentes diretos (Testamento de Eufrásia Teixeira Leite, 1930). Por meio desse movimento de apego e desapego, havia o desejo mútuo de que a antiga casa dos pais não se perdesse, tal como vimos nas cartas trocadas entre o Sr. Manoel e Eufrásia, pois nesses escritos se percebia um cuidado minucioso para que as árvores continuassem a dar os frutos de suas infâncias, de que o chá continuasse a ser colhido daquela mesma terra, de que cada objeto continuasse no lugar em que os pais teriam ordenado.

Com tantos elementos, podemos levantar questões sobre a intenção dessas filhas, sobre seus “propósitos preservacionistas”, as quais, ao exigirem a manutenção de uma situação do passado, atribuem um valor afetivo a toda a materialidade da propriedade. Isso demonstra como as relações de afetividade produziram o sentido que justifica a preservação daquele que se tornara um patrimônio material, guardando questões absolutamente imateriais e, por isso, muito relevantes

neste processo. O patrimônio se completa justamente na salvaguarda não só da edificação, dos jardins ou dos objetos, mas também da própria relação estabelecida entre eles, os acontecimentos e as pessoas de determinada época.

Uma possível interpretação é que, quando Eufrásia escreve negando a modernização da estrutura da casa, dizendo “não se mexa na casa dos meus paes” (GONÇALVES, 1995, p. 11), ela resguarda também a urbanização da casa, impedindo que o passar do tempo transforme essa relação fundamentada na subjetividade. A tentativa de “reter o tempo” é também guardar a característica inicial de um local situado entre o rural e o urbano, ou, como Aragão (2008, p. 2) define, semiurbano. A mudança dessa característica poderia alterar a essência das relações e, conseqüentemente, dos sentidos.

Assim, após a morte de sua última proprietária, em 1930, conforme registrado em testamento e após decisão judicial, todo o conjunto residencial é herdado pelas Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Passados alguns anos de administração do espaço e utilização de parte dele com o internato da irmandade em 1965, sua administração é repassada ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, por um convênio de caráter permanente. O referido órgão governamental, antes mesmo de ter assumido a guarda da casa, dos objetos e da área de 25 mil m² do seu entorno, já havia reconhecido a importância histórica e cultural do conjunto e realizado seu tombamento³⁰, no ano de 1952, objetivando sua preservação e o cumprimento do testamento da Eufrásia para a posteridade.

Sobre o processo do tombamento e com base nas pesquisas realizadas no arquivo administrativo do Museu Casa da Hera, cabe esmiuçar alguns detalhes que agregam ainda mais importância a tal procedimento. Como exemplo, citamos o documento de solicitação de inscrição da propriedade Casa da Hera no livro de tombamento do, então, DPHAN. O pedido foi realizado pela instituição herdeira do conjunto residencial, o Instituto de Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, e encaminhado às instâncias superiores do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo funcionário público e poeta Sr. Carlos Drummond de Andrade, então chefe da Seção de História do referido departamento. Um quesito importante do tombamento e para a configuração de toda sua área como espaço de relações é que não somente a casa e/ou objetos foram tombados, mas todo o conjunto, incluindo a sua área verde.

³⁰ Tombamento pelo então DPHAN, de 21 de maio de 1952 – Processo nº 459 – T – 52.

O despacho assinado por Drummond encaminhando a Casa da Hera ao tombamento conta com o seguinte conteúdo:

A provincial das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus solicita à DPHAN o tombamento da Casa da Hera, situada em Vassouras, e legada a essa instituição, em testamento, por d. Eufrásia Teixeira Leite.

O pedido se reveste das condições legais exigidas e está em condições do merecer deferimento, dado o interesse que há em conservar-se a bela mansão do século XIX, com tudo o que encerra de valioso ou do característico, em matéria de mobiliário, alfaías, peças de indumentária da época imperial, etc.

Assim, quer se tenha em vista a significação do imóvel, sob o ponto de vista da história da nossa arquitetura, **quer se aprecie o conjunto residencial em suas ligações com a história social com a província fluminense**, cabe a inscrição da Casa da Hera no Livro de Tombo Histórico.

À consideração superior.

Em 20-V-1952.

Carlos Drummond de Andrade
Chefe da Seção de História.

(Solicitação de Tombamento da Casa da Hera. Documento administrativo. DPHAN. Acervo Museu Casa da Hera. Grifo nosso.)

Considerando as razões assinaladas no documento de tombamento, verificamos a presença do entendimento sobre a relevância do contexto no qual o local a ser tombado está inserido, o que corrobora para sua compreensão como um espaço relacional.

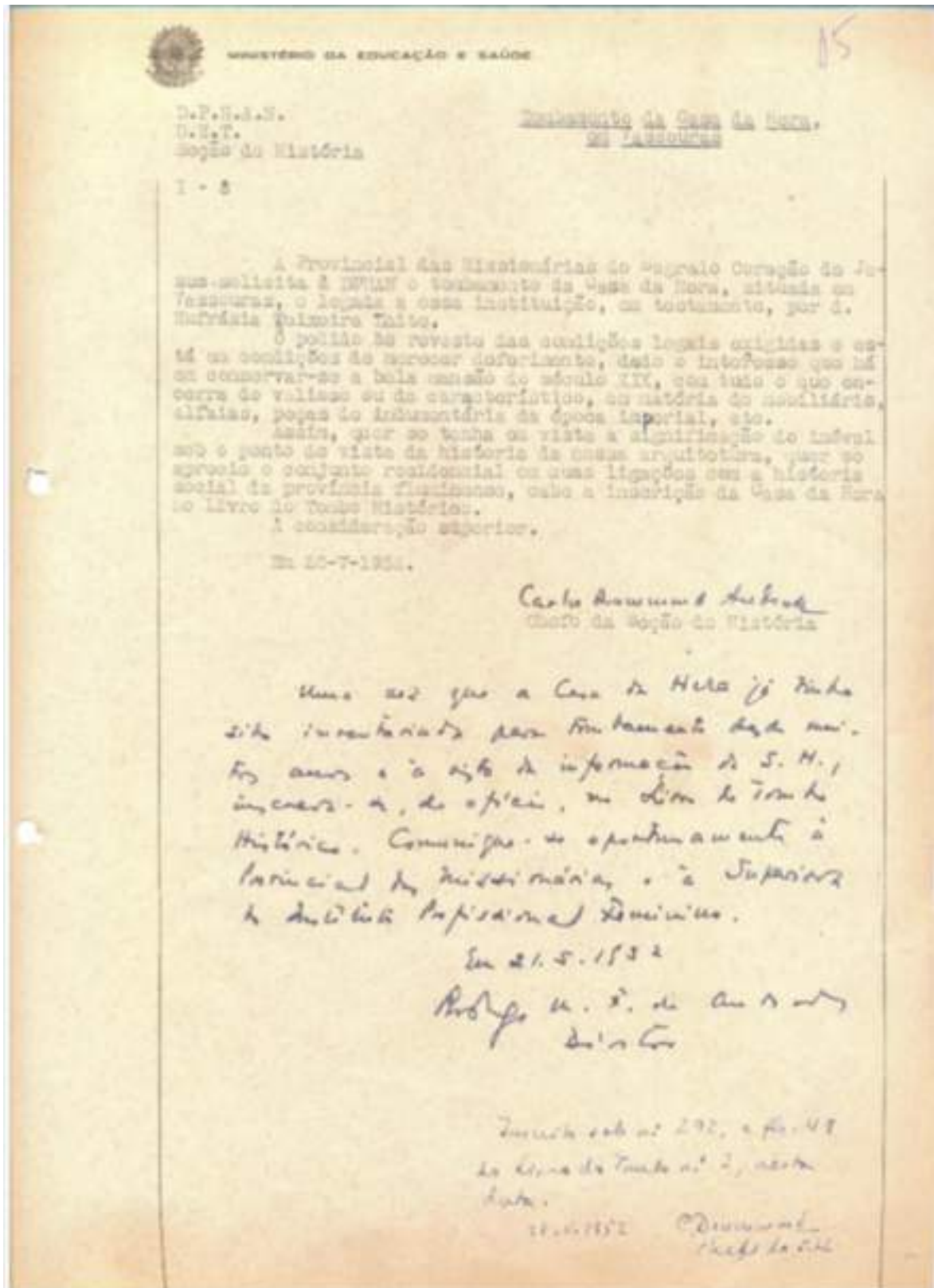


Figura 25 – Pedido de tombamento por Carlos Drummond de Andrade, em 20 de maio de 1952. Fonte: Arquivo MCH.

1.3.2 Um Museu para o Patrimônio da Família Teixeira Leite

Ao refletir sobre cada elemento de todo esse processo, percebemos a crescente significação cultural deste espaço, que perde seu uso doméstico e passa à testemunha histórica. Desde então é possível encontrar na paisagem da Casa da Hera os contornos e texturas de transformações sociais e culturais do decorrer de dois séculos.

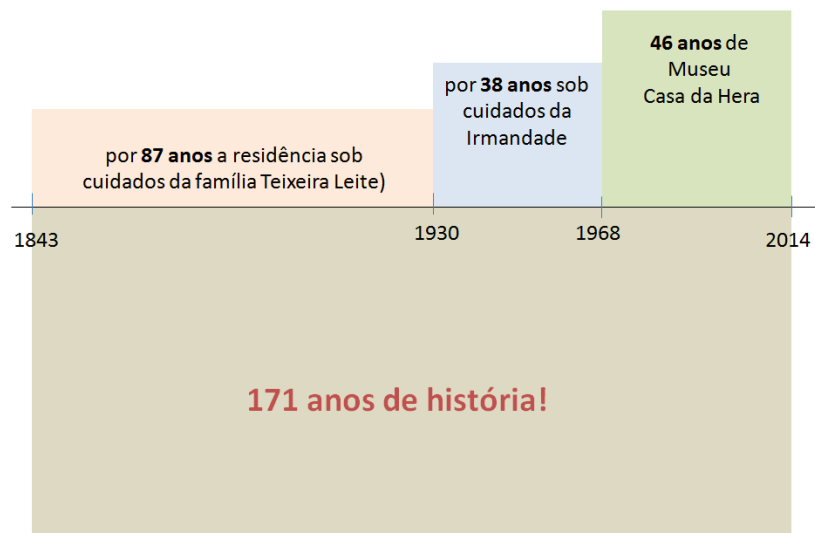


Figura 26 – Linha do tempo da Casa da Hera – do privado ao público. Elaborado pela autora, 2013.

Conforme já expusemos anteriormente, o conjunto residencial é tombado em 1952 e, no ano de 1965, a administração do espaço é passada para o DPHAN. Contudo, três anos mais tarde, um passo maior é dado na empreitada de preservação da residência dos Teixeira Leite: em 1968, a casa do Dr. Joaquim e sua família é aberta à visitação pública. Neste momento podemos dizer que uma nova dicotomia surge na interpretação desse local: inicialmente um espaço doméstico, familiar, privado, que, a partir de então, se torna um local público.

Considerando todas as exigências presentes no Testamento de Eufrásia – conservar tudo o que existir na casa, não habitar ou não permitir que habitem ou a ocupem, não utilizar e nem permitir que utilizem a casa, entre outras amarras descritas no decorrer documento –, há de se concluir que não sobraram muitas alternativas para sua gestão. Ainda assim, Telles (1968) reitera a

presença de uma vocação de “verdadeiro museu” que a preservação da residência da família Teixeira Leite guarda. Isso a partir do empenho de sua última proprietária para que o espaço fosse mantido praticamente intacto ao longo do tempo em que assumiu sua responsabilidade e, depois, no propósito presente em todas as condições impostas por Eufrásia em seu testamento, quando já não mais poderia fazê-lo pessoalmente. Assim, nas palavras do próprio Silva Telles (1968):

[...] Nesta casa, é impressionante e agradável o contraste existente nas três salas nobres, entre a grande simplicidade e mesmo rusticidade dos elementos construtivos – soalho, fôrro, esquadrias – e o aprimoramento, o requinte, e o luxo, dos riquíssimos mobiliários de jacarandá – sofás, poltronas, cadeiras, mesas de centro, consolos – dos enormes espelhos e dos retratos à óleo com moldura dourada, dos maravilhosos lustres em "over-lay", das cortinas adamacadas suspensas em guarnições douradas, dos candelabros de bronze dourado com mangas de cristal, elementos ainda mais valorizados pela unidade e vibração criadas pelos desenhos repetidos dos papéis adamacados, que revestem as paredes e do tapête que recobre o chão. **Este conjunto social**, assim como **tôda a Casa da Hera** conserva-se, por **verdadeiro milagre**, inteiramente autêntico, sendo mesmo, **no seu todo**, – **edificação e ambiente** – um dos monumentos residenciais mais bem conservados do século XIX. Constitui-se por essas razões, **um verdadeiro museu**, que precisa ser conservado, com um espécime original, e representativo das edificações residenciais urbanas do ciclo do café. (TELLES, 1968, p. 76 e 77, grifo nosso)

O parágrafo supracitado muito fala sobre o ponto de vista defendido na presente pesquisa, ao considerar “toda a Casa da Hera” – edificação, objetos e ambiente – como um “conjunto social”. Podemos perceber a valorização do espaço a partir de uma visão integral, ou seja, o espaço que faz sentido a partir das relações que estabelece com as pessoas que ali viveram, trabalharam e fizeram negócios em um determinado tempo, em relação às pessoas que realizaram a manutenção daquele espaço quando já não existiam moradores ali e, da mesma forma, em relação às pessoas, que num tempo posterior – até os dias de hoje – visitam/frequentam aquele mesmo espaço em busca da apreensão sobre o modo de vida daqueles que o precederam.

Mais um ponto grifado na fala de Telles e que vale a pena como questão é o trecho em que o autor justifica a preservação do citado “conjunto social” como “quase um milagre”. Apesar do termo utilizado, bem sabemos – conforme vimos anteriormente – que o nome do “santo” (ou “santa”) que realizou o citado “milagre” é Eufrásia Teixeira Leite. Ainda assim, não por acaso, percebemos claramente a intenção da preservação do conjunto residencial. Naquela ambiência, a filha caçula

atribuía os valores afetivos familiares e, por eles, empenhava-se no “não esquecimento” do tempo vivido.

Outra questão interessante é o uso do termo “ambiente”. A partir dele, verificamos, mais uma vez, o valor das relações de sentido qualificando o espaço. Eufrásia explicita e descreve em seu testamento cada elemento presente em sua doação, desde as árvores frutíferas, cada objeto – incluindo sua localização em cada cômodo, e a própria edificação em si. Com isso compreendemos que nenhum dos elementos fora de seu contexto faria tanto sentido e possuiria tanto valor quanto se inseridos em seu ambiente de origem, ou seja, em seu conjunto social original.

Uma importante referência estética da residência dos Teixeira Leite é sua edificação revestida de hera (Anexos A, B, C, D, E, F). Como grande patrimônio simbólico do local, podemos dizer que esta característica se sobrepôs mesmo à grande relevância dos donos da casa, já que, ao contrário da denominação que possui, poderíamos ter o “Museu Casa da Eufrásia” ou o “Museu Dr. Joaquim José Teixeira Leite”, ou qualquer outro correlato. O fato curioso sobre esse nome é que, durante o período em que a família efetivamente habitou a casa, ela ainda estava “despida”. Segundo Gonçalves (1995), a hera foi plantada em 1887 pelo Sr. Manoel, então responsável pela manutenção da casa, quando as irmãs já estavam em terras europeias.

Apesar disso, o nome não isenta a importância dos seus proprietários, nem mesmo do local enquanto testemunho de uma típica residência dos oitocentos. O museu-casa ou a casa-museu,

deverá refletir a vivência de determinada pessoa que, de alguma forma, se distinguiu dos seus contemporâneos, devendo este espaço preservar, o mais fielmente possível, a forma original da casa, os objectos e o ambiente em que o patrono viveu. (PINA, 2001, p. 4 apud PONTE, 2007, p. 5)

A definição acima reitera a importância da preservação também da ambiência para a garantia do sentido e objetivo do museu-casa.

CAPÍTULO 2



CAPÍTULO 2 – NATUREZA E PATRIMÔNIO

Para refletir sobre o universo de interações significativas de uma chácara – quintal de uma residência do século XIX – e o desenvolvimento de um processo que conta com ações de tombamento e musealização, nas quais seu espaço é entendido como um importante articulador entre a memória da família que ali outrora habitara e a sociedade contemporânea, é preciso retomar quais fatores impulsionaram sua preservação e conservação e de que formas.

Para tal, vamos buscar elementos que nos permitam entender como surgiu a noção de patrimônio. Como referência histórica da denominação, citamos a pesquisa³¹ da professora Dra. Diana Farjalla Correia Lima. O termo patrimônio tem seu marco na era republicana (510 a.C. – 27 d.C.) do mundo romano. *Patrimonium* referenciava os bens transmitidos pelo pai de família ao filho, *pater familias*; esse processo configurava o direito de sucessão, sendo respaldado, inclusive, pela Lei das XII Tábuas nos anos de 462 a 450 a.C. (LIMA, 2012, p. 33). Desenvolvendo um pouco mais esse entendimento, a questão da herança paterna (que, no contexto romano, contemplava dimensões individuais – o pai “Senhor da família”) foi ampliada para a coletividade no final do século XVII, no contexto da Revolução Francesa. Assim, o pai passa a ser representado pela figura do Estado Nacional, sendo seu filho, o povo. A partir desse momento, os bens passaram a ser nacionalizados e absorveram a missão do fortalecimento da identidade daquela nação. Segundo Luso, Lourenço e Almeida (2004, p. 33), o próprio movimento de revolução, que teve como reflexo monumentos degradados e até desaparecidos, impulsionou o interesse público e a intervenção do Estado pela salvaguarda dos monumentos.

Podemos dizer que pensar o patrimônio cultural no passado significava tecer uma relação direta com objetos e monumentos edificados, ou seja, a referência primária de algo como patrimônio era constituída pela própria obra, seja ela, por exemplo, pictórica, escultórica e/ou arquitetônica. No decorrer dos anos, e até séculos, verificamos o conceito de patrimônio sendo ampliado e reorganizado a partir da interação do homem com a natureza e do seu próprio desenvolvimento em sociedade. A percepção do seu sentido se estende e abrange novas modalidades e possibilidades a serem entendidas como tal. Segundo Lima (2012), esse processo de “patrimonialização”:

³¹ Pesquisa “Termos e Conceitos da Museologia”, desenvolvida desde 2005 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio e Museologia (PPG-PMUS), em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar. E a palavra salvaguarda, tão usada pelas entidades competentes nos seus documentos normativos, exprime, adequadamente, o pensamento e a ação que aplicam. (LIMA, 2012, p. 34)

A questão do patrimônio ganhou forças no século XX. O aumento e a multiplicação das cidades, junto à preocupação com os contextos identitários, refletem o processo vivido na atualidade. Emerge a necessidade de se desenvolver critérios de preservação e uso de tudo aquilo que é apontado como patrimônio. No Brasil, a legislação referente ao patrimônio cultural começa a surgir na década de 1930. O fortalecimento do campo neste período surge como um reflexo do movimento da Semana Nacional de Arte Moderna e as questões preservacionistas passam a ser enfrentadas com a criação de um conselho específico. Em 1936 surge o primeiro anteprojeto de lei em prol da proteção do patrimônio cultural, assinado por Mário de Andrade, sendo considerado um dos desdobramentos dos debates iniciados na Semana.

Para Lima (2012, p. 36), um fato importante neste caminho foi o entendimento do patrimônio elevado ao valor internacional, sendo criado o título “Patrimônio Mundial”. Nesse momento, o patrimônio material passou a ser dividido em duas classes, cultural e natural, sendo cada uma delas responsável por um título e uma convenção de proteção na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Segundo a Convenção (UNESCO, 1972), temos as seguintes particularidades em cada classe:

[Patrimônio cultural:] os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

[Patrimônio natural:] os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1972)

Outro grande passo nessa trajetória é o reconhecimento, registro e proteção do chamado patrimônio imaterial. Segundo a definição da UNESCO, no universo desta categoria:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” **as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas** – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e **lugares culturais** que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural intangível, transmitido de geração em geração, é constantemente **recriado** pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, **sua interação com a natureza e sua história**, e proporciona-lhes um sentido de identidade e de continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2003, grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, verificamos o conjunto de elementos que compõe o patrimônio brasileiro, presente nos capítulos que tratam da cultura e do meio ambiente. No referido documento, os bens de natureza material e imaterial são referenciais da identidade do povo brasileiro, com suas diversas manifestações sociais.

A legislação do patrimônio até então consolidada prevê que os bens a serem conservados como patrimônio histórico ou artístico estejam necessariamente ligados a fatos e relevâncias de cunho histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico. Contudo, um ponto importante a ser destacado é que, apesar de todas as separações, nomenclaturas e classes de diferenciações de um ou outro tipo de patrimônio elencado pelo homem, essa sistematização se fez importante para normatizar formas específicas de proteção. As categorias do patrimônio cultural, natural, histórico, material e imaterial são construções teóricas normativas que na prática estão sujeitas ao conjunto de relações estabelecidas entre cada uma, e destas com os sujeitos em seu tempo e espaço, requalificando as suas fronteiras e valores.

No caso da patrimonialização da natureza, Luchiari (2005, p. 96) diz que esse movimento está ligado inicialmente à criação dos primeiros parques nacionais, juntamente com o desenvolvimento da legislação tanto de proteção à natureza quanto de proteção ao patrimônio cultural. Assim, apesar da criação de algumas unidades de proteção ambiental no começo do século XX, como, por exemplo, o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1938, é possível identificar movimentos relativos à salvaguarda de paisagens e outras áreas verdes, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Como reflexo de todo este debate, surge a categoria patrimonial dos “monumentos vivos” e, como desdobramento dessa nova tipologia, o reconhecimento dos jardins com interesse histórico e cultural, que se distinguem da natureza espontânea pela importância que o homem lhe confere, agregando-lhe contextos de valor e autenticidade (DELPHIM, 2005).

A um bem pode ser atribuída uma série de valores, que podem ser de caráter intrínseco e extrínseco. Os primeiros têm foco nas questões físicas do jardim (localização, espaço, entorno, material, desenho e conservação) e vão variar de acordo com os desgastes causados pela ação natural e humana ao longo do tempo. A transformação dos valores intrínsecos podem agregar sentido histórico e cultural aos bens. Por meio deles será possível verificar seu processo como uma forma de testemunho dos seus diferentes tempos (DELPHIM, 2005, p. 15). Além destes, há que se considerar os valores extrínsecos, que são aqueles atribuídos pelo mercado financeiro, por uma determinada interpretação de influências artísticas, refinamento técnico ou por sua vocação pedagógica e relação com a sociedade (DELPHIM, 2005, p. 16).

2.1 A Natureza como Patrimônio

Como percurso de estudo, passamos agora a buscar dentre os debates internacionais e nacionais em prol da preservação da natureza aqueles documentos que registram sua aproximação com o conceito de patrimônio, e como essa preocupação determina diretrizes para sua conservação. Para Salcedo (2007, p. 26), “as cartas patrimoniais têm como intuito uniformizar os discursos do cuidado ao bem cultural”. Dessa forma, tais documentos, juntamente com outros textos normativos e demais bibliografias que contribuíram para a consolidação do debate sobre a questão das áreas verdes e de sua progressiva valorização, serão analisados a seguir.

É possível identificar, no decorrer dos anos, algumas contribuições significativas que contemplam a preservação das áreas verdes. Como marco no assunto, citamos o I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos, que resultou no lançamento, em outubro de 1931, da Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos; com o mesmo nome e resultante da Quarta Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em novembro de 1933, foi publicado o manifesto urbanístico também denominado Carta de Atenas. Juntos, os dois documentos são considerados marcos iniciais do conceito de “patrimônio internacional”, tratando a definição do patrimônio em suas relações com o espaço e, dessa forma, criticando a desvalorização e a falta de cuidado com as áreas verdes:

Existem ainda superfícies livres no interior de algumas cidades. Elas são a sobrevivência miraculosa em nossa época, de reservas constituídas no passado: parques rodeando residências principescas, jardins adjacentes de casas burguesas, passeios sombreados ocupando a área de uma muralha militar derrubada. Os dois últimos séculos consumiram com voracidade essas reservas, autênticos pulmões da cidade. (CARTA DE ATENAS, 1933)

Este documento prevê que a preservação de plantas e ornamentações que acompanham monumentos e conjuntos de monumentos são elementos importantes para a conservação do seu caráter de antigo (BERJMAN, 2011, p. 33).

No Brasil, foi criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³², que executa, em 1938, o tombamento dos primeiros jardins no estado do Rio de Janeiro: Campo de Santana, Passeio Público, Jardim do Valongo, Jardim Botânico, Palácio Guanabara, Parque da Quinta da Boa Vista, Parque do Palácio do Catete, Palácio Imperial e Parque de Petrópolis, e Casa e Jardim de Grandjean de Montigny.

³² Inicialmente como Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN, em sua criação, no ano de 1937, em 1946 passa a Departamento, com a sigla DPHAN e, desde 1970, denominado IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 27 – Passeio Público (19,4 cm x 25,4 cm). Foto de Marc Ferrez, 1890. Passeio Público, onde se avista a vegetação, ponte, estátua e cidadãos a passeio. Fonte: Arquivo Instituto Moreira Salles.

Quase 30 anos mais tarde, em dezembro de 1962, é lançada a Recomendação de Paris, durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Este documento trata da proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios³³, ressaltando sua importância para o homem.

Considerando que, por sua beleza e caráter, a salvaguarda de paisagens e dos sítios definidos pela presente recomendação é necessária à vida do homem, para quem são um poderoso regenerador físico, moral e espiritual, e por contribuírem para a vida artística e cultural dos povos, como o demonstram inúmeros exemplos universalmente conhecidos [...]. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962)

A Recomendação de Paris apresenta a preocupação em proteger áreas contra o desmatamento e destruição, em virtude de construções urbanas, avanços industriais e comerciais.

³³ De acordo com a Recomendação de Paris, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, “a preservação, e quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos”.

Um ponto importante é o destaque para o papel da educação no desenvolvimento do “respeito público” pelas paisagens e sítios, citando inclusive os museus como instituições corresponsáveis por intensificar as ações educativas em prol do estudo e apresentação das questões naturais e culturais características da sua região.

Dois anos mais tarde, a Carta de Veneza, escrita durante o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964, vem estender o alcance da noção do patrimônio cultural para além da criação arquitetônica, abrangendo também os sítios urbanos e rurais. Esta carta dedica vários de seus artigos a diretrizes para conservação e restauração dos monumentos históricos, as quais, segundo o referido documento, são ações que começam sempre pela manutenção permanente dos monumentos que, preservados, serão responsáveis pela guarda não só da obra de arte em si, mas também do testemunho histórico.

Na cidade de Quito, em 1967, em uma reunião promovida pela Organização dos Estados Americanos – OEA, foram promulgadas as Normas de Quito, as quais tratam da conservação e utilização de lugares de interesse histórico e artístico como monumentos. Este documento estabelece que para uma área ser qualificada como monumento nacional³⁴ é necessário, primeiramente, que o homem agregue a este um sentido histórico ou artístico e proceda a sua identificação e registro. O documento enfatiza o recorte territorial e se posiciona em prol da valorização da região histórica ambiental, ou seja, a proteção, inclusive com medidas regulamentadoras que definam formas de uso, comércio, construção e limites de intervenção para o núcleo espacial que abrange o entorno de uma zona de interesse histórico-cultural.

Segundo Berjman (2011, p. 34), em termos de organizações internacionais, há três grandes e pioneiras referências na pesquisa, reconhecimento e proteção de sítios patrimoniais: a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, com sede na Suíça e fundada em 1948; o ICCROM – Centro Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos, com sede em Roma, no ano de 1956³⁵; com sede em Paris, o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em 1964.

Como desdobramento nacional, houve um encontro de políticos e autoridades da cultura, em 1970, que deu origem ao chamado Compromisso de Brasília. Este documento reforça o papel do

³⁴ “Os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objetos de defesa e proteção por parte do Estado, não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica.” (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 2)

³⁵ O ICCROM foi fundado em 1956 durante a Conferência Geral da UNESCO, em Nova Dehli. (BERJMAN, 2011)

Estado na proteção dos bens culturais e, no plano das áreas verdes, estimula a criação de serviços estaduais para atuarem juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal na proteção da natureza.

No âmbito da UNESCO, em 1971, a Convenção Relativa às Zonas Húmidas e de Importância Internacional ressalta que a relação do ser humano com seu meio ambiente é construída de forma interdependente. Logo depois, na cidade sueca de Estocolmo, em 1972, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e lançada uma declaração, também conhecida como Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que prevê vinte e três princípios que pretendem inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano:

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e pela fauna silvestres, bem assim o seu habitat, que se encontram atualmente em grave perigo por combinação de fatores adversos. Em consequência, ao planejar o desenvolvimento econômico, deve ser dada a devida importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres. (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972)

Para Bezerra (2009, p. 6), diferentemente da Recomendação de Paris, que enfatizou o peso estético da natureza, a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano destaca a importância da natureza para garantir as condições plenas de desenvolvimento humano das gerações presentes e futuras, o que significa que o homem possa viver e trabalhar sem prejudicar os sistemas naturais, equalizando desenvolvimento e preservação.

Em 1987, no documento denominado Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland, aparece novamente uma preocupação com o futuro, quando o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades”.

Inserido na esfera nacional, em consonância com o que vinha sendo discutido no âmbito internacional, aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais popularmente conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Seu objetivo foi discutir caminhos para o desenvolvimento socioeconômico, aliado à conservação da natureza. Este evento gerou relevantes documentos para a área, tais como a Declaração do Rio sobre

Ambiente e Desenvolvimento, a Carta da Terra, a Agenda 21, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Convenção da Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas.

Em 1988 foi publicada a Constituição da República Federativa do Brasil, que apresenta sua definição de patrimônio já numa perspectiva integrada:

[...] patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico** [...]. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988: Título VII – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II – Da Cultura. Artigo 216. Grifo nosso.)

De 1997 temos um importante documento redigido a partir do encontro em Paris da 29ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, que registra a preocupação com o destino das gerações futuras. A Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras, dentre vários pontos relevantes, cita, em seu Artigo 7 – Diversidade Cultural e Patrimônio Cultural, que uma das preocupações da humanidade deve ser:

Com o devido respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, as gerações presentes devem atentar para a preservação da diversidade cultural da humanidade. As gerações presentes têm a responsabilidade de identificar, proteger e salvaguardar o patrimônio cultural material e imaterial e de transmitir esse patrimônio comum às gerações futuras. (Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras – UNESCO, 1997)

Segundo Bezerra (2009, p. 7), este documento, que propõe a salvaguarda do patrimônio mundial cultural e natural, já absorve a compreensão integrada dos valores histórico, artístico, estético, científico, cultural, bioecológico e geofísico do patrimônio.

Como também importante contribuição, citamos a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001). Este documento ressalta a necessidade de uma conservação integrada, já que inclui no repertório da diversidade cultural a questão da biodiversidade e do patrimônio natural.

A pesquisadora Onilda Gomes Bezerra (2009) afirma que a construção do processo da patrimonialização da natureza continua a ser vista pela ótica antropocêntrica, uma vez que a soma dos valores próprios de sua essência biológica, botânica e vegetal, com aqueles que lhe serão atribuídos de acordo com as relações históricas, políticas, sociais e culturais, confere a determinado “local da natureza” o título de patrimônio. A partir desse entendimento, conclui-se que o valor atribuído ao elemento natural é a ponte que liga e define a relação que qualificará o bem natural como patrimônio.

Nesse mesmo sentido, a já citada Carta de Burra passa a se apoiar em um instrumento denominado Declaração de Significância, na qual o significado cultural é definido em função dos valores atribuídos ao bem por determinada geração, contemplando valores estéticos, históricos, científicos ou sociais para as outras gerações. A relevância de sua preservação vem do que o bem representa ou pode representar para determinado grupo. Assim, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO adotou como critério de seleção para inscrição na lista de patrimônio mundial que seja elaborada uma Declaração de Significância do bem. Esse documento deve apresentar os motivos pelos quais determinado bem deve ser preservado, explicitando seus valores específicos e a relação com a comunidade e o meio ambiente em que está inserido.

a significação cultural está incorporada no próprio sítio, no seu tecido, entorno, usos, associações, significados, registros, sítios e objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. (ICOMOS, 2013)

2.2 Jardins Históricos como Chancela de Preservação

Permeando a história do homem, temos a forte presença de todo tipo de jardim, sendo este uma das primeiras formas de expressão na sua relação com a natureza. De acordo com o dicionário Michaelis (2013):

sm (fr *jardin*) **1** Peça de terreno, geralmente cercado e adjacente a uma habitação, destinado ao cultivo de flores, plantas e árvores ornamentais. **2** Local ou região rica e bem cultivada. **3 Náut** Corredor da popa numa embarcação. **J. botânico:** terreno fechado onde se cultivam plantas seletas para estudo e exibição ao público. **J. público:** praça pública ajardinada.

O termo jardim é amplo e absorve vários conceitos de acordo com o seu entendimento e criação em cada cultura. Na antiguidade, geralmente estava relacionado à beleza, ao divino, à sedução e à fecundidade. Podemos retomar o Jardim do Éden, citado na Bíblia: conforme passagem dessa escritura, Deus planta um jardim e o confia-o nas mãos do homem para que possa cuidar e guardar. Neste caso, o homem é representado por Adão e Eva e o Jardim do Éden como a referência imagética ao paraíso. Neste mesmo sentido mítico do paraíso temos os jardins Ida-Varsha dos hindus, os bosques sagrados dos itálicos e os Eridus dos assírios. Os jardins suspensos da Babilônia são considerados os mais antigos, datando de 604 – 562 a.C. Jardins eram, também, comumente ofertados aos deuses na Mesopotâmia. Temos os jardins presentes em muitas civilizações, como o Jardim Egípcio, Persa, Grego, Romano, Islâmico, Renascentista, Barroco, o romântico Inglês e já no século XV surgem os hortos botânicos.

No século XVIII observa-se a prática do restauro de alguns jardins antigos (BERJMAN, 2011, p. 32) e, à medida que as cidades foram se expandindo, surgiram os jardins privados e as praças e passeios públicos dos séculos XIX e XX. Neste longo caminho, os diferentes jardins, cada um com suas peculiaridades, das mais diversas culturas, entraram para a história, sendo considerados grandes monumentos ligados, geralmente, às moradias importantes ou a fatos históricos memoráveis.

Um passo importante para o desenvolvimento deste campo foi, para Berjman (2011, p. 32), a confluência de disciplinas como a antropologia, a geografia e o urbanismo, as quais, no decorrer do século XIX, passaram a perceber a paisagem com um conceito holístico, considerando as relações da natureza com o homem e suas implicações sociais.

Após algumas questões sobre o universo temático dos jardins e pelo caminho tomado pelas cartas patrimoniais no que concerne à crescente inserção da valorização de determinadas áreas verdes enquanto patrimônio, focamos agora nas possibilidades de abordagem e nos instrumentos disponíveis para a preservação dos jardins históricos. Podemos dizer que o reconhecimento da questão dos jardins históricos como patrimônio cultural está diretamente ligado ao fato de serem percebidos de forma integral. Sua essência na natureza passa a estar conectada ao universo da identidade do território que ocupa, agregando, assim, a questão histórico-cultural que sua preservação necessita. Como tudo na natureza, os jardins possuem um intenso ciclo de renovação e deterioração. Porém, no caso dos jardins denominados históricos, a intenção passa a ser preservar o espaço de uma determinada forma e contorno, conforme o fato ou o período que o determinou

como documento cultural. Por isso, o desafio da preservação dos jardins históricos exige medidas comprometidas com a manutenção, planejamento e manejo.

No âmbito do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, foi criada, em 1967, uma seção própria para o tratamento do assunto dos jardins históricos e, em 1970, foi consolidado o Comitê Internacional de Jardins Históricos – IFLA. Sua proposta inicial foi inventariar os jardins do mundo e implementar formas para sua proteção, conservação, restauração e manutenção, levando em consideração sua composição vegetal e arquitetônica, além do controle dos seus entornos. Esses propósitos e conceitos básicos sobre o tema foram discutidos em 1971, na cidade francesa de Fontainebleau, por vinte especialistas reunidos no pioneiro Colóquio sobre Jardins Históricos.

Um marco muito importante para a valorização e conservação dos jardins se deu em 1981³⁶, dez anos depois da primeira definição do conceito de jardim histórico, a partir de um encontro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, na cidade de Florença. Neste, define-se que os jardins históricos, ao serem assim qualificados, agregam a denominação de monumento e, com isso, passam a se beneficiar das mesmas leis de proteção desta categoria (BERJMAN, 2011, p. 33). Como definição, a Carta apresenta que um jardim histórico é “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado um monumento”. A partir da equiparação dos jardins históricos aos monumentos, a carta indica que sua salvaguarda deve ser regida pelos princípios da Carta de Veneza de 1964, mas que, diferentemente, sendo um “monumento vivo”, requer outras regras específicas, sendo este o assunto da Carta de Florença. Este documento é todo direcionado aos jardins considerados históricos e apresenta em seu corpo definições, objetivos, orientações sobre utilização, manutenção, conservação, restauração e reconstituição dos jardins históricos, além de medidas para sua proteção legal e administrativa.

O jardim histórico é uma composição arquitetônica cujos constituintes são principalmente vegetais e, portanto, vivos, o que significa que eles são perecíveis e renováveis. Assim, a sua aparência reflete o perpétuo equilíbrio entre o ciclo das estações, o crescimento e a degradação da natureza e o desejo do artista e do operário em manterem-no permanentemente inalterado. (CARTA DE FLORENÇA, 1981)

³⁶ A Carta de Florença foi fruto de um encontro do ICOMOS acontecido em 21 de maio de 1981, mas foi assinada em 15 de dezembro de 1982. (BERJMAN, 2011, p. 33)

Um ponto de relevância na referida carta é o destaque para os elementos compositivos do jardim histórico – os planos e perfis do terreno, as massas vegetais, suas respectivas alturas, elementos construídos ou decorativos e a presença de água movente ou dormente. Além disso, o documento ressalta a necessidade da manutenção permanente do jardim, sendo um monumento vivo e, como tal, em constante movimento e renovação. Destaca a importância do entendimento do jardim como um todo, prevalecendo essa observação para quaisquer formas de intervenção. Sobre o uso, a Carta recomenda a proteção dos jardins contra acontecimentos festivos e esportivos que possam colocar em risco a integridade da área e sua vocação de lugar tranquilo. Como medida de proteção legal e administrativa, recomenda-se a realização do inventário e a qualificação dos profissionais que atuam nos jardins históricos. Destacamos, ainda, dois artigos que tratam sobre a difícil tarefa de manutenção dos jardins históricos:

Art. 11 A manutenção do jardim histórico é uma operação primordial e necessariamente contínua. Sendo vegetal o material principal, é por substituições pontuais e, a longo termo, por renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado.

Art. 12 A escolha de espécies de árvores, arbustos, de plantas ou de flores a serem substituídas periodicamente deve-se efetuar com observância dos usos estabelecidos e reconhecidos para as diferentes zonas botânicas e culturais, em uma vontade de permanente conservação e pesquisa de espécies de origem. (CARTA DE FLORENÇA, 1981)

Não há dúvidas de que este seja o documento internacional que mais se debruça e que se tornou um pontapé inicial e obrigatório para o tratamento do assunto. Segundo Delphim (2005, p. 13), a Carta de Florença “é o documento básico para qualquer ação proposta em um jardim histórico e permitiu que a preservação desses bens fosse feita de forma mais sistematizada”. O pesquisador relata que “a meta da preservação é salvaguardar a qualidade e os **valores** do bem cultural, proteger o material essencial e assegurar a **integridade** e a **autenticidade** para **as** gerações futuras” (DELPHIM, 2005, p. 28, grifo nosso). A partir desta fala de Carlos de Moura Delphim, entendemos os conceitos básicos para a conservação de um jardim histórico. Na análise dos **valores** do bem, serão considerados elementos de natureza intrínseca e extrínseca, sendo que o primeiro trata das condições físicas do jardim (material, desenho, localização e estado do seu entorno); já os elementos extrínsecos consideram todos os valores que serão atribuídos a esse bem (histórico, cultural, funcional, artístico, social, educativo, técnico, político, entre outros). Para avaliar o grau de

integridade do jardim é preciso considerar o equilíbrio entre os itens que o compõe. Já sua **autenticidade** está ligada ao nível de originalidade dos seus elementos.

Sendo a Carta de Florença um passo importante para a pesquisa em torno dos jardins históricos, após o seu lançamento percebemos aflorar movimentos de pesquisa e debate sobre o assunto. No Brasil, a Fundação Nacional Pró-Memória cria o Programa Jardins Históricos em 1985, o qual contava com o arquiteto e engenheiro Carlos Fernando de Moura Delphim³⁷ como um nome de destaque. Em 1999, o Manual de Intervenção em Jardins Históricos foi publicado pelo Programa Monumenta³⁸.

Os jardins históricos podem levar os visitantes a novas atitudes, ao vislumbre de realidades até então despercebidas. Sua leitura não é apenas espacial mas temporal, estende-se a estratos subterrâneos e estados pretéritos da história do homem, da natureza e da terra. Preservá-los é um ato de respeito à vida, ao equilíbrio ambiental, à obra e ao legado humanos. Defendê-los é induzir gerações contemporâneas e futuras a atitudes de maior zelo por esse patrimônio. Os jardins históricos são o mais rico exemplo de testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e no estado de espírito dos que dele usufruem. (DELPHIM, 2005, p. 8)

Outros documentos também foram lançados, enfatizando, além do jardim histórico, outras formas, abordagens e denominações inseridas no debate da proteção e conservação de áreas verdes. Como exemplo podemos citar a Declaração Internacional de Direitos à Memória da Terra, de 1991, e a Carta de Bagé, de 2007, denominada Carta da Paisagem Cultural, a qual abordou, de maneira pioneira, o conceito aplicado à realidade nacional³⁹. Segundo seu Artigo 2, paisagem cultural:

é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais. (CARTA DE BAGÉ, 2007)

³⁷ Carlos Fernando de Moura Delphim é engenheiro-arquiteto pela UFMG. Contratado em 1977 para restaurar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1985, foi pioneiro na defesa dos jardins históricos no Brasil, passando a tratá-los como bens culturais segundo as normas internacionais de preservação. Criador do Programa Jardins Históricos na Fundação Nacional Pró-Memória (1985-1990), é autor do primeiro manual de intervenções em jardins históricos no Brasil. Atualmente é chefe do setor de jardins históricos do IPHAN.

³⁸ Monumenta é um programa do Ministério da Cultura. Seu conceito procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social.

³⁹ A Carta de Bagé objetiva a defesa das paisagens culturais em geral, com foco local no território dos pampas gaúchos. Sendo uma zona de fronteira, abrange por extensão o terço da área que fica em área de vizinhança internacional.

Além da Declaração de Foz do Iguaçu, também conhecida como Carta do Espírito dos Lugares, lançada em 2008 pelo ICOMOS, e a Carta Colombiana da Paisagem, lançada em 2010 pela Sociedade Colombiana de Arquitetos Paisagistas, no mesmo ano a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas publica a Carta Brasileira da Paisagem, que recomenda, em seu item 4.11, a proteção e cuidado aos jardins históricos:

Reestruturação de paisagens urbanas degradadas de modo integrado, como propulsores de novas dinâmicas: urbanas, sociais, culturais, biofísicas e econômicas, e de melhoria do quadro de vida da população. Maior controle quanto à densidade construtiva, e especial atenção deve ser dada à proteção de jardins históricos. (CARTA BRASILEIRA DA PAISAGEM, 2010)

Ainda na busca por adequar recomendações internacionais às realidades nacionais, foi redigida a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, em 2010, na cidade da zona da mata mineira, Juiz de Fora, durante o I Encontro de Gestores de Jardins Históricos⁴⁰. De acordo com o referido documento, a importância dos jardins históricos alcança um nível além do espacial, mas também temporal. Essa dimensão se justifica no sentido de que os jardins são um testemunho rico da relação entre a cultura e a natureza. A iniciativa reuniu diversos especialistas da área, que definiram conceitos, diretrizes e critérios para o cuidado dos jardins históricos brasileiros, considerando que:

[...] na realidade brasileira, equivalem a jardins históricos em importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles, entre outros locais que se constituem muitas vezes em refúgio apaziguador, em contraste com o tempo ditado pelos automóveis e pelo relógio [...]. (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010)

Nos anos que se seguiram, o Encontro de Gestores de Jardins Históricos se repetiu, sendo um importante momento de integração, debate e difusão do trabalho dos profissionais interessados na preservação dos jardins históricos. Em 2011, o evento aconteceu na cidade de Nova Friburgo e, no ano seguinte, no Museu Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, quando a Chácara do Museu Casa da Hera integrou a pauta da programação.

⁴⁰ Entre os dias 5 e 7 de outubro de 2010, aconteceu o I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pela Fundação Museu Mariano Procópio – MAPRO e pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

Quando pensamos em preservação, temos também como instrumentos de proteção legal dos jardins históricos os inventários, tombamentos e registros, que são importantes formas de assegurar a sua devida salvaguarda. Para Luísa Estadão (2006):

conservar os jardins históricos como patrimônio, obra de arte e documento, exige um trabalho complexo, desde o levantamento topográfico à representação cartográfica, ao registro e interpretação de todos os elementos, tendo em vista revelar a identidade arquitetônica e a informação que encerra. (ESTADÃO, 2006, p. 2)

Para ilustrar o referido “trabalho complexo” supracitado, retomamos o Manual de Intervenção em Jardins Históricos, que, na composição de um inventário, inclui uma gama de operações de preservação. O primeiro passo começa pela **identificação** e o reconhecimento ordenado do bem cultural, que inclui um rigoroso levantamento sobre a localização e seu enquadramento cartográfico, os dados cartoriais e jurídicos do território, as informações sobre o meio físico. Trata-se, portanto, de uma busca pelas características geológicas, geomorfológicas, estruturais, estratigráficas, litológicas e topográficas, o levantamento edáfico (o que quer dizer o levantamento sobre todas as formas de presença de água no jardim histórico), informações sobre o meio biológico e antrópico, além de pesquisa histórica, bibliográfica, arquivística, iconográfica e arqueológica do lugar (DELPHIM, 2005, p. 25).

Após o estudo aprofundado que identificará o espaço sobre todos os seus aspectos, passamos ao **planejamento**. Este é um momento importante que definirá todas as próximas etapas, formas de manejo e intervenção no jardim histórico pesquisado. Para Delphim (2005, p. 45), o plano de manejo a ser definido deve ser “subdividido em ações de investigação, recuperação de áreas degradadas e repovoamento florístico e faunístico”. Além destas ações, compõe também programas de manejo de recursos, monitoramento ambiental, uso público, proteção e administração.

Após identificação e planejamento, uma especial atenção deve ser dada à **proteção** dos jardins históricos. Essa medida objetiva a criação de todas as condições necessárias para garantir a manutenção da integridade e da autenticidade do jardim histórico. No artigo 23 da Carta de Florença temos:

Cabe às autoridades responsáveis adotar, sob a orientação de peritos competentes, as disposições legais e administrativas apropriadas a identificar, inventariar e

proteger os jardins históricos. Essa proteção deve ser integrada aos planos de ocupação dos espaços urbanos e aos documentos do planejamento físico territorial. (CARTA DE FLORENÇA, 1981)

Inseridas no repertório das responsabilidades em relação à proteção, temos desde medidas legais e administrativas, como plano de emergência contra incêndios (ação conjunta com o Corpo de Bombeiros), até a presença de vigilância e equipamentos de segurança contra atos de vandalismo e roubos. Delphim (2005, p. 46) reitera em seu Manual que “o caráter de proteção efetiva deve ser antes educativo do que repressivo, mas sem deixar de ser firme na defesa do patrimônio”. O registro de diretrizes que subsidiarão as necessidades de intervenção também são de suma importância para assegurar a coerência das ações empregadas nos jardins históricos.

De acordo com o Manual de Intervenções em Jardins Históricos (DELPHIM, 2005, p. 50 e 51), ao “conjunto de ações destinadas a prolongar o tempo de vida ou manter a integridade física” denomina-se **conservação**. O “conjunto de operações que visam a recuperar as condições originais do bem cultural e do bem da época” é chamado de **restituição**. **Restauração** seria a “ação que tem como objetivo recuperar e reintegrar partes ou mesmo todos os elementos de um bem cultural móvel ou imóvel” e **revitalização** “designa a reutilização de um bem cultural imóvel, observando aquilo que lhe é essencial”. Todos os passos citados anteriormente fazem com que a preservação de jardins históricos em todo o mundo se torne algo bastante delicado e que sua descaracterização e desqualificação seja um constante fator de risco.

A seguir, o levantamento dos jardins históricos do estado do Rio de Janeiro, no qual consta a Chácara do Museu Casa da Hera:

Tabela 3 – Listagem dos jardins históricos do estado do Rio de Janeiro.

(continua)

Jardins Históricos do Estado do Rio de Janeiro	
Rio de Janeiro	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jardim Botânico ▪ Parque Lage ▪ Passeio Público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque do Aterro do Flamengo ▪ Jardim da Casa de Rui Barbosa ▪ Jardins do Palácio Capanema

Tabela 3 – Listagem dos jardins históricos do estado do Rio de Janeiro.

(conclusão)

Jardins Históricos do Estado do Rio de Janeiro	
Rio de Janeiro	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Campo de Santana ▪ Santa Casa de Misericórdia ▪ Quinta da Boa Vista (Jardins do Paço de São Cristóvão e Pagode Chinês) ▪ Jardins do Morro do Valongo ▪ Jardim do Museu da Chácara do Céu ▪ Jardim do Museu do Catete ▪ Jardim do Palácio Guanabara ▪ Parque dos Patins (Lagoa) ▪ Jardim da Floresta da Tijuca 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jardins do Arquivo Nacional ▪ Jardins do Palácio do Itamaraty ▪ Parque Guinle / Palácio das Laranjeiras ▪ Sítio Burle Marx ▪ Casa de Grandjean de Montigny e o respectivo jardim no Campus da PUC ▪ Casa de Benjamin Constant ▪ Conjunto arquitetônico e paisagístico do Observatório Nacional ▪ Colégio Militar do Rio de Janeiro ▪ Museu do Açude, parque ambiental
Nova Friburgo	Petrópolis
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Casa e Parque da Cidade – Jardim Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da ▪ Praça Getúlio Vargas ▪ Hotel Parque São Clemente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Palácio Imperial e o respectivo Parque ▪ Palácio da Princesa Isabel e seu Jardim ▪ Palácio de Cristal ▪ Fazenda da Samambaia
Niterói	Paraty
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jardim do Museu Antônio Parreiras ▪ Solar do Jambeiro e respectivo Parque 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Praça Monsenhor Helio Pires
Vassouras	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Praça Barão de Campo Belo com o chafariz monumental ▪ Jardim da Casa da Hera ▪ Fazenda Santa Eufrásia ▪ Fazenda Santa Mônica (bosque) 	

Fonte: Elaborado pela autora em 2013, a partir do levantamento de Isabelle Cury, 2012.

2.3 Museus e Meio Ambiente

Após percorrer o caminho até a noção de patrimonialização das áreas verdes, adentramos na seara dos museus. Para embasar a reflexão em questão, iniciamos o debate buscando exatamente essa proximidade: os museus com o meio ambiente – ou seja, seguimos mergulhando na complexa e profunda relação do homem com a natureza. De acordo com Scheiner (2008, p. 48), este assunto foi efetivamente inserido no universo da museologia na década de 1960, em virtude do desenvolvimento e revalorização das teorias holistas. Estas em muito contribuíram para a configuração da noção de um museu que passa a valorizar o território do homem, em que elementos como geografia, ambiente, ocupação e produção cultural são entendidos como indissociáveis; um museu cuja percepção está para além do homem e dos objetos, encarando a natureza como um elemento plural.

Nesta nova visão, denominada Museu Integral, o foco no objeto – próprio do museu tradicional⁴¹ – fica em segundo plano, passando a ser relevante o conjunto de evidências do fazer humano que serão definidores da identidade da sociedade. Scheiner (2012) defende que:

o Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer **relações** com o **espaço, o tempo e a memória** – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais. (SCHEINER, 2012, p. 19, grifo nosso)

A Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, ampliou o olhar da natureza como patrimônio e, como tal, a possibilidade de ser musealizado. Ainda na esfera do ICOM, o I Encontro Regional do ICOFOM-LAM, que aconteceu na Argentina, em 1992, teve como tema Museus, Sociedade e Meio Ambiente Integral. No evento, foi recomendado que fosse considerada, no discurso dos museus, a relação do museu com o meio ambiente e também com a sociedade como um todo. Assim, sobre essa aproximação, Rocha (2012) afirma que:

⁴¹ Lima (2007, p. 5) resume o conceito de museu tradicional em “espaço edificado e centrado nos objetos”. Mário Chagas (2000, p. 5) fundamenta o conceito de museu tradicional na tríade “edifício + coleção + público”.

numa sociedade confrontada pelas questões ambientais, que envolvem relações, processos, trocas, fluxos de matéria e energia, visíveis e invisíveis, naturais e culturais, conforme colocado por Davallon et al. (1992), e que requalifica o meio ambiente como um “ser social”, a musealização torna-se uma operação de conservação e comunicação das formas e processos que suportam e definem os modos de relação do homem com a natureza. (ROCHA, 2012, p. 85)

Com isso, na questão da musealização do meio ambiente, buscamos, primeiramente, referenciais que possibilitem a apreensão deste conceito. Sendo um termo próprio do campo da museologia, indica a inserção de determinado item, lugar ou processo na esfera dos museus. No âmbito desta terminologia, o ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia do ICOM, em seu projeto de investigação permanente, define musealizar como “extrair fisicamente ou singularizar juridicamente uma coisa real ou um conjunto de coisas reais de seu(s) meio(s) de origem por um ato físico ou decisão administrativa que lhes confere um estatuto de patrimônio” (ICOFOM, 2000, p. 71 apud ROCHA, 2012, p. 84).

Para Lima (2013), musealização é:

um processo institucionalizado de apropriação cultural. Imprime caráter específico de valorização a elementos de origem natural e cultural. Estabelece sua caracterização identificando formas interpretativas materiais e imateriais da humanidade às quais imprime a interpretação de testemunhos que referenciam as existências e identidades. Considerados como documentos da realidade são determinados como objeto de tratamento científico pela Museologia, portanto adotados sob outra percepção da realidade, sendo reconhecidos na categoria dos bens simbólicos e integrados ao domínio do Museu, logo, ao contexto do patrimônio musealizado. (LIMA, 2013, p. 51)

Em consonância ao dito acima, a pesquisadora Marília Xavier Cury (2005, p. 26) afirma que o termo musealização nomeia “uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação”. E, ainda nesta direção, Loureiro (2011, p. 2 e 3) enfatiza que a “musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação”.

Termo também definido pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, musealização é “um processo científico, que inclui, necessariamente, as atividades essenciais do museu: preservação (seleção, aquisição, coleta, gerenciamento, conservação), pesquisa (incluindo catalogação) e comunicação (através de exposição, publicação, etc.) ou, de outro ponto de vista, as atividades em torno da seleção, coleção e exibição” (DESVALLÉS, MAIRESSE, 2010, p. 51). Ainda no âmbito do ICOM, buscamos no livro *Conceitos-Chave da Museologia*, de Desvallés e Mairesse (2010), sua definição de musealização. Neste verbete os autores deixam claro que algo musealizado se transforma em um testemunho material ou imaterial do homem e de seu meio ambiente, tornando-se uma fonte de estudo e de exposição e assumindo, dessa forma, uma realidade cultural própria: “o ato de musealização tira o museu de uma perspectiva de templo para inscrevê-lo em um processo que se aproxima de um laboratório” (p. 52).

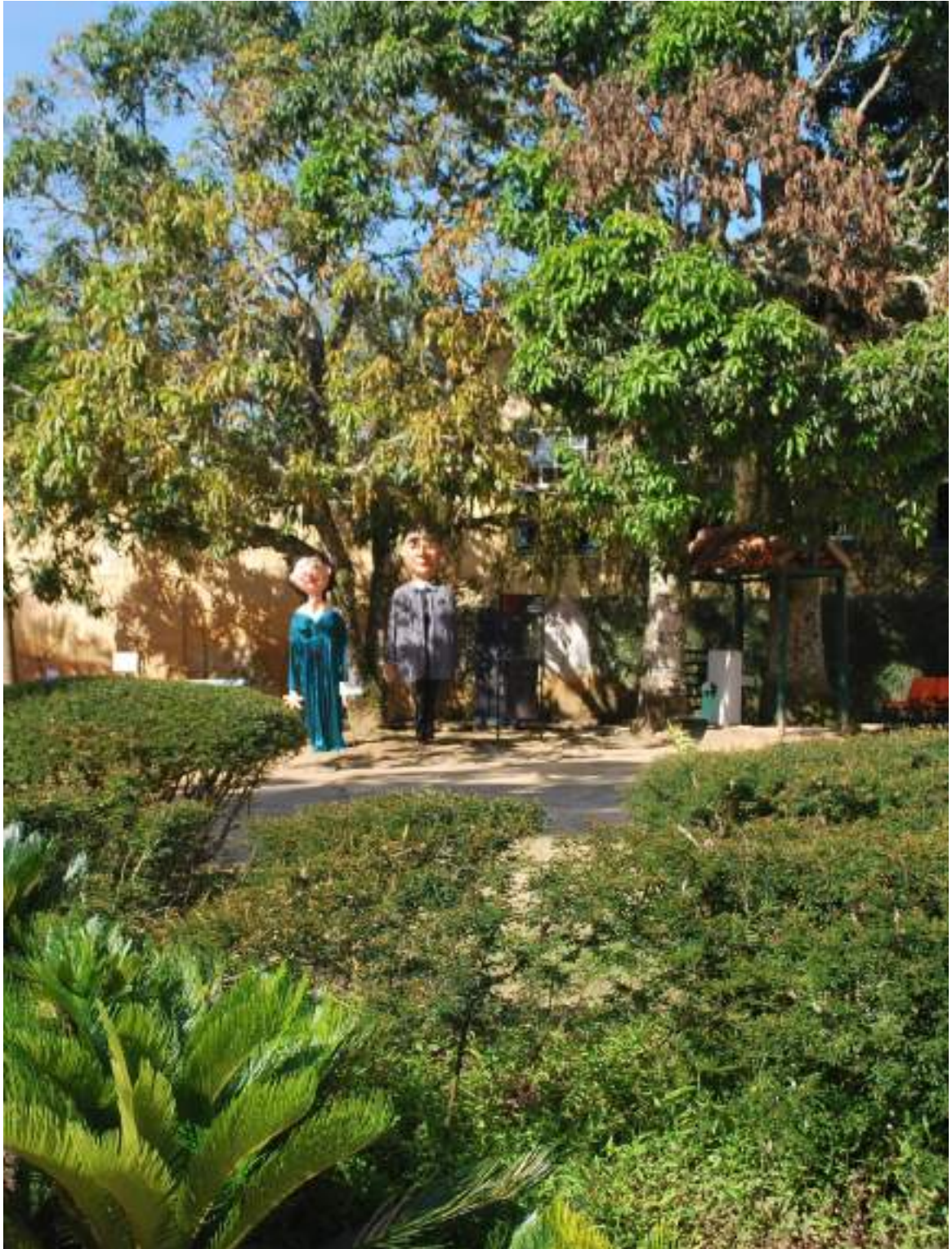
Após reconhecermos o sentido da musealização, buscamos agora sua aproximação com o meio ambiente. Para Brulon Soares (2008),

O meio ambiente é um objeto de estudo que não existe por si só; existe socialmente. Nesse sentido, o museu faz aparecer – como um bem público que deve ser conservado, como patrimônio – este “ser” que é o meio ambiente, feito de coisas, de processos e de representações. (SOARES, 2008, p. 84)

Dessa forma, entendendo o meio ambiente como um sistema complexo, que faz sentido a partir da interação com o ser humano, seus processos e transformações, é necessário buscar em tal contexto de renovação o lugar do homem como cidadão e seu papel frente às relações temporais e espaciais. Nesse sentido, Rocha (2012, p. 7), dialogando com Davallon, Grandmont e Schiele (1992), menciona a tarefa dos museus em relação ao meio ambiente. Para a autora, é necessária uma tomada de posição dos museus no presente para a preservação do legado ambiental de seu tempo, cuidando para garantir sua salvaguarda no futuro. Tal posição direciona a busca pela formação do ser humano em um papel importante no debate das questões sociais e ambientais. A autora afirma ainda que toda essa discussão trouxe uma alteração no entendimento do papel do público pelo museu: no primeiro momento entendido como cliente, agora como um agente social, um cidadão. “A Museologia, como ato de discurso, induz tanto às relações construídas com a natureza quanto às relações construídas com a sociedade (mais precisamente as formações sociais), que normalizam e legitimam as primeiras” (DAVALLON, 1992, apud ROCHA, 2012, p. 11).

Com todo esse debate, retomamos o nosso objeto de estudo e questionamos o processo vivido pela antiga residência da família Teixeira Leite, na cidade de Vassouras. Os objetos da casa, a edificação e o terreno foram tombados e, após essa medida, todo o conjunto foi aberto à visitação; nesse sentido, os objetos passaram a ter os mesmos valores de bem da edificação, a qual, igualmente, divide essa valoração com o terreno. Dessa forma, a área externa da casa passou à parte integrante do museu e, como tal, igualmente testemunha, com seus percursos visitáveis e inspiradores jardins históricos, parte da memória do período do auge do café na região, da forma de vida de seus moradores e de sua atuação decisiva para o desenvolvimento da cidade. No próximo capítulo vamos direcionar as discussões para a análise das variáveis descritas até aqui e tentar estabelecer uma inter-relação entre esses expoentes que compõem o elemento de significância do museu, configurando, assim, seu espaço museológico relacional.

CAPÍTULO 3



CAPÍTULO 3 – SUJEITO, ESPAÇO E TEMPO: UNIVERSO DE RELAÇÕES

O desafio deste terceiro capítulo é buscar subsídios que permitam construir pontes entre as variáveis que estabelecemos até o presente momento – sujeito, espaço e tempo – e, por meio delas, alcançar o sentido de valoração para nosso objeto de estudo – a Chácara da Hera –, caracterizando-a, assim, como um espaço museológico relacional.

Marc Bloch (1997, p. 55 apud BARROS, 2006, p. 461) definiu, em meados do século XX, que “a história é o estudo do homem no tempo”. Embora ele estivesse se referindo à história enquanto disciplina, vamos nos apropriar de sua definição e aplicá-la, também, no contexto desta dissertação. Entendemos que “estudar o homem no tempo” não se limita ao foco de “uma única sociedade” e, tampouco, a um determinado tempo, o que nos permite dizer que a referida pesquisa não se prende unicamente ao passado, mas, também, é ampliada à investigação das ações humanas desenvolvidas no decorrer dos tempos (BARROS, 2006, p. 2).

Para além disso, ao estudarmos o processo do homem no tempo, precisamos ainda considerar seu local de ação, ou seja, incluir mais uma coordenada que irá completar esse gráfico, pois o recorte espacial será igualmente definidor dos domínios dos nossos sujeitos. Se tradicionalmente temos, nas palavras de Barros (2006, p. 3), o espaço como “o lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos fatores geográfico ou político”, podemos igualmente considerar o espaço como campo social. Tal espacialidade se revela fundamental para desenharmos a paisagem contida no contexto o qual desejamos estudar.

Nesse mesmo sentido, Braudel (1966, p. 107) encaixa os conceitos em questão afirmando, em sua obra *Mediterrâneo*, que “uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história”. Mais um exemplo é outra obra do mesmo autor, em *A Civilização Material do Capitalismo* (BRAUDEL, 1967, p. 95), que retoma o assunto em forma de questão: “o que é uma civilização senão a antiga instalação de uma certa humanidade em um certo espaço?”. Atentemos para o fato de que, em ambas as citações, Fernando Braudel trata o espaço como elemento igualmente protagonista, e não simplesmente como pano de fundo da cena.

Ratificando o pensamento supracitado, Faggin (2001, p. 434) trata da questão espacial se valendo do termo território e diz que sua configuração é, “de uma só vez, produto e processo social”.

Justificando sua afirmativa, explica que, “ao usufruir o território, as pessoas que nele habitam geram variações de usos e significados, já que estes vão mudando ao longo do tempo”. Nessa direção, a referida autora agrega a esta variável a noção de transformação, e é exatamente essa ideia que confirma a importância da ação do sujeito e de sua influência em constante relação com o tempo no espaço.

Perceber o espaço como um dos sujeitos da história é considerar seus elementos – climáticos, geográficos, vegetais, animais, geológicos – como contribuintes efetivos na condução do enredo. Trazendo essa reflexão para nosso foco, equivale a identificar muitos momentos da história da família Teixeira Leite e, conseqüentemente, do Museu Casa da Hera, em que a forma de utilização do espaço pelo homem foi o grande responsável por conduzir os rumos de suas trajetórias. Como exemplo, o fato de que um dos elementos que influenciaram o declínio da produção do café na região sul-fluminense, no século XIX, foi a forma e seu local de plantio, conforme já citado anteriormente.

Ou, ainda, nos permitimos pensar na hipótese de que, se a casa da referida família não estivesse localizada em uma pequena cidade do interior do estado, as filhas orfãs, ainda assim, desejariam ou sentiriam a necessidade de partir do lar de seus pais? Ou, em um momento posterior, se esta mesma residência estivesse localizada na capital – Rio de Janeiro –, após tornar-se herança para a Irmandade, a mesma habitação, com grande área verde, em área urbana central, resistiria à especulação imobiliária ou, até mesmo, teria tamanha representatividade cultural para a grande cidade?

Conjecturas a parte, retomamos a grande questão que se coloca neste estudo: assim como sujeito e tempo, percebemos agora que o espaço senta ao lado dos dois elementos primeiros e que, mais do que conflitá-los ou compará-los, nos interessa pensar na relação entre eles e, para além disso, como se processa tal simbiose quando considerados em um contexto específico – a Chácara da família Teixeira Leite –, que se apresenta, desde 1968, como um museu. Nas palavras de Scheiner (2007, p. 1), “museu é [...] uma poderosa construção sógnica, que se constitui e institui a partir de percepções identitárias, utilizando os jogos de memória e expressando-se sob as mais diferentes formas, no tempo e no espaço”. Dessa forma, este capítulo propõe uma reflexão sobre a relação entre o espaço integrante, os sujeitos envolvidos e os diferentes tempos vividos pela Chácara da Hera no decorrer de sua história, articulando a contribuição de cada um dos itens para o entendimento desse contexto.

3.1 A Chácara da Hera como Espaço Museológico Relacional

A Chácara da Hera, com suas ruas de jabuticabeiras, extenso túnel de bambus, mangueiras, cabeludinhas, vassourinhas e suntuosas palmeiras imperiais, é um misterioso e sedutor percurso que vai se revelando aos poucos, à medida que o visitante alcança uma nova curva, desce uma ladeira ou sobe outra escada pelos caminhos do quintal da casa da famosa Eufrásia.

Refletir sobre o processo de significação de um bem tombado já constitui em si uma das ações do pensar e do fazer museológicos, ainda mais quando este bem apresenta potencialidades oriundas de múltiplas relações espaço-temporais. Isso porque, diferentemente de outros processos museológicos tradicionais, não estamos tratando somente de uma casa ou de um jardim em separado, mas da confluência de um espaço que absorve e transpira as relações latentes em sua história e que se permite a vivência de um processo permanente e natural de constante mutação, ressignificação, vida e transformação.

Popularmente conhecida como Chácara da Hera, o jardim do Museu Casa da Hera, situado na região do Vale do Café sul-fluminense, é um importante legado da família Teixeira Leite para a pequena Vassouras. Como já dissemos, esta cidade, que conta hoje com pouco mais de trinta mil habitantes, foi testemunha da riqueza gerada pela produção e exportação do café no século XIX.

A partir do desejo de preservação de Eufrásia, claro e tão detalhadamente registrado, fica aqui uma questão específica sobre as responsabilidades e possibilidades de transformar a casa da família Teixeira Leite em um museu, um lugar que vai tornar público esse desejo da última proprietária da Chácara. Scheiner (1998, p. 118) afirma o caráter do museu como “mediador institucional da circulação social de cultura”, sendo responsável por um conjunto de informações e mensagens para a posteridade, garantindo sua continuidade e, com isso, a personificação da consciência de identidade de um povo, região ou país. Acreditamos, portanto, que a decisão de abrir a morada da família Teixeira Leite à visitação pública foi uma ação determinante que possibilitou, de alguma forma, assegurar que sua memória perdurasse. A preservação dos testemunhos materiais (objetos, edificação e terreno) e de sua conseqüente significação cultural como elementos guardiões da memória da atuação da família Teixeira Leite em seu tempo constituem uma forte referência identitária para a sociedade de Vassouras e sua região.

Ao perceber a necessidade premente de pesquisa e reflexão sobre as possíveis relações entre o jardim e a Casa da Hera, buscamos compreender as narrativas inseridas no repertório do espaço que compõe a Chácara da residência da família Teixeira Leite, seus diferentes tempos, usos e funções, de forma a estabelecer diretrizes que possam vir a orientar o desenvolvimento de suas potencialidades e seu adequado tratamento. Enquanto espaço de relações, há que se ter clareza de que talvez não seja possível mensurar com exatidão todos os componentes relacionáveis, primeiro em virtude de que, dentre o rol destes aspectos figura o subjetivo, que se manifestará na relação afetiva estabelecida por cada sujeito em seu tempo. Além disso, porque sabemos que, sendo uma pesquisa no tempo presente, só é possível elencar aqueles elementos registrados de alguma forma em algum lugar no decorrer de todo esse tempo e tendo a certeza de que o universo relacional social da família Teixeira Leite, do Instituto de Missionárias do Sagrado Coração de Jesus e dos órgãos governamentais posteriormente responsáveis pelo seu patrimônio são bastante amplos, nos limitamos, neste momento, a organizar os registros encontrados para a reflexão e análise deste espaço amostral. Além disso, não podemos nos esquecer de que estamos tratando de um local que, apesar das intervenções humanas, é ocupado pela natureza e, como tal, é vivo e também transitório e efêmero.

Sendo assim, entendemos o espaço museológico relacional como o diálogo possível oriundo das relações entre diferentes sujeitos, tempos e espaços, no qual o sentido de valoração é construído na interseção dos significados, em que aspectos de toda origem – históricos, culturais, geográficos, políticos, subjetivos, entre outros – terão seu valor ampliado em virtude da relação estabelecida entre eles. Essa construção simbólica legitima seu valor como bem cultural musealizado e permite sua apropriação. Dito isso, arriscamos combinar os elementos na tentativa de organizar as informações encontradas com o desejo de contribuir para uma melhor visualização do conjunto de variáveis que integram o universo de relações da Chácara da Hera e, a partir daí, perceber como a confluência das relações presentes em cada combinação fortalece sua significação e impulsiona sua vocação de patrimônio musealizado:

Tabela 4 – Sujeito, Espaço e Tempo aplicados ao repertório de relações da Chácara da Hera.

(continua)

Sujeito	Espaço	Tempo
Construtores da Casa e/ou primeiros moradores – não identificados.	Residência composta de área verde e edificação em sua forma original de “U”.	Antes de 1836 (data do primeiro mapa da recém-criada Vila de Vassouras).
Chegada do casal Dr. Joaquim José Teixeira Leite e sua esposa, Ana Esméria.	Residência composta de área verde e sua edificação original, acrescida de dois anexos.	Mapa da cidade de Vassouras datando de 1825/1861.
Escravos que passam a trabalhar para os novos proprietários.	Local de trabalho – espaço residencial dos patrões: casa de chácara com trabalho interno e externo. Na área verde: plantio de frutíferas, ornamentais e outras plantas úteis para consumo da grande casa. Retirada da lenha, descarte de refugos domésticos e manutenção de animais.	Após o casamento do casal, em 1843.
Ampliação da família, com o nascimento das duas filhas do casal.	Residência dos pais: casa e jardim como local de proteção e privacidade. Espaço para brincadeiras infantis, tomar sol e fazer passeios.	Entre 1845 (nascimento de Francisca) e 1850 (nascimento de Eufrásia).
Fazendeiros e comerciantes.	Escritório do comissário de café, advogado e político Dr. Joaquim. O jardim como um elemento de demonstração de poder e riqueza. Para chegar até a casa, o visitante precisa atravessar a parte superior do jardim, com grandes portões, Palmeiras Imperiais e “Arcos de Bouganvilles”.	Após 1843, até a morte do Dr. Joaquim, em 1872.
Convidados da elite vassourense e da capital.	Habitação com área social de requinte e luxo, onde aconteciam os famosos saraus da família. O jardim como um elemento de demonstração de poder e riqueza.	Auge da produção e exportação do café.

Tabela 4 – Sujeito, Espaço e Tempo aplicados ao repertório de relações da Chácara da Hera.

(continuação)

Sujeito	Espaço	Tempo
Filhas órfãs e herdeiras da fortuna da família.	Residência dos finados pais, local de lembranças. Desejo de continuidade da manutenção da casa e da Chácara como tentativa da preservação de suas memórias.	Após 1872.
Sr. Manoel da Silva Rebello e outros empregados, que ficaram cuidando da casa após a partida das filhas para a Europa.	Casa fechada e manejo cuidadoso da Chácara. Em constante comunicação por cartas, Eufrásia solicita e oferece subsídios para cuidados em toda a residência, e inclusive recebe os chás produzidos pelo Sr. Manoel na Chácara.	Após 1873.
Primo Julico – o Coronel Júlio Corrêa e Castro.	Patrimônio familiar: continuidade da manutenção da Casa e da Chácara. Venda de frutas produzidas em suas terras.	Assumiu a manutenção da residência após a saída do Sr. Manoel da Silva Rebello, em 1923.
Inventariantes: Dr. Antonio Fernandes Junior e Dr. Raul Fernandes.	Disputa do bem pelos familiares, contra os herdeiros registrados no testamento. Casa e Chácara como objeto de desejo dos possíveis herdeiros e curiosidade da população em relação ao morador da Chácara “Burrinho Pimpão”.	Após 1930, morte de Eufrásia Teixeira Leite.
“Mandaró e Filhos”: estabelecimento responsável pela manutenção da residência enquanto aguardava o processo do inventário.	Todo o conjunto aguarda a decisão judicial: local de espera, de produção e objeto de desejo.	Período de execução do inventário na justiça.
Herdeiros: Instituto de Missionárias do Sagrado Coração de Jesus – IMSCJ.	Residência da benemérita Eufrásia Teixeira Leite: grande propriedade composta por edificação, objetos domésticos e terreno produtivo.	Posse das herdeiras.

Tabela 4 – Sujeito, Espaço e Tempo aplicados ao repertório de relações da Chácara da Hera.

(continuação)

Sujeito	Espaço	Tempo
Sob administração do IMSCJ: irmãs e crianças do pensionato.	Parte do espaço foi utilizada como Colégio e abrigava órfãos. Novas obras na Chácara.	Décadas de 1930/1940/1950.
IMSCJ e DPHAN.	Tombamento do terreno, da casa e dos objetos em seu interior: a construção da noção do local como patrimônio.	1952
Convênio entre o IMSCJ e o DPHAN.	Ações para preservação do local como testemunho histórico.	1965
IPHAN e público.	Olhar museológico: local de visitação, apreciação, deleite e lazer.	1968: abertura no local ao público.
Convênio entre o IMSCJ e a Prefeitura de Vassouras.	Utilização da Chácara da Hera como Parque da Cidade de Vassouras: evidência da Chácara como espaço público.	1977
Instalação do Escritório Técnico – 6� SR/IPHAN.	Local de trabalho, visitação e pesquisa.	1984
Responsável pelo MCH: museóloga Ely Gonç�lves.	Pesquisa, inventário, “Ch� Imperial” e produção do Guia do Museu Casa da Hera.	1988 até 1994.
Entre outros profissionais, durante a maior parte deste período, a responsável pelo MCH foi a arquiteta do IPHAN, Isabel Rocha.	Ações educativas e de pesquisa na Chácara: sede do Projeto “Convivendo com a Natureza”, prospecções arqueológicas, filmagem de filmes e novelas, entre outros.	1995 até 2009.
Instituto Brasileiro de Museus – MinC	Transmissão de responsabilidades e investimentos: intensificação do tratamento museológico no local.	A partir de 2009.

Tabela 4 – Sujeito, Espaço e Tempo aplicados ao repertório de relações da Chácara da Hera.

(conclusão)

Sujeito	Espaço	Tempo
Sob direção da arte-educadora e gestora cultural Daniele Alves.	Requalificação e ressignificação da Chácara da Hera: circuito ecológico, “Ecoclube”, “Viva Cultura Popular!”, placas de identificação, capacitação da equipe, parquinho infantil e uso de bambus para mobiliário da Chácara. O jardim retoma o diálogo com a casa, ampliando suas relações com a cidade, trazendo novos significados para a área musealizada e enriquecendo as inter-relações.	De outubro de 2010 a novembro de 2013.
Público: moradores de Vassouras e região, turistas, grupos escolares e demais grupos organizados.	Encontro, fruição, conhecimento, lazer, piqueniques, confraternização, descanso, passeio, afeto e aprendizado.	Desde 1968, quando foi aberto ao público, e com ênfase a partir de 2010, momento em que a gestão direcionou os trabalhos para estes propósitos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Quase como uma brincadeira de “quebra-cabeça”, exercitamos encaixar peças deste contexto que compõe o conjunto de possíveis relações presentes na Chácara do Museu Casa da Hera. Sabemos que ainda faltam muitas, e, assim mesmo, outras tantas são imensuráveis. De toda forma, tais registros se tornam importantes para fortalecer a ideia de que, muito mais do que apenas a parte externa, é preciso ampliar a percepção da Chácara como parte integrante do Museu e este como parte integrante da cidade, ambos igualmente responsáveis pelo fortalecimento da sua significação.

Dessa forma, neste terceiro capítulo cabe reiterar nossa percepção sobre a presença de um espaço relacional entre os diferentes tempos vividos pela Chácara da Hera. Dentre tantas nuances, vamos sintetizar três fases marcantes dessa trajetória, no desejo de qualificar tal análise. Como primeiro momento, destacamos sua origem enquanto jardim de uma residência do século XIX – a moradia da família Teixeira Leite, em que a Chácara, com características funcionais, oferecia suporte

às atividades domésticas – água, alimentos, refugio e guarda dos animais –, e também proporcionava a privacidade necessária para as brincadeiras infantis e os banhos de sol das moças da família.

Na sequência, quando o local perdeu sua função doméstica familiar, passando a patrimônio e, posteriormente, a museu, com atividades de exposição e visitação, percebemos que a área externa da casa perdeu sua funcionalidade de abastecimento e passou a entorno daquilo a que foi dado destaque: a edificação e os objetos dos Teixeira Leite. Nesta fase, percebemos pouca ênfase ao diálogo entre a casa e o jardim: o senso comum passa a entender o museu como principalmente a casa, e não o seu todo.

Situamos o terceiro momento quando, em um recorte mais inserido na atualidade, a Chácara é percebida em sua significância efetiva e passa a ser valorizada como parte integrante do museu. Nesta fase, seus jardins históricos são reconhecidos como espaço museológico e, como tal, possível ambiente de visitação, exposição, deleite, contemplação, lazer e produção de conhecimento, por meio de ações educativas e culturais. Como reflexo desta percepção e de uma escolha de gestão pela requalificação e ressignificação da Chácara, foi verificada a aproximação e o interesse pela visitação e permanência nos jardins do Museu Casa da Hera, não só dos turistas, mas principalmente da população residente na cidade e na região.

Dessa forma, podemos entender que a questão da percepção dos elementos e das relações que cada indivíduo estabelece com o museu – aquele lugar, aquela história, determinados caminhos e objetos –, bem como a interseção dessas experiências, com suas próprias vivências, é o fator gerador dos sentidos e da sua apropriação. Para Scheiner (2007):

[...] se a percepção é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam, o mundo, mais que objeto, é o meio natural e campo de todos os pensamentos e percepções. **E o que importa é o sentido que aparece na interseção destas experiências.** Mais que representação, o Museu será portanto criador de sentidos, na relação: dos sentidos que percolam essas sensações, atos e experiências. (SCHEINER, 2007, p. 1, grifo nosso)

Nesse entendimento, a professora Mirian Celeste Martins (2010, p. 118) afirma que, “como intérpretes dos signos do mundo, construímos interpretantes sobre ele”, ou seja, só aprendemos o que na nossa vivência se mostra significativo para nós. Martins (2010, p. 118) reitera essa discussão citando o crítico de arte Gillo Dorfles⁴², o qual explica que “toda a nossa capacidade significativa,

⁴² DORFLES, Gillo. O Devir das Artes. Lisboa: Martins Fontes, 1987.

comunicativa e fruitiva é baseada em nossas experiências vividas – por nós ou por outros antes de nós –, mas, de qualquer modo, feitas nossas”. Dorfler consegue sintetizar nesta frase, de modo bastante objetivo, a questão das relações e de que forma elas são diretamente proporcionais à intensidade das experiências vividas.

O dicionário Aulete define o termo experiência como

1. Ação ou resultado de experimentar. 2. Habilidade ou conhecimento adquiridos com a prática. 3. Conhecimento, aprendizado adquirido a partir da vivência de uma situação. 4. Teste, ensaio, tentativa. 5. Fil. Conhecimento adquirido através do uso dos sentidos.⁴³

A partir de tal definição, percebemos com clareza que o termo está associado ao conhecimento e aos usos dos sentidos. Larrosa (2004, p. 154) também passeia por esta seara e afirma que “a experiência é algo que nos passa, ou que nos acontece, ou o que nos toca. Não passa por nós, mas em nós”. Com base em tais estudos, justificamos o propósito de ressignificação da Chácara da Hera como um local de experimentações, de vivências, de relações e construção de sentidos, ou interligação deles, onde o público se sinta convidado a:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2004, p. 160)

O convite supracitado, desenhado a partir das palavras de Jorge Larrosa, bem define o que propomos no processo de ressignificação da Chácara da Hera por meio da qualificação de seu espaço. Essa proposta vai de encontro ao excesso de informações, à falta de tempo, à banalização dos valores a que somos cada vez mais submetidos, à superficialidade das relações e à incompletude que nos torna mais solitários e consumidores mais compulsivos a cada dia, em pleno século XXI. E por falar em tempos atuais, citamos Moacyr dos Anjos, que, com sua fala, conclui a linha de pensamento que desenvolvemos até aqui: “o museu na contemporaneidade é um espaço de

⁴³ Dicionário Aulete online: <<http://aulete.uol.com.br/experi%C3%Aancia#ixzz2ryxbMKBo>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

construção de uma ideia de estar no mundo, o museu é, portanto, um espaço museológico relacional entre os homens e as coisas” (ANJOS, s/d, p. 1).

3.2 Alguns Passos em Busca da Ressignificação da Chácara da Hera

Após a identificação das variáveis e análise dos conceitos que permeiam o repertório teórico do assunto, passamos agora à tentativa de registrar um pouco do que foi inicialmente desenvolvido na prática e *in loco* – na Chácara do Museu Casa da Hera –, durante três anos de experiência na direção deste museu, e quais passos foram dados na busca por fortalecer a Chácara como um espaço museológico relacional. Longe de um relatório administrativo ou prestação de contas, o propósito deste item é demonstrar que existem possibilidades infindáveis para alcançar tais objetivos e que nenhuma delas possui, necessariamente, o status de mais certo ou mais efetivo. Cada uma estará sujeita à realidade em que será inserida, maneira de implementação e recepção pelo público, que poderá se dar de forma particular em cada ponto de ação.

Na Chácara da Hera foi desenvolvido aquilo que, durante tal recorte de tempo e realidades institucionais, financeiras e estruturais, se mostrou viável. Cabe dizer que, cientes de que o processo de resignificação é permanente, complexo e delicado e que seu fortalecimento efetivo só se consolida após muito trabalho continuado e comprometimento coletivo com a proposta, o recorte de três anos significa um passo a frente em uma longa caminhada para o alcance da valorização, apropriação e preservação adequadas da Chácara musealizada. O que de fato importa registrar é que, neste caso e neste momento citado, o olhar de cuidado foi ampliado para além da casa em si, se estendendo ao jardim que também integra a residência e, como tal, ao museu. Assim iniciou-se a busca pela ênfase nas inter-relações entre os espaços, as pessoas e os tempos – todos componentes do contexto maior do Museu Casa da Hera.

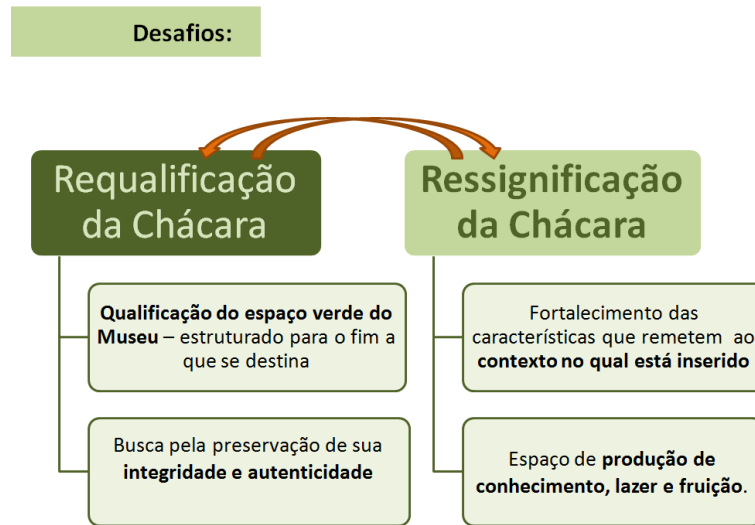


Figura 28 – Diagrama síntese dos desafios da gestão em relação à Chácara da Hera, para fortalecimento da noção de seu espaço como museológico relacional. Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Como já citado anteriormente, diagnosticou-se em um primeiro momento que o senso comum percebia o espaço do museu como limitado às paredes da edificação. O caminho comumente realizado era o do portão da rua até a casa, em linha reta, e, de lá, o inverso – como se nesse trajeto interessasse unicamente um destino final: a casa, os móveis, os quadros e os espaços internos. Assim, a grande maioria das visitas ao Museu Casa da Hera se resumia a um período de cerca de quarenta minutos a uma hora, tempo suficiente para percorrer cerca dos mil e trezentos metros quadrados edificados. Além disso, restava o fato de que no declive do terreno desta linha reta que ligava o portão da rua até a porta da casa estavam cerca de trinta e três mil metros quadrados de área verde, com muitas árvores frutíferas e belos caminhos desenhados pela natureza. Outro ponto verificado em tal diagnóstico de situação realizado em 2010 foi que, dentre o público do museu naquele período, havia predominância de turistas, e quase nenhuma incidência de moradores da cidade ou da região em que a instituição se localiza. Cabe dizer que mais um fator que impulsionou o investimento no potencial dos jardins foi que, apesar de abrigar desde 1968 um museu, a antiga residência da família Teixeira Leite obviamente não foi estruturalmente projetada para possuir salas de serviço especializadas, como reservas técnicas, laboratórios de conservação e restauro e, principalmente, tampouco para contar com um espaço para ações educativas e eventos culturais.

Após uma síntese das motivações iniciais que justificaram a proposta de requalificação da Chácara e a busca da sua resignificação pela comunidade, registramos agora alguns dos pontos

desenvolvidos, no período entre outubro de 2010 e novembro de 2013, que contribuíram para o fortalecimento e a condução de ações de documentação, conservação, educação e comunicação da Chácara da Hera.

De acordo com a UNESCO (2010, p. 31), a educação tem seu aporte nos seguintes pilares: “aprender a conhecer, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a estar com o outro”. A partir desses simples e complexos aprendizados, podemos iniciar nossa reflexão sobre de que forma cada um deles se fez presente no Museu Casa da Hera, já que a educação foi o fio condutor da gestão. Além disso, podemos falar a respeito do modo como a comunidade, sendo sujeito e protagonista deste processo, ocupou seu lugar de público-frequentador-participante na instituição.

Um dos primeiros passos foi o investimento na capacitação permanente da equipe. Ter consciência da responsabilidade do trabalho em um museu e da manutenção de um jardim histórico foi um grande ganho para sustentar todas as ações que se seguiriam. Como parte deste processo, foi estabelecido como prática registrar, por meio de fotografia e relatório, todo o processo de manutenção dos jardins e, principalmente, todas as novas intervenções em seu espaço.



Figura 29 – Sequência do corte de uma antiga mangueira apodrecida e condenada à queda.
Fonte: Arquivo MCH.



Figura 30 – Plantio de muda de mangueira no local em que foi retirada a mais antiga. As bromélias que a envolvem estavam nos galhos da primeira árvore e agora repousam sobre o toco do tronco, protegendo e acolhendo a nova e pequena muda. Fonte: Arquivo MCH.

Tais procedimentos de registro resultariam na sistematização do seu cuidado e garantiriam informações para as próximas gerações, o que infelizmente quase não existe hoje sobre a forma de seu cuidado no passado. Esta informação foi comprovada com uma pesquisa nos arquivos institucionais a respeito das intervenções anteriores já realizadas na Chácara, tendo sido poucos documentos encontrados; contudo, apesar do pequeno volume, alguns eram bastante interessantes e importantes para a configuração atual da Chácara. A seguir citaremos alguns deles.

Dentre os documentos mais relevantes que tratam de cuidados com a Chácara nos anos anteriores, destacamos o relatório técnico da visita de dois profissionais do IPHAN, Sr. Mário Sérgio Rosado Ventura e Sr. Carlos Fernando de Moura Delphim, este segundo, já citado, especialista em jardins históricos. A visita aconteceu no dia 9 de maio de 1995 e foi acompanhada pela direção da instituição à época, Sra. Isabel Rocha, e pela equipe de manutenção do museu. O propósito da visita foi contribuir para a restauração daquele jardim histórico. Neste precioso documento (Anexo G), há uma descrição da situação da Chácara e orientações sobre novos procedimentos a serem implementados. Pelo relatório é possível identificar, por exemplo, que os vários pés de *Eugenia Cabelludo* existentes hoje nos caminhos e nas laterais das escadas não são do período em que a

família Teixeira Leite morou no local, mas, sim, foram plantados seguindo a recomendação do relatório.

Durante a pesquisa foi identificado ainda que, no período entre 1991 e 1993, a equipe do Museu oferecia à comunidade um projeto de educação ambiental chamado Convivendo com a Natureza, sob coordenação da então responsável pelo Museu, Sra. Ely Gonçalves.



Figuras 31 e 32 – Registros do Projeto Convivendo com a Natureza, na Chácara da Hera, no ano de 1991. Fonte: Arquivo MCH.

Outro documento interessante é um pedido da direção do Museu ao prefeito da cidade histórica mineira Ouro Preto, no ano de 1995, na tentativa de conseguir mudas do mesmo chá plantado pelo caseiro Sr. Manoel da Silva Rebello, enviado frequentemente ao exterior a pedido de sua patroa Sra. Eufrásia. Não foram encontrados registros de retorno do pedido ou da existência dessas mudas na Chácara do Museu Casa da Hera.

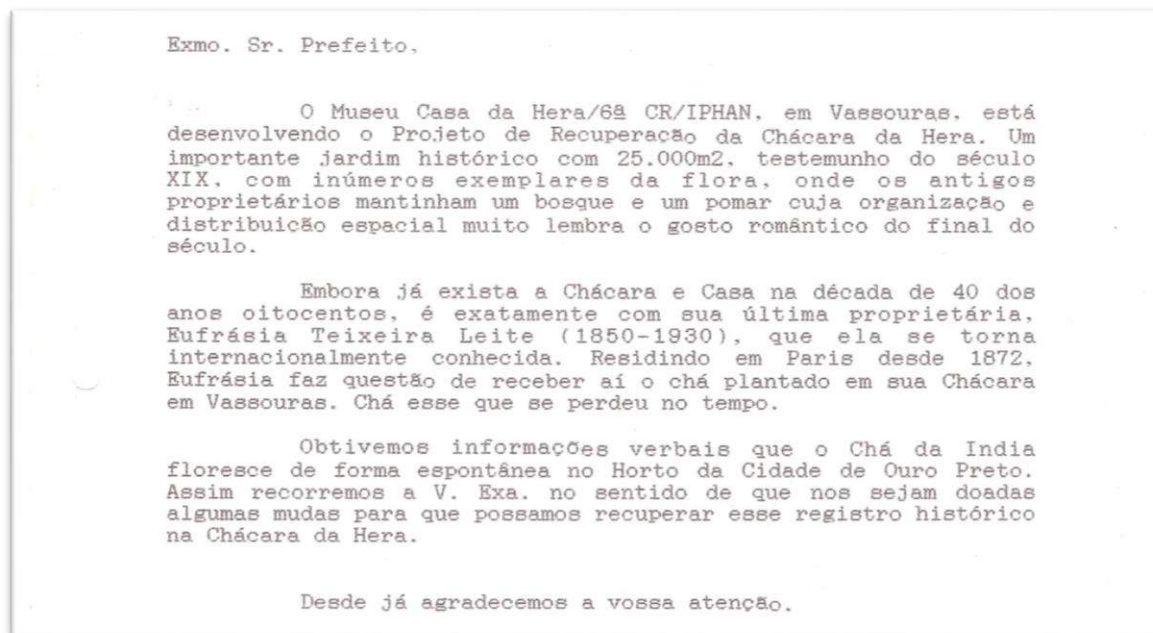


Figura 33 – Recorte com o texto do documento falando sobre o chá plantado na Chácara que era enviado para Eufrásia. Fonte: Arquivo MCH.

Sobre as emblemáticas palmeiras imperiais do platô superior da Chácara, foram encontrados registros de corte e poda de algumas que haviam morrido sendo vítimas de raios. A intervenção se torna necessária, neste caso, uma vez que as palmeiras correm o risco de cair, provocando acidentes. Assim:

- 1985: 2 palmeiras morrem vítimas de raios
- 1996: 1 palmeira morre vítima de raios
- 1996: 1 palmeira é atingida pelo raio mas não provoca – de imediato a sua morte, sua retirada foi sem dúvida precipitada pelo furo na base.

Um documento de junho de 1997 registra o quantitativo e a situação das Palmeiras daquele ano no museu:

- 18 palmeiras adultas
- 11 palmeiras recém-plantadas (mudas de 1 ano)
- 3 palmeiras plantadas há 2 anos
- 3 palmeiras plantadas em 1988 (aprox. 2,00 m)
- 2 coqueiros adultos (plantados, sem dúvida alguma, por engano)

A partir do quantitativo supracitado, o documento faz a seguinte análise:

O que nos permite afirmar que originalmente seriam 38 palmeiras, tendo sobrevivido 18 (47%). As perdas da última década perfazem 10%. Analisando os dados, sabemos que os 2 coqueiros foram plantados há mais de 30 anos, e denunciam a última intervenção na tentativa de recompor o renque antes da nossa atuação. As poucas fotos aqui existentes do prédio no início do século não nos permite visualizar as palmeiras, mas em pelo menos uma foto podemos afirmar que já há falta de um exemplar. De qualquer forma foram, pelo menos, 97 anos para a perda de 53%. (Relatório de corte de Palmeira Imperial, 1997. Fonte: Arquivo MCH)

No ano de 2006 foi realizada uma pesquisa arqueológica na Chácara, com escavações e análise laboratorial do material cerâmico e vítreo encontrado. Seu propósito foi o de estudar o descarte e refugo doméstico ali depositado, além de verificar as delimitações originais dos muros da casa. A análise constatou um hábito de consumo de chá e café pela família Teixeira Leite, já que cerca de 60% dos artefatos encontrados estavam ligados a este costume.



Figura 34 – Sequência de imagens dos fragmentos de louças de cerâmica encontrados durante a escavação arqueológica na Chácara do Museu Casa da Hera. Fonte: Arquivo MCH.

Encontramos ainda o registro, no ano de 2007, da aquisição de alguns bancos, mesas, balanços e gangorras de madeira existentes na Chácara. A partir de 2010 iniciou-se um registro mais sistemático, com a proposta de que se pudesse fundamentar, futuramente, o Inventário e o Plano Diretor da Chácara. Além disso, como já justificado, passou-se a pensar e a implementar ações com o objetivo de convidar o público à percepção da Chácara como local guardião e testemunho da história da família Teixeira Leite e, sendo um jardim histórico, como um espaço igualmente aberto à contemplação, à fruição, ao passeio, ao descanso, ao deleite e ao aprendizado.

Para isso, era preciso viabilizar que o público se sentisse motivado a conhecer e aproveitar o que de melhor a Chácara poderia oferecer, o que tornou imperativo assumi-la como um espaço

museológico, valorizando e evidenciando seu acervo. A partir desse entendimento, passamos a identificar formas de oferecer subsídios para que o visitante pudesse percorrer e, de alguma forma, desejar permanecer na Chácara. Como estratégia foi organizado um circuito ecológico e, neste caminho, identificado e inserido itens de significância cultural, o que equivale a dizer que foi preciso organizar o espaço expositivo da Chácara. Nas palavras de Scheiner (2007):

E é desses sentidos que o Museu constrói o seu discurso, veiculado para a sociedade essencialmente através da exposição. Importa, portanto, identificar e analisar, através dessas relações, o que o Museu representa, como representa, e sobre que estratégias se fundamenta o discurso que elabora via exposição. (SCHEINER, 2007, p. 1)

Pensando nisso, para fortalecer o discurso da Chácara como espaço museológico de relações entre os sujeitos, tempos e espaços, evidenciou-se os elementos que naturalmente suscitavam essas pontes. Um exemplo é o fato de que, ao identificar espécies vegetais já existentes naquela área verde, o visitante seria capaz de entender várias questões que permeavam tal contexto. Entre elas está a planta popularmente chamada “vassourinha”, que, segundo a literatura, por conta da abundância da espécie no local, era agrupada para a produção de vassouras – essa prática caracterizou a localidade e deu origem ao nome da cidade. Várias outras espécies vegetais existentes na Chácara carregam grande valor simbólico para o Museu Casa da Hera, com destaque para o café e a própria hera, que reveste a casa e atribui nome à instituição. Outros exemplares importantes que foram identificados foram as árvores frutíferas: com sua identificação, o visitante, além da informação, teria segurança para o consumo das frutas. Alguns espaços e conceitos também foram identificados com plaquinhas, como o túnel de bambus, o minhocário e uma plaquinha dedicada à questão dos jardins históricos.



Figuras 35 e 36 – Imagem das plaquinhas de identificação científica/histórica das espécies vegetais. Fotografias de Daniele Alves. Fonte: Arquivo MCH.

Considerando que percorrer trinta e três mil e quinhentos metros quadrados de jardins históricos seja consensualmente uma tarefa prazerosa, não podemos dizer o mesmo em relação à sua facilidade e acesso, principalmente quando se trata de um terreno irregular, com várias subidas e descidas entre ladeiras e escadas. Fato é que a trajetória é especialmente complexa para aqueles que possuem alguma dificuldade de locomoção (idosos, grávidas, crianças muito pequenas e portadores de necessidades especiais). Para proporcionar mais oportunidades de paradas para contemplação e descanso no decorrer da caminhada, e com base nos princípios da permacultura⁴⁴, priorizou-se a utilização da matéria-prima existente na própria Chácara, para a construção de bancos e redes em locais estratégicos.



Figuras 37 e 38 – Bancos construídos com bambus pela Chácara para que o público possa experimentar momentos de descanso e contemplação no espaço verde do Museu Casa da Hera. Fonte: Arquivo MCH 2013.



Figura 39 – Redes construídas com bambus e cordas penduradas nas árvores da Chácara, para que o público possa experimentar momentos de descanso e fruição no espaço verde do Museu Casa da Hera. Fonte: Arquivo MCH 2013.

⁴⁴ Segundo Bill Mollison, um dos precursores da área, permacultura é um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

O mesmo material passou a ser utilizado para renovação dos canteiros e jardineiras.



Figuras 40 e 41 – Jardineiras construídas com bambus da Chácara da Hera. Fonte: Arquivo MCH.

Ainda sobre a questão da informação e da conscientização do público em relação ao patrimônio da Chácara da Hera, foi inserido na entrada do Museu um banner explicativo sobre o espaço verde, com um mapa ilustrando os atrativos do local e sua localização.



Figura 42 – Imagem do banner informativo sobre a Chácara da Hera, localizado na entrada do museu. Junto a ele, uma boneca representando a Mariana Crioula recebe o visitante. Fotografia de Daniele Alves. Fonte: Arquivo MCH.

Museu Casa da Hera

Seja bem vindo!



Localizada no centro urbano de Vassouras, essa exuberante área verde, com cerca de 33 mil m², oferece ao visitante contato com a natureza em um espaço repleto de plantas nativas da região e árvores frutíferas. O agradável passeio pelo extenso túnel de bambus é uma das atividades mais apreciadas pelos visitantes. A caminhada ecológica orientada e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Ecoclube fazem parte do circuito de visitação ao Museu. Os jardins históricos da Casa da Hera são tombados e, por esse motivo, constituem-se como um patrimônio que deve ser valorizado, protegido e preservado.

- 1 Entrada do Museu Casa da Hera
- 2 Arcos de Bouganville
- 3 Casa da Família Teixeira Leite
- 4 Bebedouros
- 5 Pátio Eufrásia e burrinho Pimpão
- 6 Parquinho infantil
- 7 Sede do Ecoclube
- 8 Caminho das Jabuticabeiras
- 9 Circuito de caminhada ecológica
- 10 Buraco dos Escravos
- 11 Túnel de Bambus



Museu Casa da Hera **Shm** **ibram** Ministério da Cultura **BRASIL**
ESPORTE, PASSADIMOS DE FUTURO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS PAÍS RICO E PAÍS SEM PÓSSESSÃO

Figura 43 – Banner informativo sobre a Chácara da Hera, localizado na entrada do Museu e apresentando o espaço ao visitante. Arte gráfica: Daniele Alves. Fonte: MCH 2013.

Fomentando o propósito de requalificar a Chácara em busca de sua ressignificação, mais dois processos merecem destaque. O primeiro foi dedicar áreas na Chácara para exposições temporárias. Sua política de implementação respeitou o mesmo propósito do espaço de exposições temporárias da parte interna do Museu, tendo como pressuposto que as temáticas se relacionassem, de alguma forma, com o contexto desta instituição. Essa ação permitiu importantes parcerias externas, como com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e com artistas da região. Entre outras, uma parceria de destaque foi para a realização das oficinas de bonecos “Zé Pereira”. Os bonecos foram produzidos com a coordenação da arte-educadora Tiza Vidal em oficinas no próprio Museu Casa da Hera. Os bonecos representam personagens do Museu: Eufrásia Teixeira Leite e seu famoso burrinho “Pimpão” e os escravos Manoel Congo e sua companheira Mariana Crioula – este casal representa uma importante referência da luta dos escravos⁴⁵ contra os fazendeiros na região de Vassouras no século XIX.



Figuras 44 e 45 – Exposição de bonecos Zé Pereira. Fonte: Arquivo MCH 2013.

⁴⁵ Em novembro de 1838, duzentos escravos, da fazenda Maravilha do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, se rebelaram, fugiram e formaram um quilombo nos matos de Santa Catarina em Paty do Alferes. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Paty do Alferes e comandante da Guarda Nacional de Vassouras, dirigiu as ações auxiliado por João e Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, respectivamente Visconde de Paraíba e Barão de São Luis. O líder, Manoel Congo, foi capturado e enforcado em praça pública, além disso, durante três anos os quilombolas foram barbaramente açoitados. (FRIDMAN, 2006, p. 139)



Figura 46 – Exposição de moinho d'água e telhas da própria Casa da Hera. Fonte: Arquivo MCH 2013.



Figura 47 – Exposição “Água que te quero ter”, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Fotos: Arquivo MCH 2013.

O segundo importante processo que em muito contribuiu para a qualificação da Chácara foi a implementação de projetos educativos na área verde do museu. Uma parte já descaracterizada – tomada de mato e sem registros anteriores de espécies genuínas daquele local – foi dedicada para a sede do Eco clube, um programa de educação ambiental que fosse capaz de implementar tanto a capacitação da equipe para a realização de uma manutenção permeada por práticas sustentáveis, quanto oferecer ao público a experiência de contato direto com a natureza. Neste espaço são

desenvolvidas hortas, minhocário, sementeiras e compostagem, com o próprio insumo produzido e gerado pela Chácara.



Figuras 48, 49 e 50 – Registros do Ecoclub na Chácara do Museu Casa da Hera. Fonte: Arquivo MCH.



Figura 51 – Registros da colheita de alface com as crianças do Ecoclub na Chácara do Museu Casa da Hera. Fonte: Arquivo MCH 2011.

Entre outros, o projeto Viva – Cultura Popular! utilizava os espaços da Chácara para apresentações e oficinas das manifestações culturais tradicionais do Vale do Café. Jongo, Capoeira, Caninha Verde e Calango foram algumas das que estiveram presentes em diversos locais da Chácara.



Figura 52 – Oficina de capoeira durante o Viva – Cultura Popular! na Chácara do Museu Casa da Hera.
Foto: Arquivo MCH.



Figura 53 – Grupo Jongo Caxambu Renascer, na Chácara do Museu Casa da Hera. Foto: Arquivo MCH 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 54 – Registros de animais e flores da Chácara da Hera. Fonte: Arquivo MCH.

reconhecimento – valor – afeto – percepção – memória – relação - experiência

Na lista que apresentamos acima, há palavras que se repetiram diversas vezes no decorrer deste trabalho, mas que ainda assim talvez não tenham sido explícitas o suficiente, a fim de demonstrar a relevância do que elas representam. Isso considerando, ainda, a interpretação de uma dupla representação, primeiro porque, em termos práticos, o processo de pensar/pesquisar/vivenciar a Chácara da Hera começou antes mesmo da possibilidade de escrever sobre ela. Como arte-educadora, amante da natureza e gestora cultural, me propus a assumir a direção do Museu Casa da Hera. Aos poucos, cuidar de cada centímetro do jardim foi se tornando um compromisso, uma necessidade, um desejo, pois fui tomada pela mesma paixão daquelas pessoas que dedicaram sua vida ao trabalho neste Museu e que, sol a sol, se dedicaram e sabiam da história de cada árvore do quintal. O entusiasmo do cuidado exigiu a pesquisa, o que suscitou o reconhecimento do potencial do lugar; a partir daí, a busca pelas questões técnicas, históricas, sustentáveis, agrônomas e, claro, museológicas. Perceber a Chácara como espaço museológico foi o

gatilho para assumir a necessidade de sua requalificação e, para tal, a resignificação de seu espaço. Assim, o compromisso foi assumido duplamente, como uma demanda de gestão e como campo de pesquisa acadêmica. Com a possibilidade de contribuição teórica, veio o entusiasmo de levar a discussão para o âmbito do mestrado. Nesses anos, em paralelo à trajetória no PPG-PMUS, ações foram sendo desenvolvidas e implementadas na Chácara, conforme visto anteriormente.

Cabe esclarecer que, sendo a museologia um campo de conhecimento de formação híbrida, ainda em consolidação, conforme constatação da Professora Diana Farjalla Correa Lima (2007, p. 2), tratar o tema escolhido sob a ótica de um conceito ainda pouco referenciado pelos teóricos da museologia, como o de “espaço museológico relacional”, trouxe à tona alguns questionamentos. Contudo, tentou-se contornar esse desafio com a apropriação de referências de outras áreas correlatas e com a argumentação sobre a própria escolha em si, a partir do entendimento da autora.

É importante esclarecer, ainda, que a aplicação da discussão presente neste trabalho foi em termos práticos apenas iniciada na Chácara da Hera e que, para o seu efetivo desdobramento enquanto espaço requalificado e resignificado, há muito trabalho pela frente. Tal êxito exige comprometimento e empenho por parte das gestões que se seguem e do corpo de profissionais atuantes, assim como sua apropriação pela comunidade.

Ao final desta dissertação, podemos dizer que o exercício de teorizar sobre a Chácara da Hera se mostrou como uma possibilidade de evidenciar seu espaço como enriquecido não somente pela materialidade estética vegetal, mas também pela rede simbólica da experiência humana, que suscita o entrecruzamento de ricas narrativas. Nessa direção, a noção de espaço museológico relacional se constrói na proporção em que as pessoas passam a apreender a noção da Chácara como um patrimônio a partir de suas próprias experiências, e essa valoração é impulsionada pela consciência sensível e pelo afeto. Esse processo já foi disparado intimamente em cada morador de Vassouras, uma vez que as histórias da população com aquele espaço são muito diversificadas e criativas. O imaginário popular vassourense guarda e multiplica muitas lendas sobre este local e o próprio povo trata de multiplicá-las para as gerações mais novas. É certo que a população, alheia à veracidade, acumula muitas passagens pelo famoso “túnel de amor”, em busca do encontro de um par verdadeiro; muitas tardes em função das saborosas jabuticabas e suculentas mangas; bastante curiosidade sobre o lendário Burrinho Pimpão; sobre os amores de Eufrásia; e a misteriosa imagem da Francisca, a filha mais velha do Sr. Joaquim... estes são alguns dos “mitos e lendas” contados e recontados sobre a Chácara da Hera. Explorar essas narrativas como elemento museológico é

considerar os sujeitos participativos e corresponsáveis pela vitalidade do Museu, e este na sua perspectiva democrática, dinâmica e sensível.

No decorrer desta investigação verificou-se que pesquisar um jardim é algo bastante desafiador. Sua natureza acarreta transformação constante, a qual, sem o registro sistemático, se torna quase impossível de ser diagnosticada, tornando obscuros pontos de origem ou mesmo etapas de sua evolução. Por meio de uma busca nos arquivos institucionais e no acervo do Museu, verificou-se poucos registros antigos sobre situações relativas à Chácara da Hera, o que de certa forma dificultou uma análise mais minuciosa de seu espaço.

Como encaminhamentos, subsídios para desdobramentos deste trabalho e mesmo da prática de manutenção da casa e dos jardins históricos musealizados, apontamos a necessidade de um registro mais sistemático do desenvolvimento, da manutenção e das novas intervenções do espaço verde dos museus, considerando como patamar ideal a realização do seu inventário, com a identificação e o levantamento das espécies da flora e da fauna encontradas, uma sistematização técnica de seu histórico e de intervenções realizadas no decorrer do tempo, além de um planejamento com propostas de uso, manutenção, conservação, comunicação e educação. Para isso é preciso direcionar o olhar dos profissionais dos museus para as áreas verdes como um espaço museológico e, como tal, é imperativo que exista no quadro da instituição recursos humanos qualificados para o tratamento, conservação e catalogação desta tipologia de acervo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria Leal. Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXIV, 2007, São Leopoldo, 2007. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.1249.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de; ANGELIS NETO, Generoso de. Jardins Históricos: introduzindo a questão. **Paisagem Ambiente**, São Paulo, n. 19, 2004. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-60982004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 2 ago. 2012.

ANJOS, Moacyr. **Desafios para os Museus de Arte no Mundo Contemporâneo** (notas provisórias para um texto em elaboração). s/d. Disponível em:<http://www.mamam.art.br/mam_opiniao/word/moacir_anjos_desafios.doc>. Acesso: 12 jan. 2014.

ARAGÃO, Solange de. A Casa, o Jardim e a Rua no Brasil do Século XIX. **Em Tempo de Histórias**, n. 12, Brasília, 2008. Disponível em: <<file:///D:/FOCO%20JAN%20FEV%202014/Solange%20Arag%C3%A3o%20-%20a%20casa%20a%20rua%20e%20o%20jardim.pdf>>. Acesso: 6 jan. 2014.

ASSIS, Machado de. **A Mão e a Luva**. São Paulo: Catania Editora, 1959.

_____. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Ática, 1973.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-475, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>>. Acesso: 6 jan. 2014.

BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturales: la labor de ICOMOS. In: SIMPÓSIO ARQUEOLOGIA NA PAISAGEM: UM OLHAR SOBRE OS JARDINS HISTÓRICOS, 2, 2011, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos...** Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.eba.ufrj.br/historiadopaisagismo/images/arquivos/arqueologia_na_paisagem_2011.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BEZERRA, Onilda Gomes. **Os valores da natureza no contexto da conservação integrada do patrimônio natural e cultural**. Workshop sobre os Valores de Vida: a cidade e seu ambiente. UFPE. Recife, 2009. Disponível em: <<http://www.mostreseuvalor.org.br/publicacoes/index.php?pagina=6>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

BITTENCOURT, Fernando M. **Vassouras: um pouco de sua história**. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2001.

BRAUDEL, Fernando. **La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Flammarion, 1966.

_____. **Civilisation Matérielle et Capitalisme**. Paris: Flammarion, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. A paisagem do interior ao exterior do jardim. In: SIMPÓSIO ARQUEOLOGIA NA PAISAGEM: UM OLHAR SOBRE OS JARDINS HISTÓRICOS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos...** Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2011. p. 23-24.

CARTA DE JUIZ DE FORA. Carta dos Jardins Históricos Brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES DE JARDINS HISTÓRICOS, 1., 2010, Juiz de Fora. Juiz de Fora: IPHAN; MAPRO; FCRB, 2010.

CATHARINO, Ernesto José Coelho Rodrigues. **Eufrásia Teixeira Leite**: fragmentos de uma existência. Vassouras: Edição do autor, 1992.

CHAGAS, Mario de Souza. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática dos ecomuseus. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS, 2., v. 1, p. 12-17, 2000, Rio de Janeiro.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2000. (Coleção Edições do Patrimônio).

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DAVALLON, Jean; GRANDMONT, Gerald; SCHIELLE, Bernard. **L'environnement entre au Musée**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1992.

DECLARAÇÃO sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras. UNESCO, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2013.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em Jardins Históricos**. Brasília: IPHAN, 2005.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceptos Claves de Museología**. Paris: Armand Colin, 2010. Disponível em: <<http://icom.museum/professional-standards/key-concepts-of-museology/>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

DICIONÁRIO Caldas Aulete da Língua Portuguesa. Dicionário online. Disponível em: <aulete.uol.com.br>. Acesso em: 8 nov. 2013.

DORFLES, Gillo. **O Devir das Artes**. Lisboa: Martins Fontes, 1987.

ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE MUSEUS CASAS: JARDINS PRIVADOS DO SÉCULO XIX, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

ESTADÃO, Luísa. **Políticas de inventário de jardins históricos em Portugal**. 2006. Disponível em: <<http://ciaud.fa.utl.pt/res/paper/Invent-Jard-Histor.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

FAGGIN, Maria Angela. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Ed. Record, 2001.

FALCI, Miridan Britto. Um intelectual brasileiro do século XIX e sua biblioteca. **Lócus**, v. 9, n. 1., Juiz de Fora, jan.-jun. 2003.

FERREIRA, Isabel C.C. Rocha. O Bosque do Museu Casa da Hera. In: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS: CONSERVAÇÃO, 3.,1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

FRIDMAN, Fania. As Cidades e o café. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, Rio de Janeiro, p. 131-149, jan-dez. 2006. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-6-Fania_Fridman.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2014.

GONÇALVES, Ely. **Guia do Museu Casa da Hera**. Vassouras: IPHAN, 1995.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **Planteamientos Teóricos de la Museología**. Gijón: Ediciones Trea, 2006.

ICOM – International Council of Museums. Site institucional. Disponível em: <<http://icom.museum/>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

ICOM-BR – Conselho Internacional de Museus no Brasil. Site institucional. Disponível em <www.icom.org.br>. Acesso em: 2 dez. 2013.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. Site institucional. Disponível em: <www.icomos.org>. Acesso em: 2 dez. 2013.

INVENTÁRIO de Eufrásia Teixeira Leite. Centro de Documentação Histórica. (CDH). Universidade Severino Sombra (USS). Vassouras, RJ, Brasil.

JUNIOR, José do Nascimento; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (Orgs.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram/MinC;Programa Ibermuseos, 2012. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2013/05/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

LAMEGO FILHO, A. R. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1950.

_____. **O Homem e a Serra**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LARA FILHO, Durval de. Museu: de espelho do mundo a espaço relacional . 2206. Dissertação de Mestrado em Cultura e Informação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-30112006-105557/>>. Acesso em: 23 jan 2014.

LAROSSA, Jorge. **Linguagens e Educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEI Federal n.º 9.795, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 15 jul. 2013.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: “tematizando” Bourdieu para um convite à reflexão. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v.1, n. 4, maio-jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/museologia/article/view/9627>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

_____. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter)ativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--060.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

LIMA, Roberto Guião de Souza. O Ciclo do Café Vale-Paraibano. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Sul Fluminense. Instituto Cidade Viva. 2008. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2013.

LIMA, Tania Andrade; BRUNO, Maria Cristina O.; FONSECA, Marta P. R. da. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, Séc.XIX: fazenda São Fernando, Vassouras, RJ Exploração arqueológica e museológica. **Anais do Museu Paulista**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 179-206, jan. 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5281>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

_____. **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. 2 ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

LOUREIRO, Maria Lucia De Niemeyer Matheus. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: SEMINARIO IBEROAMERICANO DE INVESTIGACIÓN EM MUSEOLOGÍA, 3, Madrid, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A re-invenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **Revista Geosp – espaço e tempo**, São Paulo, n. 17, p. 95-105, 2005.

LUSO, Eduardo; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. Breve História da Conservação e do Restauro. **Repositorium**, Braga, n. 20, 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2554/1/Pag%2031-44.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2012.

MACEDO, Joaquim Manuel. **A Luneta Mágica**. Porto Alegre: LP&M, 2001.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha (Orgs.). **Teoria e Prática do Ensino da Arte**: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2010.

MELO, Hildete Pereira; FALCI, Miridam Britto Knoxx. Eufrásia Teixeira Leite: O destino de uma herança. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 5., 6., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/56245079/Eufrasia-Teixeira-Leite>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____.; _____. Riqueza e Emancipação: Eufrásia Teixeira Leite, uma análise de gênero. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

MENDES, Manuel C. Furtado. Museus como pioneiros para a sustentabilidade ambiental. **Museologia e Interdisciplinariedade**, Brasília, v. 1, n. 2, jul.-dez, 2012.

MICHAELIS. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

MORAES, Roberto Menezes de. **Outras visões para a observação de algumas famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminense durante o Ciclo Cafeeiro**. Instituto Cidade Viva. 2009. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/27_roberto-menezes.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

MUAZE, Mariana. **O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica Imperial**: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Sul Fluminense. Instituto Cidade Viva. 2010. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, EBRASA, 1971.

PEREIRO, Xenardo. Património Cultural: o casamento entre património e cultura. **ADRA**, Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, n. 2, 2006. Disponível em: <http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2011.

PETRUCELLI, José Luis. Café, Escravidão e Meio Ambiente – o declínio de Vassouras na virada do século XIX. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 3, p. 79-91, nov. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/tres/petruc3.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

PONTE, Antonio. **Casas Museu em Portugal**: teorias e práticas. 2007. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <<http://antoniofonte.wordpress.com/tese/cap1-casas-museu-definicao-conceitos-e-tip/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. 2 ed. Niterói: SEEC-RJ, 1978.

REIS, Cláudia Barbosa. **Memória de um Jardim** – estudo do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. 2 v.

RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro-Editor, 1911.

ROCHA, Luisa Maria. A Musealidade do Arboreto. **Revista Musas**, Brasília, v. 5, p. 110-121, 2009.

_____. **Musealizar o Transitório**: o adensamento das relações entre tempos e espaços. 2012. Relatório de Pós-Doutorado. Pós-Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo** (29/01/1822 – 05/05/1822). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974a.

_____. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais** (01/06/1816 – 22/09/1817). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974b.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **A Reabilitação da Residência nos Centros Históricos da América Latina**: Cusco e Ouro Preto. São Paulo: EdUnesp, 2007.

SALLES, Ricardo. **E o Vale Era o Escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, 1988. Disponível em: <file:///D:/FOCO%20JAN%20FEV%202014/enisamara.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

SANTOS, Boaventura Souza. **A Gramática do Tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Leonardo Soares do. Desruralização da cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX. XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL), Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/LEONARDO%20SOARES.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.

SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dionísio no Templo das Musas**; Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

_____. O Museu como Processo. In: **Mediação em Museus**: curadoria, exposições, ação educativa. Cadernos de Diretrizes Museológicas 2. BH: Superintendência de Museus, 2008. p. 36-49. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/1caderno_diretrizes_museologicas_2.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. Comunicação, Educação, Exposição: novos saberes, novos sentidos. **Semiosfera**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4-5, 2007. Disponível em:
<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera45/conteudo_rep_tscheiner.htm>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____. Museologia, Educación y Acción Comunitaria. In: ASTUDILLO, Lúcia (Org.). **Museos, Educación y el Patrimonio Natural, Social y Cultural**. Cuenca: Gomes, 1994. p. 94-97.

_____. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, 2012.

SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASA, 1, 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

SILVA, Carla de Carvalho Rocha; LAMPREIA, Maria da Glória; CALLADO, Ana Arruda. **Mulheres Fluminenses do Vale do Paraíba: histórias de luta e conquista da cidadania feminina**. Rio de Janeiro: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Sandra Siqueira da. A Patrimonialização da Cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Revista Aurora**, ano V, n. 7, jan. 2011. Disponível em:
<<http://www.marília.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

SOARES, Bruno Brulon. **O meio ambiente entra no museu**. Revista Eletrônica Jovem Museologia. Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio. Vol. 3. n. 5. 1/2008. p. 108-111.

SOUSA, Rainer. **Patrimônio Histórico Cultural**. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: um município brasileiro do café (1859-1900)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAMBASCO, José Carlos V. **A Vila de Vassouras e as Freguesias do Tinguá – uma abordagem social e econômica dos tempos da colonização**. Vassouras: Edição do Autor, 2004.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil Colonial (1727-1822), no Brasil Imperial (1822-1889) e no Brasil República (1889-1906)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. 10 v.

TEIXEIRA, Milton. **História da Fazenda Cachoeira Grande**. Disponível em:
<<http://www.fazendacachoeiragrande.com.br/Fazenda/Historia.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **Momentos da Vida**. História da Fazenda Cachoeira Grande. s/d. Disponível em:
<<http://www.fazendacachoeiragrande.com.br/Fazenda/Historia.html>>. Acesso: 12 abr. 2013.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**, Estudo da Construção Residencial Urbana. Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 16. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2006.

THIESSEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2013.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris, 1972. Disponível em: <http://portal.unesco.org/la/conventions_by_country.asp?language=E&typeconv=1&contr=PT>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. Declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes para com as gerações futuras. Paris, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Desenho da Casa da Hera, por Silva Telles, em 1968.



ANEXO B – Desenho da Casa da Hera, por Sérgio Lima, em 2011.



ANEXO C – Fachada da Casa da Hera e, em seu entorno, parte da Chácara. Fotografia de Silva Telles, em 1968. Fonte: TELLES, 1968.



Fig. 20 – Casa da Hera, à Rua
Dr. Fernandes Jnior.
Foto do autor.

ANEXO D – Fachada da Casa da Hera e, em seu entorno, parte da Chácara. Fotografia sem data. Fonte: Arquivos digitais do escritório técnico do IPHAN.



ANEXO E – Fachada direita da Casa da Hera e, em seu entorno, parte da Chácara, em 2008.



ANEXO F – Fachada da Casa da Hera e, em seu entorno, parte da Chácara. Fotografia de Sylvana Lobo, em 2010. Fonte: Acervo MCH.



ANEXO G – Relatório de visita ao Museu Casa da Hera em 1995, por Mario Sérgio Rosado Ventura e Carlos de Moura Delphim.

Ministério Público Federal

Processo nº DEPROT/IPHAN nº 176/95

PROT: Carlos Fernando de Moura Delphim - Responsável pela Área de Patrimônio Natural e Arqueológico DEPROT/IPHAN

PROT: Mario Sérgio Rosado Ventura

Data: 9 de maio de 1995

Assunto: Visita técnica ao Museu Casa da Hera - Vassouras/RJ

Relatório de visita ao Museu da Casa da Hera em Vassouras.

Recuperação do Jardim e Manejo do Parque:

Às 9:30h do dia 19 de abril de 1995 partiu da sede do IPHAN a equipe composta por Carlos Fernando de Moura Delphim e Mario Sérgio Rosado Ventura, no carro da Instituição, tendo chegado em Vassouras por volta de 11:30h.

Efetuamos visita ao parque em companhia da diretora do Museu, Dra. Isabel Rocha Pereira, acompanhada da equipe de manutenção formada pelos Srs. Moisés, Sérgio, Valmir, Hiquitão, Joaquim e Casagrande. Cumpre registrar o grande interesse de todos pela nossa contribuição para recuperar e restaurar aquele jardim histórico.

Iniciamos pelo trajeto que leva à aléia de bambus onde a Diretora nos mostrou a área a encosta por onde descem as águas servidas da casa principal. Tendo verificado que não há risco.

Recomendamos que se fossem plantadas mudas de *Eugenia cabelludo*, espécie abundante no local, além de outras mirtáceas comestíveis pelos pássaros. Sugerimos que a Dra. Isabel contate a Reserva Florestal do Rio Doce, um Linhares, solicitando doação de mudas desta família.

Na descida que conduz à aléia de bambus, todos admiraram a beleza das flores de xineira (*Chorystia speciosa*) caídas pela escada, que, além da beleza, indicavam a existência da árvore em floração acima. Instruímos a equipe no sentido de, na limpeza diária, não varrer as flores tombadas sobre o pavimento, desde que não sejam escorregadias e não ofereçam perigo de queda.

Na parte mais baixa da escada notamos orifícios na encosta, como que abrigos de animais, os quais constatamos serem resultantes de decomposição de raízes mortas e posterior erosão causada pela água ao percorrer estes orifícios.

Ao chegarmos à aléia de bambus, a Diretora destacou a limpeza feita no caminho, antes intransponível, além da retirada de bambus secos em meio às touceiras, que impediam o seu crescimento normal. Notamos evidentes sinais de recomposição dos exemplares mais afetados, onde já havia novas brotações. Quem conheceu esta belíssima aléia antes do trabalho de limpeza notou a grande mudança que tanto valoriza a paisagem. Onde antes se via uma confusão de bambus secos e caídos já se percebe o desenho da aléia de bambus,

as varas se curvam sobre o caminho formando como que uma abóbada capaz de inspirar um estado espiritual de recolhimento e respeito.

Orientamos os funcionários da manutenção sobre o método mais adequado para feitura de mudas daqueles bambus, que consiste no corte de partes saudáveis em porções de aproximadamente cinco colmos, que seriam dispostos deitados paralelamente de forma que os nós se desencontrem, sendo antes perfurados e preenchidos com água até a metade do seu volume, e fechados com rolha. Cada nó, após enterrado, soltará uma nova muda de bambu.

Após percorrermos parte do percurso da aléia, notamos que nos seguintes dois terços os bambus não tinham sofrido a grande degradação que induziu à limpeza e seu estado era razoável. Neste trecho estimamos a altura dos exemplares em aproximadamente dezesseis metros.

Foi-nos também mostrada a vala de drenagem do caminho, entre uma touceira de bambu e a encosta, que, com o surgimento de novos brotos, periodicamente represavam o curso da água. Sugerimos a utilização de uma manilha solta nas proximidades para direcionar a expansão da touceira.

O final do percurso é uma clareira de aproximadamente quinze metros de diâmetro, seguida de um muro de aproximadamente três metros de altura. Recomendamos a manutenção do espaço livre, fundamental para o efeito de luz percebido no caminho. Este lugar é perfeitamente utilizável como um anfiteatro natural.

Percorreremos o trajeto na direção inversa e ultrapassamos o ponto por onde descemos. Neste setor indicamos a utilização de acantáceas, plantas muito floríferas mesmo na sombra e que atraem grande quantidade de beija-flores que se alimentam de insetos, principalmente aranhas que existem em grande quantidade no local devido à decomposição de restos de bambus. Dentre estas espécies citam-se: *Aphelandra squarrosa*, *Pachystachys coccinea*, *Megaskepasma erythrochlamys*, *Pachystachys betonica*, *Jacobinea carnea*, *Odontonema strictum*, *Justicia aurea*, *Eranthemum nervosum*, *Hipoxestes sanguinolenta*.

Partimos para a área onde existe um espaço de aproximadamente vinte metros de diâmetro, cercado de bambus, que foi recentemente limpo em sua área central, e que, onde existem falhas, será complementado por novas mudas, formando uma abóbada natural sob a qual ocorrerão eventos e atividades desenvolvidas pelo Museu.

Caminhamos em direção à área frontal do parque, ainda pelo caminho de baixo, até o local onde existe um pomar de jaboticabeiras (*Myrciaria cauliflora*), que consiste num terreno com inclinação de aproximadamente vinte graus, com árvores antigas, na maior parte jaboticabeiras, com um arrimo de pedras em forma de semicírculo de dois metros de diâmetro em sua base, tornando aí o terreno plano, provavelmente com a intenção de acumular água, especialmente necessária ao bom desenvolvimento e frutificação desta espécie. Estes muros estão sendo restaurados.

Neste local foram encontradas, ainda, outras construções deste tipo, assinalando a presença anterior de outros exemplares, mas com a área de insolação necessária já ocupada

por outras árvores já com idade avançada, tendo a Sra. Diretora do Museu optado por restaurá-los, mesmo sem uso, com o que concordamos.

Em direção ao portão de entrada do parque, seguindo para a casa principal, observamos a pérgola paralela ao caminho de entrada, com exemplares antigos de *Bougainvillea glabra* e *B. spectabilis* em mau estado, plantados em cada uma de suas vigas de sustentação. Misturados com eles havia mudas relativamente recentes de *Allamanda cathartica*, também em mau estado. Em algumas touceiras havia exemplares de *Spiraea sp.* (buquê-de-noiva). Sugerimos aos funcionários de manutenção que fosse dada especial atenção a este setor, pois era o "cartão de visitas" do Museu. A pérgola deve ser totalmente coberta pela trepadeira e não servir-lhe apenas de apoio. Podas, replantio e adubação devolverão a estas felizes espécies a beleza que devem ter tido outrora. Seu estado atual se deve ao péssimo estado do solo naquele setor, excessivamente compactado e com evidentes sinais de baixo índice de nutrientes. Recomendamos então adubação química com NPK de composição 4,14,8 que deverá preencher diversos orifícios feitos com furadeira a mais de um metro do caule de cada planta, além do afinamento da terra ao redor.

Recomendamos a retirada de todos os exemplares de *Allamanda*, por constituírem intervenção recente e inadequada. Quanto às *Spiraeas*, poderiam ser retiradas ou serem completados os espaços faltantes, sempre do lado de fora da pérgola. Urgo, também, que se proceda à complementação das palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*) e à retirada de arbustos de espécies plantadas na base de algumas. O plantio de palmeiras imperiais exige profundo conhecimento para identificação das mudas, para evitar o que tão freqüentemente ocorre, a introdução de palmeiras reais entre as imperiais, o que gera, quando se tornam adultas, desigualdade de formas e alturas indesejáveis.

Tendo sido encontrados alguns exemplares da planta coroa-do-imperador ou coroa-de-moçambique (*Haemanthus coccineus*) em diversos locais, determinamos que fossem recolhidos e plantados em conjunto em vasos ou em canteiro central, já que são plantas de grande beleza e raridade.

O jardim vizinho à casa principal é separado do caminho de entrada por cerca viva recente de esponjinhas (*Calliandra filiosa*), além de vários exemplares antigos de Sagueiro (*Cycas revoluta*). Sugerimos a retirada das esponjinhas e a complementação com mudas de sagueiro.

Perfurações de pregos em algumas palmeiras foram feitas pela companhia telefônica local. Recomendamos a retirada imediata dos pregos e preenchimento dos orifícios com resina sintética, além de orientação aos funcionários da telefônica, uma vez que não há recomposição de tecido em palmeiras e os furos podem servir de ponto de penetração para inúmeras pragas e doenças dos vegetais.

Partimos para a área onde se está implantando o cultivo de ervas aromáticas e medicinais; após constatarmos que o local é adequado, recomendamos algumas espécies e medidas para enriquecimento da coleção, além de orientarmos sobre o seu cultivo e reprodução.

Serviço Público Federal

Página 4

No jardim próximo à sala da direção do Museu, nós foi perguntado se as epífitas existentes no flamboyant (*Delonix regia*) poderiam ser prejudiciais. Já se observam mais de três espécies de Bromeliáceas do gênero *Tillandsia*, além de outras plantas, com predominância de *Tillandsia usneoides* (barba-de-velho). Informamos que, em princípio epífitas não prejudicam as árvores, mas quando existem em quantidade excessiva, podem, em caso de chuva, causar quebra de galhos da árvore, devida ao peso da água acumulada na superfície das folhas de *Tillandsia* ou no centro da roseta de outras bromélias, principalmente em espécie de galhos especialmente quebradiços como o flamboyant. Recomendamos, então, o controle destas epífitas através de sua retirada parcial, sob nossa orientação.

A Diretora nos indagou sobre a retirada desse flamboyant com a intenção de restaurar a antiga característica daquela área como terreiro frontal à antiga senzala que agora faz parte da escola vizinha e que se encontra separada do terreno por um muro. Recomendamos que a árvore seja mantida até a sua morte e que não se replante nada no lugar, pois arrancá-la em vida implicaria em desalojar inúmeros pássaros que lá fizeram seus ninhos.

O jardim interno da casa principal se encontra em bom estado, mas é recomendável a retirada dos exemplares de *Dahlia pinnata* e complementação das roseiras faltantes, pois trata-se de um jardim de roseiras.

Em posterior visita serão feitas novas considerações e efetuado o acompanhamento dos trabalhos. É nossa intenção atermos concentradamente nos jardins da Casa da Hera de forma a torná-lo um modelo de jardim histórico a ser imitado por todos os outros museus do IPHAN.

Respeitosamente,



Mario Sérgio Rosado Ventura

Terrazzo - TERN

4/10/74
Luz
02